

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE MESTRADO EM HISTÓRIA

ITAUÇU: SONHOS, UTOPIAS E FRUSTRAÇÕES
NO MOVIMENTO CAMPONÊS

Elisabeth Maria de Fátima Borges
Orientador: Prof. Leandro Mendes Rocha

GOIÂNIA

2005

ELISABETH MARIA DE FÁTIMA BORGES

**ITAUÇU: SONHOS, UTOPIAS E FRUSTRAÇÕES
NO MOVIMENTO CAMPONÊS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em História.

Área de concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: Identidades, Fronteiras e Culturas de Migração.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Mendes Rocha

GOIÂNIA
2005
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE MESTRADO EM HISTÓRIA

ITAUCU: SONHOS, UTOPIAS E FRUSTAÇÕES
NO MOVIMENTO CAMPONÊS

ELISABETH MARIA DE FÁTIMA BORGES

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em História. Área de concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades. Linha de Pesquisa: Identidades, Fronteiras e Culturas de Migração.

Dissertação defendida e aprovada em ____ de _____ de 2005, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Leandro Mendes Rocha (UFG)
Doutor em História das Sociedades Latino-Americanas

Prof. Dr. Barsanulfo Gomides Borges (UFG)
Doutor em História Social

Prof. Dr. Jadir de Moraes Pessoa (UFG)
Doutor em Ciências Sociais

“Quanto mais concreto se torna o apelo ao sujeito, quer dizer, quanto mais ele é captado em sua situação social, em sua herança cultural e na história de sua personalidade, mais ele desce do domínio dos princípios para o espaço público, para o debate político e para a ação coletiva” (Alain Touraine).

Dedico este trabalho aos vários trabalhadores rurais deste país, em especial a Geraldo Moreira Braga e Waldir Coelho Braga, *in memoriam*.

Dedico, também, à minha mãe, Ercídia, meus irmãos, ao meu esposo Weliton e as filhas, Evelyn e Stéfany.

A consolidação desta pesquisa se deve a homens, mulheres e instituições. Por isso, gostaria de agradecer:

de modo especial, ao Prof. Dr. Leandro Mendes da Rocha, que soube ser paciente colaborador desde a Graduação e, especialmente, nesta pesquisa de Mestrado;

à CAPES, que me proporcionou uma bolsa de estudo para que pudesse desenvolver meu trabalho com mais tranquilidade;

ao Prof. Barsanufó G. de Moraes e ao Prof. Jadir de M. Pessoa, pelas contribuições valiosíssimas no Exame de Qualificação;

ao STR de Itauçu e à Associação Sebastião Rosa da Paz, pelos documentos fornecidos;

à Irmã Nilce Guimarães e a Chaffi José, pelo arquivo pessoal cedido.

à todos que colaboraram, direta e indiretamente, para a realização desta pesquisa, como Sebastião Bailão, Oscavú, Parcival, João Paulino, Anadir, Maria e Benedito .

À coordenação e secretaria do Mestrado em Sociedades Agrárias e aos professores deste Programa.

À Ersá, Leusa e Elza, que souberam compreender as ausências e faltas no período da pesquisa.

SIGLAS

AP	Ação Popular
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CPT	Comissão Pastoral da Terra
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
MEB	Movimento de Educação de Base
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
SETA	Secretaria do Trabalho e Ação Social
SUPLA	Superintendência da Reforma Agrária
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

RESUMO	8
ABSTRACT	9
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I: O NASCIMENTO DE UMA CIDADE NOS CAMINHOS DAS TROPAS EM GOIÁS	18
1.1 ITAUCU... UM LUGAR DE FRONTEIRA	22
CAPÍTULO II: ITAUCU... UMA LONGA TRAJETÓRIA DE TENSÕES E CONFLITOS NO CAMPO	33
2.1 ITAUCU... BANDEIRAS COMUNISTAS ENTRE OS TRABALHADORES RURAIS	33
2.1.1 Sebastião Bailão: A Chegada de um Comunista Benzedor na Cidade.....	41
2.1.2 A Repressão Militar em Itauçu	57
2.2 MEB: UM NOVO MODELO DE EDUCAÇÃO DE BASE EM ITAUCU	60
2.2.1 O Golpe de 64: novos desafios para o MEB.....	73
2.2.2 O Surgimento da AP na Comunidade Serrinha	80
CAPÍTULO III: CEB'S: A FÉ QUE MOVE TRATORES E MONTANHAS	93
3.1 A FORMAÇÃO DAS CEB'S NO POVOADO DE ROSELÂNDIA.....	98
3.2 FERRAMENTAS DAS CEB'S: O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITAUCU E A COMUNIDADE SEBASTIÃO ROSA DA PAZ	99
3.3 DESDOBRAMENTOS: VITÓRIAS E DERROTAS	106
CAPÍTULO IV: VINTE ANOS SE PASSARAM... O FIM DA UTOPIA OU NOVAS UTOPIAS?	112
4.1 O ASSOCIATIVISMO, O STR E A IGREJA POPULAR.....	117

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS.....	126
ANEXO A – PROJETO DE LEI DA CASSAÇÃO DO MANDATO DO VEREADOR SEBASTIÃO BAILÃO	132
ANEXO B – FOTOGRAFIAS DA HISTÓRIA DE ITAUCU.....	133

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a forma como os trabalhadores rurais, agentes coletivos e individuais, elaboraram suas estratégias de ação em relação à questão da apropriação da renda da terra. Partimos do problema camponês como uma temática que pode explicar a questão agrária na sociedade brasileira, sendo o resultado das particularidades históricas do processo social do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Os referenciais teóricos que nos deram pistas das lutas pela renda da terra foram construídos com base nas leituras de Martins, Pessoa, Borges, Duarte e Guimarães e muitos outros. Os resultados foram interessantes, percebemos os diversos momentos da luta pela renda da terra em Goiás: primeiro, as utopias socialistas, com as Ligas Camponesas, o Movimento de Educação de Base (MEB) e Ação Popular (AP); depois, a utopia da construção de uma nova sociedade pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's); e, finalmente, a luta por um desenvolvimento sustentável e uma economia solidária. Percebemos que a globalização impõe hoje novos sonhos, não mais a revolução, mas a busca por uma melhor qualidade de vida e a preocupação com as questões ecológicas. Enfim, a história dos movimentos sociais dos trabalhadores rurais de Itauçu contribui para o conhecimento dos conflitos gerados pela expansão do capitalismo no campo em Goiás.

ABSTRACT

This research has as objective to analysis the way the rural workers, collectives agents and individuals. They elaborate them strategy of action about appropriation of the land income. We stat of the peasant problem as a thematic that be able to explanation the agrarian question in the Brazilian society, it been the result of the historic particularity of social process of development Brazilian capitalism. The theoretic referential the us gave clue of fight by land income was made with base in the reading of Martins, Pessoa, Borges, Duarte, Guimarães and many others. The result was interesting, we realize the moments diversives of fight by land income in Goiás: first, the sociality ideal, with the peasant league, the Movement of Education of Base (MEB) and Popular Action (AP); after, the ideal of structure a new society by the Ecclesial Community of Base (CEB's) and finality, the fight by a sustentable development and a solidary economy. Today, we realized that the globalization is imposing ney dreams, not more revolution, but the search for best life quality and trouble with ecologic question, Finally, the history of socials movements of rural workers of Itauçu contribute for knowledge of the conflicts beget by the capitalism expansion in the country in Goiás.

INTRODUÇÃO

Pretendemos, nesta pesquisa, analisar a história do município de Itauçu, tendo como elemento principal a questão agrária. Este trabalho propõe examinar a natureza das reivindicações apresentadas pelas estratégias de ações coletivas e individuais em prol da renda da terra, na tentativa de elaboração de um possível projeto político. Ele consiste em mais um esforço no sentido de reconstrução da história social e política dos trabalhadores rurais em Goiás e pretende contribuir para a compreensão de certos parâmetros que nortearam o movimento em favor da renda da terra no estado, bem como de seu significado em âmbito nacional.

Os conflitos sociais agrários brasileiros e a violência que quase sempre os acompanharam são decorrentes de um processo historicamente determinado, cujas marcas vêm desde o período colonial, a grande propriedade, a monocultura. Esse processo resulta em um modelo de desenvolvimento capitalista que, no campo, tem-se calcado na elevada concentração de terra, na exclusão social, no desemprego, na fome, na desigualdade de distribuição de renda e no êxodo rural.

A questão agrária tem tido presença constante nos noticiários da imprensa nacional, no entanto, eles pouco informam sobre suas raízes e a organização dos movimentos sociais do campo. No entanto, muitos pesquisadores têm debatido o assunto. O espaço agrário e os processos sociais nele desenvolvidos estão sendo objeto de estudo sobretudo das áreas de sociologia, antropologia, agronomia e geografia. Com relação à categoria 'trabalhador rural', ela tem sido mais enfocada pelas ciências sociais (DUARTE, 1998, p. 7-16).

A análise do processo de expropriação do campesinato goiano e do surgimento dos conflitos de terra demonstra que, apesar da intensidade desse processo e da proletarianização do trabalhador rural, observa-se, ainda, a permanência e a resistência do camponês na terra. Em Goiás (estado de economia predominantemente agropecuária), existe uma relativa produção historiográfica voltada para a questão agrária de maneira geral, porém poucos são os historiadores que se voltam para a análise do trabalhador rural. Dos poucos trabalhos que os enfocam, muitos utilizam conceitos e modelos explicativos transportados de outros países e, assim, tratam o campesinato como uma categoria em extinção, sobrevivência do passado, incapaz de fazer história ou um obstáculo ao processo histórico (DUARTE, 1998, p.7-12).

A concentração de renda no Brasil é alta e alarmante, como atestam os inúmeros trabalhos sobre o tema. Com relação à terra, também a concentração é elevadíssima. A

maioria das terras encontra-se nas mãos de poucos proprietários, enquanto milhões de trabalhadores rurais sem terra lutam para conseguir um pouco dela.

A tendência do capitalismo é reproduzir-se amplamente, alastrando-se por todos os setores da economia, tanto na cidade quanto no campo. Em sua expansão no campo, ele provoca grandes transformações: cria um mercado interno de matérias-primas, de instrumentos de trabalho e de meios de subsistência, transformando tudo em mercadoria; porém, sua expansão na agricultura apresenta certas peculiaridades e alguns obstáculos, um dos quais é a renda da terra, que representa uma contradição entre o capital e a terra (DUARTE, 1998, p. 144).

Martins (1995, p.151-77) mostra que a terra não é capital e, sim, um bem natural, finito, não criado pelo trabalho; já o capital é um trabalho acumulado (em forma de dinheiro ou de meios de produção gerados pelo trabalho). Para o capital se apropriar da terra, é preciso que ele pague ao proprietário, pela sua utilização, uma renda em forma de aluguel ou de compra da terra, ocasião em que parte do capital é imobilizada para esse fim, uma vez que, ao comprar uma terra, o capitalista está comprando o direito de extrair renda, então, o dinheiro empregado na compra não opera como capital e, sim, como renda antecipada (capitalizada) que, mais tarde, será recobrada com acréscimo e convertida em capital como se deste fosse juro.

O capital também se apropria da terra, já que, com o desenvolvimento do capitalismo, a terra passa a ter preço e se torna mercadoria. A licença para a exploração capitalista da terra depende de um pagamento ao seu proprietário, que é a renda da terra. A renda não é retirada do lucro do capitalista ou do salário do trabalhador, individualmente, ela assume o caráter de um tributo social e é paga pelo conjunto da sociedade à classe de proprietários que detêm o monopólio da terra (MARTINS, 1995, p.159-64).

A expropriação do trabalhador rural é fruto da expansão capitalista no campo, pois essa expansão depende, em princípio, da separação fundamental entre o trabalhador rural e os meios de produção. Essa expropriação, no Brasil, não se deu tanto com o objetivo de criar uma imensa massa de despossuídos que pudesse ser absorvida como força de trabalho livre no processo de produção industrial, como foi na Inglaterra. O capitalismo encontrou, no Brasil, outra condição: não havia a escassez de força de trabalho. Aqui, a expropriação se deu mais com o intuito de sujeitar a renda da terra ao capital. A sujeição é condição suficiente para que o capital subjugu o trabalho.

No Brasil, praticamente não há separação entre o proprietário e o capitalista, o próprio dono da terra é também capitalista e a explora pelo assalariamento ou pela reprodução de relações não capitalistas de produção.

Em relação à pequena propriedade – a agricultura familiar –, o capital extrai a renda da terra por meio do intermediário, na comercialização dos produtos, e de empréstimos bancários (MARTINS, 1995, p. 176).

Duarte (1998, p. 153) mostra que, no Brasil, apesar da dominação do capital na agricultura e da tendência à expropriação e à proletarização pela expansão capitalista no campo, ainda se observa a permanência e a resistência do campesinato. A produção camponesa de base familiar e com baixo patamar tecnológico convive com a produção capitalista altamente tecnificada que utiliza a força de trabalho assalariado. É impossível negar essa realidade.

Nas últimas décadas, presenciamos um amplo processo de expropriação e exploração dos trabalhadores rurais. Nos locais em que a expropriação não tem ocorrido diretamente, nem por isso o capital deixa de estar presente, estrangulando economicamente o pequeno proprietário e os arrendatários. O preço exorbitante da terra faz que os agricultores não tenham condições de ampliar suas oportunidades de trabalho e de garantir a seus filhos a permanência no campo, restando-lhes apenas a alternativa de mudar para as cidades. A questão agrária brasileira apresenta duas faces combinadas, a expropriação e a exploração. A expropriação é um processo que constitui característica essencial do processo de crescimento do capitalismo, é um componente da lógica da reprodução do capital. Para que ocorresse a expropriação, separou-se o trabalhador de seus instrumentos de trabalho para que ele deixasse de trabalhar para si e, dessa forma, passasse a trabalhar para o capitalista. A instauração do divórcio entre o trabalhador rural e seus instrumentos de trabalho – a terra, as máquinas, as matérias-primas – é a primeira condição para que se instaure o reino do capital no campo. Essa separação é tecnicamente denominada expropriação. A expropriação do trabalho pelo capital gera as condições sociais para que este passe à outra fase do seu processo de reprodução capitalista, que é a exploração do mesmo trabalhador que já foi expropriado e que terá de vender sua força de trabalho ao capitalista, não mais conforme suas necessidades, mas segundo as regras do mercado.

Ante o exposto, apresentamos o problema de nossa pesquisa, qual seja: como os agentes coletivos e individuais elaboraram suas estratégias de ação em relação à questão da apropriação da renda da terra em Itauçu?

As problematizações do objeto pesquisado ocorreram no sentido de entendermos as estratégias de ação dos trabalhadores rurais e das entidades mediadoras em relação à apropriação da renda da terra no município de Itauçu, Goiás. Algumas indagações são necessárias, como: essas estratégias evidenciam uma ‘identidade de resistência’ dos trabalhadores rurais ou foram apenas ‘ações possíveis’ de se realizarem nesse processo histórico?; qual é o papel desses trabalhadores rurais na consolidação de nossa história?; qual foi o papel das Ligas Camponesas, do Movimento de Educação de Base (MEB), da Ação Popular (AP) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s), agentes coletivos e individuais na condução dessas estratégias?; foi a instituição que agiu ou foi o trabalhador?; até que ponto a Comunidade Sebastião Rosa da Paz correspondeu aos anseios de seus fundadores?; quais as razões estruturais que possibilitaram essas ações?; essas ações trouxeram mudanças sociais, políticas e econômicas para a sociedade local?

O recorte considerado englobou as décadas de 1950-1980. Tomamos como marco inicial a década de 1950, pois foi neste período que o capital fez suas primeiras investidas na região. Para entendermos a apropriação da renda da terra e a política social em torno dela, fizemos uma retrospectiva da ocupação da região no início do século XX.

Nossa análise parte da hipótese de que a história da luta dos trabalhadores rurais do município de Itauçu pela renda da terra corrobora a tese de doutorado de Duarte (1998) de que, em Goiás, a luta dos trabalhadores rurais passou por algumas transformações: os trabalhadores rurais tinham, anteriormente, suas lutas conduzidas por entidades mediadoras com concepções estranhas a eles, e os mediadores procuravam falar por eles (Ligas Camponesas, MEB, AP); nas manifestações recentes (a partir da década de 1970), os trabalhadores rurais procuraram se organizar valendo-se de seus próprios valores culturais reelaborados mediante os enfrentamentos à dominação capitalista, e continuaram contando com o apoio de entidades mediadoras.

Os referenciais teóricos que nos deram pistas da luta pela renda da terra foram construídos com base nas leituras de Martins, Pessoa, Borges, Duarte e Guimarães. As leituras dos trabalhos destes autores permitiram-nos perceber um viés de análise que procura evidenciar a luta dos trabalhadores rurais pela renda da terra.

Para Martins (1975, 1982, 1986, 1989, 1995, 1997, 2000), a renda da terra constitui no eixo das lutas sociais no campo, e é por esse eixo que se pode chegar a uma compreensão sociológica das lutas populares no campo, o desvendamento de seu sentido histórico, seu alcance e seus limites. Segundo ele, o conceito de renda da terra permite, por um lado, caracterizar o campesinato, e, por outro, definir a luta pela reforma agrária como uma luta

anticapitalista. Portanto, as diversas lutas camponesas, com suas diferenças regionais e de organização, apresentam uma certa unidade em relação à causa, a renda capitalista. Os conflitos sociais no campo são explicados por Martins com base em uma perspectiva que combina o reconhecimento de tempos históricos e ritmos diferentes do processo de desenvolvimento capitalista. Ele explica o processo diferenciador na formação de classes da sociedade brasileira com base nas noções de exploração e expropriação.

Pessoa (1999a, 1999b) traz a dimensão histórica dos conflitos agrários no estado de Goiás, apresenta uma descrição detalhada de sua trajetória, mostrando como se deu a produção social da revanche camponesa, ou seja, a retomada das ocupações de terra que passaram a ocorrer no início dos anos 1960 e que foram duramente reprimidas pelo golpe militar.

Borges (1996, 2002) apresenta uma importante contribuição sobre a expansão do capitalismo no campo no estado de Goiás. Mostra que, com a implantação de uma infraestrutura de transporte desde as primeiras décadas do século XX, o sul e o norte do estado conheceram um processo de ocupação capitalista da terra, ao passo que, nas demais regiões, esta forma de ocupação do espaço só se efetivou anos depois. O autor mostra que a ocupação capitalista da terra intensificou-se a partir da década de 1950, com o capital controlando cada vez mais as condições de trabalho e a propriedade da terra, expropriando o pequeno proprietário e expulsando o ocupante de sua posse, agravando os conflitos sociais no campo.

Duarte (1998) também analisa o processo de concentração de terra, de expropriação do campesinato e o surgimento dos conflitos pela terra em Goiás, mostrando o desenvolvimento e as contradições do capitalismo. Ele enfoca a história dos movimentos dos trabalhadores rurais analisando também sua vivência, suas manifestações, seu cotidiano, o modo como experimentam a dominação e como se organizam para a sua resistência.

Guimarães (1988) procura reconstruir a história social e política dos trabalhadores rurais no estado de Goiás examinando a natureza das reivindicações apresentadas pelas associações de lavradores e sindicatos rurais no período de 1954 a 1964 e as plataformas das organizações e lideranças que procuraram se vincular aos trabalhadores rurais, na tentativa de elaboração de um possível projeto político. Ela mostra que este período histórico constituiu, em todo o país, um marco que delimita a entrada no cenário político dos trabalhadores rurais, e que esta emergência deu-se no bojo das contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo no campo, em uma conjuntura marcada pelas ambigüidades

próprias do populismo, em que o Estado, ao promover o projeto nacional desenvolvimentista, procurava incorporar as reivindicações das classes subalternas.

Como aporte para a construção deste campo metodológico, apropriamo-nos de conhecimentos da história oral. Os diálogos com os personagens que vivenciaram a história destas estratégias de luta pela renda da terra em Itauçu e o confronto com as fontes oficiais levaram-nos a perceber como foi atuante a ação dos trabalhadores rurais neste processo de expropriação. Entrevistamos lideranças, mediadores das lutas populares, trabalhadores e trabalhadoras rurais que participam ou participaram dos movimentos. Dessa forma, foi possível captar informações, modos de ver o mundo e interpretações da luta que não encontraríamos em algum registro. Procuramos confrontar estas informações obtidas nas entrevistas com outras fontes adquiridas nos arquivos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itauçu, da Comunidade Sebastião Rosa da Paz, da Prefeitura de Itauçu, de jornais da época, IPMs entre outras. Acreditamos que todos os tipos e formas de documentos constituem, para o historiador, sinais, representações e marcas sobre o passado vivido e com os quais opera a produção do conhecimento histórico voltado, sobretudo, para as questões do presente e do futuro. Ao tomarmos como referência o paradigma de que o real é uma construção cultural, e não mais algo evidente, claro, objetivo, mas a produção de um determinado grupo, entendemos o documento como um registro e uma construção, ele não é o passado ou um meio para se alcançar uma determinada realidade. Nesse sentido, o historiador que decide trabalhar com relatos orais como fonte histórica depara-se com a necessidade de uma prática de procedimentos analíticos que lhe permita dialogar com o documento, descortinando relações, disputas e o cotidiano, os quais, muitas vezes, não encontramos registrados em outras fontes.

A par dos debates que cercam as fontes orais, apoiamos nossa pesquisa em autores que já têm uma trajetória de pesquisa nesta área. Daí, os estudos de Verena Alberti, Ecléa Bosi, Janaina Amado, Antônio Torres Montenegro e vários outros contribuíram sensivelmente para tornar a pesquisa oral um rico acervo documental.

O uso de poesias como fontes históricas, tal como fizemos nesta pesquisa, é um viés sugerido por Caldarte (1987), que defende que a compreensão do significado pedagógico e político da poesia é imprescindível para penetrar nas formas de articulação do sentido nas lutas dos trabalhadores rurais.

Fenelon (1992, p. 18) defende a necessidade de se examinar o modo de vida no campo das transformações sociais que, cotidianamente, os trabalhadores experimentam em todos os aspectos do viver a dominação capitalista, buscando a resistência oferecida neste

processo e a necessidade de reconstruir e reinventar a cultura com base em sentimentos de perda de padrões antes estabelecidos.

Goiás é um estado em que se observa o exemplo típico de convivência entre o arcaico e o moderno, é a chamada ‘complexidade vertical’ ou histórica, ou seja, a coexistência de formações de épocas e datas diferentes, um entrecruzamento de uma dupla complexidade no mundo rural. Em Goiás, nas regiões centro e norte, desde a década de 1950, aguçaram-se os conflitos pela terra entre grileiros/fazendeiros e posseiros, em razão da tentativa do capital de eliminar a posse e transformar a terra em propriedade privada capitalista. Mas na região sul, onde se localiza o município de Itauçu, a questão da posse da terra não se apresentou de forma direta. O fenômeno mais marcante na região foi a expulsão do trabalhador arrendatário para as cidades vizinhas ou para as frentes de expansão, ainda na década de 1950 (DUARTE, 1998, p. 170).

O capital, quando acelerou sua expansão no sul do estado de Goiás, fez com que os fazendeiros entregassem suas terras de matas virgens para os trabalhadores rurais arrendatários, por um período de dois a três anos, cobrando rendas exorbitantes em dinheiro ou grãos para formarem áreas de cultivo ou de criação de gado. Ao fim deste prazo, o proprietário ficava com a terra formada, sem dispêndio de capital, e passava a gerenciar diretamente a produção, dispensando os arrendatários e parceiros. Ante essa situação é que trabalhadores rurais fundaram suas associações.

Com o objetivo de analisar a forma como os trabalhadores rurais itauçuenses, agentes coletivos e individuais, elaboraram suas estratégias de ação em relação à questão da apropriação da renda da terra, nossa pesquisa foi estruturada em quatro capítulos.

No primeiro, apresentaremos o início do povoamento da região, a chegada dos pioneiros, a formação do povoado e, posteriormente, da cidade de Itauçu, no início do século XX, momento em que o estado de Goiás se integrava ao mercado nacional. Mostraremos que a história deste município, que se tornou o maior produtor de café do estado na década de 1930, ilustra a expansão da fronteira¹ na região do Mato Grosso Goiano.

No segundo capítulo, apresentaremos os conflitos gerados pela expansão capitalista na região nas décadas de 1950 e 1960 e o modo como os agentes coletivos e individuais elaboraram suas estratégias de ação em relação à renda da terra. Apresentaremos a atuação do Partido Comunista, que, através das Ligas Camponesas, organizou na região a segunda

¹ Para efeito deste trabalho, baseamo-nos no conceito de fronteira tal como apresentado por Martins (1997, p. 11-3), em uma visão socioantropológica, como o local do confronto, da diferença e também da elaboração da esperança.

maior associação dos trabalhadores rurais do Estado; a atuação da Igreja Católica, que, através do Movimento de Educação de Base (MEB), desenvolveu importante trabalho; e a Ação Popular (AP), que se infiltrou no MEB, fazendo dele seu instrumento de atuação político-partidária. Discutiremos também as questões de memória e esquecimento dos itauçuenses destes movimentos.

No terceiro capítulo, analisaremos a retomada destas ações em prol da renda da terra. Mostraremos a atuação das CEB's na região, desde o final da década de 1960 até 1990, a busca de novas 'ferramentas' que lhes ajudassem na luta contra a expropriação, o intermediário e o êxodo rural: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Associação Sebastião Rosa da Paz. Mostraremos também, tal como sugere Martins (1989, p. 62) o modo como estes trabalhadores rurais foram se tornando sujeitos políticos pelo atalho não-político da resistência local, mobilizando suas famílias, sua Igreja e até sua cultura. Perceberemos a importância do trabalho comunitário neste grupo como forma de aumentar a produtividade do trabalho e garantir a sobrevivência pela agricultura familiar. Veremos a atuação de uma ONG alemã, a Misereor, que financiou a compra de um trator e depois de um caminhão. Conheceremos as vitórias e as derrotas destes trabalhadores rurais.

No quarto e último capítulo, conheceremos a situação do município de Itauçu hoje bem como dos movimentos sociais ainda existentes. Veremos o modo que se encontram o Sindicato e a Associação vinte anos depois de sua fundação. Perceberemos a influência da morte de um dos líderes da região, um trabalhador rural que ajudou a fundar a Associação e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais na década de 1980. Enfim, conheceremos as novas questões que se têm apresentado para a organização dos trabalhadores rurais.

Acreditamos que a análise da história dos movimentos sociais dos trabalhadores rurais de Itauçu contribui para o conhecimento dos conflitos gerados pela expansão do capitalismo no campo no estado de Goiás.

CAPÍTULO I

O NASCIMENTO DE UMA CIDADE NOS CAMINHOS DAS TROPAS EM GOIÁS

A ocupação demográfica e econômica do território brasileiro se deu pela expansão da fronteira. A história dessa ocupação é marcada pela expansão do espaço produtivo, mediante a incorporação de novas áreas de produção. Ao longo de nossa história, essa expansão aconteceu de formas diferentes e com características próprias (FERREIRA, 1988, p. 39) inserindo novas formas de ocupação e de produção.

Neste capítulo, analisaremos a chegada da frente pioneira² numa determinada região do Mato Grosso de Goiás onde, posteriormente, formou-se a cidade de Itauçu. Essa análise também se prende ao objetivo de entender o caráter histórico desta expansão da fronteira e, pela sua dimensão cultural, percebê-la como expressão das características e das contradições da sociedade brasileira como um todo.

Queiroz (1976, p. 163) sustenta que o meio rural não pode ser estudado em si, mas deve ser visto como parte de um conjunto social mais amplo, do qual faz parte com a cidade. Partindo de tal perspectiva, analisaremos a formação do povoado e, após, da cidade para entendermos as posteriores lutas do campo.

Para compreendermos a expansão da fronteira em toda a sua dimensão, incluiremos a análise de seus atores com suas motivações, fantasias, seus desejos e esperanças, incorporadas ou não pelos poderes públicos, tal como sugere Lená (1988, p. 92-3):

Por outro lado para compreender este avanço da “fronteira” em toda sua dimensão, não poderemos contentar-nos em analisar seus aspectos socio-econômicos e espaciais; é indispensável incluir seus atores com suas motivações [...]. Cada migrante que chega a fronteira alimenta a esperança de dar partida a um processo de acumulação individual ou de observar este processo assegurando assim a promoção social e o futuro de seus filhos.

A análise da frente pioneira na região denominada Mato Grosso Goiano prende-se ao objetivo de entender o processo de avanço territorial da produção capitalista, as mudanças sociais e os conflitos por ela gerados. Tomaremos a frente pioneira como um momento neste processo e, para tal análise, situando-a no contexto histórico em que ocorreu o discurso ideológico para a "Marcha para o Oeste". Martins (1997, p. 153) afirma que “frente de

² Utilizamos o conceito de “frente pioneira” tal como o apresenta Martins (1997), ou seja, para explicar um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado. A frente pioneira permite entender o movimento do capital no campo.

expansão” e “frente pioneira” não são propriamente conceitos e, sim, designações por meio das quais os pesquisadores reconhecem que estão em face dos diferentes modos de ocupação do espaço, ou seja, modos diferentes de ser e de viver no espaço novo. Ele define a frente de expansão como a forma característica de ocupação do território que inicialmente ocorreu no interior do Brasil, onde populações ricas e pobres se deslocavam em busca de novas terras para desenvolverem suas atividades econômicas. Para ele, a frente de expansão tornou-se o mundo residual da expansão capitalista, pois ela trouxe para a fronteira a própria infraestrutura da reprodução capitalista do capital: o mercado de produtos e de força de trabalho. Já a frente pioneira, iniciada em Goiás pela “Marcha para o Oeste”, compreende a idéia de que, na fronteira, cria-se o novo, uma nova sociabilidade fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais, ela é uma situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida e à mudança social.

Não existe um conceito pronto sobre a fronteira, pois ele é construído a cada época da História do Brasil. “A noção de ‘fronteira’ se confunde com a história do Brasil” (LENÁ, 1988, p. 92). Nos anos 1920, fronteira significava o espaço ocupado pelo café; nos anos 1940, significava a construção da nação (identidade nacional), conceito fundamental para se construir a unidade nacional, a fronteira como panacéia da identidade brasileira visando aproximar o litoral do sertão; nos anos 1960-1970, passa a significar a inserção da Amazônia no mercado nacional; hoje, significa a incorporação do espaço à economia global, a globalização.

Ante o exposto, percebemos que não há um significado acabado de fronteira. Ele relaciona-se aos interesses políticos e ideológicos do momento e é, também, uma construção intelectual. O sociólogo Martins (1997, p.11-3) a vê como o local do confronto, da diferença, mas, também, como um lugar de elaboração da concepção de esperança. Ele analisa a fronteira numa dimensão socioantropológica, defendendo a idéia de que ela não se resume à fronteira geográfica, pois é também fronteira de civilização, de cultura, de etnias da história e, sobretudo, fronteira do humano. O autor afirma que a figura central e metodologicamente explicativa da fronteira não é o pioneiro e, sim, a vítima. Ele critica as análises centradas na figura do pioneiro, afirmando que elas deixam de lado o essencial, que é o aspecto trágico da fronteira e sugere novo viés de análise no qual o pesquisador precisa se inserir no interior do conflito para desvendar os novos significados da vida decorrentes das mudanças sociais que alcançam seus protagonistas com a expansão da fronteira, uma vez que nela se confrontam visões de mundo e definições do outro que expressam uma rica e difícil diversidade da concepção de gênero humano.

O economista Silva (1980) vê a fronteira como o lugar de reprodução do capital, uma relação social de reprodução. Ele a define simultaneamente como condicionante e resultado de nossa “modernização dolorosa” no campo; dolorosa por ser lenta e restrita. O autor afirma que está ocorrendo o fechamento da fronteira, pois não há mais terras “livres” que possam ser apropriadas por pequenos produtores de subsistência. É um fechamento que se dá de fora para dentro, pois a terra perde o seu valor produtivo e assume o de “reserva sem valor” e de meio de acesso a outras formas de riqueza a ela associada. Ele alerta que esse fechamento da fronteira gera transtornos nos setores econômico, social e político, uma vez que a fronteira representa, no plano econômico, uma espécie de armazém regulador do preço de gêneros alimentícios de primeira necessidade; no plano social, uma orientação de fluxos migratórios e, no plano político, tem sido a “válvula de escape” das tensões sociais no campo. Portanto, para o autor, as conseqüências do fechamento da fronteira são graves: no plano econômico, acontece a elevação dos preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade; no plano social, o êxodo rural gera um grande contingente populacional, que passa a perambular por todo o país e, dirigindo-se às grandes metrópoles, agravam o caos urbano em que estas se encontram; no plano político, quando a fronteira se “fecha”, acaba transformando as regiões em palco de conflitos, sobretudo pela posse da terra.

A geógrafa Ferreira (1988) define fronteira como o processo de ocupação de um espaço reputado, vazio, tanto demográfico como econômico ou jurídico. Enfocando a frente pioneira do Mato Grosso de Goiás, mostra, mediante dois estudos de caso, o processo de avanço territorial da produção capitalista no Brasil, tornando a frente pioneira uma das modalidades por meio da qual se integram novas áreas ao sistema de produção.

O geógrafo Lená (1988) demonstra que o caráter histórico da fronteira no Brasil a torna um fato social. Ele define fronteira como expressão das características e das contradições da sociedade nacional como um todo. Defende que não devemos analisá-la somente por seus aspectos socioeconômicos e espaciais, é preciso incluir na análise da fronteira os atores sociais, com suas motivações, seus desejos, fantasias, esperanças, sofrimentos e frustrações, pois é isto que confere a ela o seu caráter movente instável e inacabado.

A fronteira, no Brasil, aparece como o limite do humano. É o lugar do encontro com os fazendeiros e trabalhadores rurais – meeiros, arrendatários ou assalariados –, é local de encontro de relações sociais, de mentalidades diferentes. As fronteiras são local de migração em que se dá o encontro de população diversa, propiciando a miscigenação étnica e cultural.

São relações que se transformam, se modificam. É na fronteira que encontramos o humano no seu limite histórico (GANDARA, 2002, p. 25-7).

Os fenômenos sociais que ocorrem na “fronteira” devem ser objetos de análise do historiador, pois é o lugar-espaço ocupado por grupos sociais diferentes. Nas cidades-fronteiras, forças e influências se entremisturam. Elas são local de encontro de populações diversas e que propiciam a miscigenação étnica e cultural. Nestes locais, encontram-se diferentes concepções de espaço. A fronteira é local de encontro e desencontro, onde a humanidade do outro é negada, portanto, é um lugar de conflito.

Por tudo que foi exposto, apresentamos a cidade de Itauçu como uma cidade-fronteira, um lugar de encontro de diferentes, palco da fronteira do humano, um lugar de conflitos. Buscaremos entender as relações rurais e urbanas deste município como pano de fundo de uma sociedade em construção, em movimento, no contexto histórico brasileiro da “Marcha para o Oeste”. A pesquisa que propomos, portanto, promove um olhar interdisciplinar do objeto ao dialogar com as contribuições da Sociologia e da Geografia.

Neste capítulo, pretendemos, com base em um estudo de caso – a formação do município de Itauçu –, enfocar o avanço da fronteira na região do Mato Grosso Goiano, observando os aspectos socioeconômicos mediante a análise de seus atores e de migrantes que chegam à região. Observaremos o povoamento local destacando as mudanças advindas na mentalidade local, apontando, ainda, as suas influências no conjunto das relações sociais e política do local.

Propomos dar testemunho da expansão da fronteira no estado de Goiás e dos movimentos sociais de resistência geradas durante os conflitos.

Analisando a formação desta cidade-fronteira, poderemos entender as seguintes questões: como se deu a expansão da fronteira agrícola no município de Itauçu?; é possível perceber o aspecto trágico da fronteira neste município?; que mudanças sociais ocorreram no local?; quais visões de mundo se confrontaram?; pode-se afirmar que a modernização da agricultura neste município se deu de forma ‘dolorosa’?; como o município de Itauçu foi incorporado pelo movimento de expansão?

A análise do avanço da fronteira agrícola do Mato Grosso Goiano feita por intermédio deste estudo de caso é rica em referências sobre como se dá este desencontro de temporalidades, pois encerra uma grande diversidade e tensão de tempos históricos e de relações sociais.

1.1 ITAUCU... UM LUGAR DE FRONTEIRA

A formação de um povoamento não pode ser entendida sem a análise do processo migratório. Os primeiros processos migratórios para o estado de Goiás ocorreram pela exploração de minérios, formando aqui os primeiros povoados. Porém, este povoado determinado pela mineração do ouro era irregular, instável, sem nenhuma ordem ou planejamento. Após o esgotamento do ouro, os mineiros mudavam para outro lugar, e a povoação definhava ou desaparecia. As demais regiões do estado que não tinham minérios ficavam sem nenhuma povoação. Estas zonas só foram ocupadas no final do século XIX e início do século XX, pela extensão da pecuária e da lavoura. No século XIX, a população de Goiás aumentou e a pecuária tornou-se o setor mais produtivo (PALACÍN, 1989, p. 10-4).

O processo de ocupação do estado de Goiás se deu em três fases distintas, quais sejam: a primeira, que vai da conquista do território e do descobrimento das minas auríferas até as primeiras décadas do século XX, iniciando-se a segunda fase de ocupação, que foi facilitada com a chegada da estrada de ferro, em 1913, e a terceira fase, que foi impulsionada pela modernização da grande propriedade, iniciada em 1950 (CARNEIRO, 1981, p. 58-9).

A ausência de meios de transporte e de comunicação, somados à inexistência de mercados consumidores, impossibilitava o desenvolvimento de uma agricultura goiana em âmbito comercial, praticando-se apenas a agricultura de subsistência. Nas três primeiras décadas do século XIX, espalharam-se fazendas de gado pelos sertões goianos. Iniciava-se, então, a criação de gado, facilitada pela qualidade das pastagens.

Após a libertação dos escravos, fizeram-se várias tentativas para atrair imigrantes a Goiás, mas elas só tiveram êxito no início do século XX, com a transformação econômica nacional e a expansão da estrada de ferro. Junto com as ferrovias, caminharam as lavouras de café:

A antiga frente pioneira do café também estaria gerando seus excedentes populacionais. Segundo Monbeig, a fronteira aberta pelo café em São Paulo já apresentava esgotamento de solos e sinais de despovoamento [...]. As terras abundantes e vazias do Mato Grosso de Goiás, representadas pelas áreas de matas não ocupadas pela pecuária que aí se implantara desde longa data, quando do declínio da mineração, parecem alternativa lógica para a instalação dos migrantes sem recursos e que tenderiam a aí desenvolver lavouras de alimentos para venda de excedentes para o mercado (FERREIRA, 1988, p. 44).

No Brasil, o avanço da fronteira foi sustentado por uma imagem ideológica do espaço em que se tem acesso à terra. No início do século XX, em especial a partir de 1912, novas correntes migratórias chegam a Goiás. Desta vez em busca de terras férteis, iniciando a expansão cafeeira na região do Mato Grosso goiano. Neste contexto, o conceito de fronteira significava o espaço sendo ocupado pelo café. A partir de 1915, em função do progressivo escasseamento de terras no sudeste, a busca de novas regiões goianas foi incrementada em razão da grande fertilidade do solo e do baixo custo das terras. Foi neste período que alguns paulistas e mineiros chegaram à região de Itauçu, que, na época, pertencia ao município de Itaberaí.

O município de Itauçu está posicionado geograficamente a 40°36'29" de longitude W e 16°12'02" de latitude S, a 839m de altitude em relação ao nível do mar, com a temperatura do ar em média mínima de 15,1°C.

O estado de Goiás, posicionado longe de regiões litorâneas, tinha como principal meio de transporte, durante todo o século XIX e início do século XX, os muares (burros), especialmente no trajeto da Cidade de Goiás (capital) até o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Quem possuía uma tropa de burros nesta época era considerado pessoa de bom poder aquisitivo, uma vez que, até então, a terra não tinha valor comercial (COELHO, 2000, p. 20).

A fazenda Três Barras passou a ser o ponto de parada dos tropeiros, pelo fato de ser uma região de água em abundância e rica em gramíneas. Em virtude de um amplo descampado em capim catingueiro existente no local, denominaram o primeiro povoado do local de Catingueiro Grande.

Catingueiro Grande foi um povoado criado no município de Itaberaí. Coronel Ernesto Baptista de Magalhães, um tropeiro mineiro natural de Caiathés, impressionado com a rica e exuberante vegetação da região do Mato Grosso Goiano resolveu comprar uma fazenda no local e aí se instalar, no dia 11 de fevereiro de 1911. Pela fazenda e pela tapera existente no local, ele pagou a quantia de Rs 1.128 \$ 000 (um conto e cento e vinte e oito réis).

Antes da chegada do Coronel Ernesto Baptista, a fazenda Três Barras teve como primeiro possessor o senhor Geronymo José Santiago, que vendeu os direitos ao Comendador Felipe Antonio Cardoso, o qual, por sua vez, a transferiu a Matheus Vieira Gonçalves, em 6 de maio de 1845, que a dividiu em duas partes. Em 1911, o Coronel Ernesto comprou a parte situada do lado direito da margem do rio Meia Ponte, que ali se

instalou iniciando uma plantação de café. Esta fazenda chamava-se Catingueiro Grande (CASTRO, 1933, p. 125).

O Mato Grosso Goiano nesta época era uma região escassamente ocupada. Os migrantes trouxeram mudanças substanciais para a região, como a substituição da lavoura de subsistência pela comercial, a apropriação da terra por pequenos proprietários e não apenas por latifundiários, a inserção da região na economia de mercado por meio da lavoura, uma vez que já o era pela pecuária, e, finalmente, o adensamento populacional, com o povoamento do campo e a urbanização.

Em 1911, as únicas casas existentes às margens do rio Meia Ponte, no local onde hoje é a cidade, eram dois velhos ranchos: o de Antonio Fernandes e o de Simão Vieira. No final deste mesmo ano, o Coronel comprou mais duas partes de terras pertencentes à Ana Pereira de Jesus e em maio de 1912, começou a construir o primeiro rancho da fazenda, estabelecendo-se com sua família no local. A instalação do coronel na região atraiu outras famílias para o local: “A sua presença ahi attrahiu outros elementos adventícios, entre os quais o casal paulista Albino e Da. Alzira Clemente da Conceição que para lá foram em 1913” (CASTRO, 1933, p. 126-7).

Com este tropeiro, inicia-se um novo modelo de ocupação na região, pois as lavouras existentes até então visavam apenas a subsistência. O Coronel derruba as matas virgens, substituindo-as por extensos cafezais. O café estava chegando a Goiás, seguindo as linhas da estrada de ferro. É a chamada frente pioneira do café, pois, nesta época, São Paulo já estava com o solo esgotado, o que fez com que populações se dirigissem ao interior do país:

As terras abundantes e vazias do interior de Mato Grosso de Goiás, representadas pelas áreas de matas não ocupadas pela pecuária, que aí se implantara desde longa data, quando do declínio da mineração parecem alternativa lógica para a instalação dos migrantes sem recursos e que tenderiam a aí desenvolver lavouras de alimentos para vendas de excedentes para o mercado (FERREIRA, 1988, p. 46).

Esses migrantes que chegavam a Goiás vinham sobretudo de Minas Gerais (80%), São Paulo e Bahia.

Em 1913, o casal paulista Antonio Albino e Alzira Clemente da Conceição, juntamente com a família Cunha, construíram a primeira igreja do local, em homenagem a Nossa Senhora da Abadia (CASTRO, 1933, p. 27). Essa igreja muito contribuiu para a formação do povoado de Catingueiro Grande. Em 1914, o casal doou dois alqueires de terras para a construção um patrimônio em volta da igreja. Posteriormente, no período de 1918 a

1924, foram feitas novas doações, culminando num patrimônio de 21 alqueires de terras para a “Santa”. Os limites deste patrimônio são apresentados por Durval de Castro:

Começa na marca a margem direita do córrego “Maria Romana”, na divisa do condomínio Jacintho Antonio Cintra e desce, dividindo com Aurélio Galdino Oliveira pelo veio d’água até o Córrego “Maria da Silva”. Passa a dividir com Ernesto Baptista de Magalhães pelo veio d’água do Córrego “Maria da Silva” abaixo até o marco da margem direita pouco abaixo da ponte, ao pé de uma pequena árvore de mandiocão. Segue daí em linha reta com 153° e 30’ do ângulo azimuthal até o canto da cerca de Ernesto Baptista de Magalhães, segue por esta cerca até o marco situado na beira da mesma, distante 900 metros da ponte do Córrego “Maria da Silva”. Daí sobe por uma recta de 233° e 30’ até o marco da divisa da Jacintho Antonio Cintra, 667 metros daquelle. Segue daí dividindo com este condomínio por uma recta de 310° de ângulo azimuthal até o marco do canto da cerca do pasto de propriedade de Jacintho Antonio Cintra. Desce por esta cerca até o marco de beira do córrego onde teve princípio (CASTRO, 1933, p. 127-8).

Carmo Bernardes em sua obra literária *Santa Rita* (1997), relata o surgimento de povoados em Goiás: a chegada de migrantes, a mudança de hábitos na vida das populações locais, o poder político e econômico dos coronéis, a luta para fixar-se na região. Recorrendo à ficção e à realidade, este autor regionalista relata a formação histórica dos povoados goianos, demonstrando o drama dos que viviam nos sertões, entre as dificuldades econômicas, a força, a disputa pelo poder e o arbítrio.

A primeira escola construída no patrimônio era municipal, foi criada no dia 20 de novembro de 1919 pelo intendente Antonio Luiz da Silva Caldas. O primeiro professor, o senhor Flavio José de Almeida, era descendente direto do alferes João José de Almeida, o primeiro diretor de uma escola primária em Itaberaí. O coronel Ernesto de Magalhães era contra a formação do povoado, chegando a derrubar a primeira igreja construída, mas, mesmo assim, o povoado cresceu. Em 1932, segundo a descrição de Castro (1933, p. 128) o povoado já contava com 314 pessoas (68 mulheres e 146 homens), de acordo com o recenseamento de maio de 1932.

O Major Abel Garcia e Aurélio Galdino de Oliveira, junto com a população local, construiu, em 1929, uma igreja maior. Neste ano, já existiam seis casas comerciais na vila, que agora possuía uma escola municipal:

Na povoação existem seis casas comerciais sendo duas fazendas, armarinhos e ferragens e quatro de secos e molhados. Desfructa de escola mixta, criada em 1929, dirigida pela professora-normalista dona Clarice Garcia de Lima, auxiliada pela adjunta municipal Senhorinha Olina Vito Berquó. Nela se acham matriculados, dos quais 25 do sexo masculino e 35 do sexo feminino (CASTRO, 1933, p. 129).

Com a chegada da frente pioneira na região do Mato Grosso Goiano, adensa-se a ocupação do campo, os povoados surgem, cidades crescem. Nas levadas dos migrantes, vinham também comerciantes. Os primeiros comerciantes do povoado de Catingueiro Grande foram Gabriel José, Gentil Oliveira e Antônio Drumond. Com a chegada destes comerciantes, surge, aos poucos, na região, uma situação inédita: a inevitabilidade de construir um orçamento para enfrentar as necessidades comerciais de compra e venda, já que os bens de consumo antes adquiridos por meio de troca passam a ser adquiridos pela venda. Há, então, uma reorganização da vida familiar, os bens de consumo, produzidos no âmbito doméstico, começam a ceder lugar a substitutos proporcionados pelo comércio (CANDIDO, 1979, p. 168).

A chegada da frente pioneira havia sido intensificada desde 1917, quando o estado começou a abertura de estradas de rodagem na região, com a construção da rodovia que partia do Roncador (terminal da estrada-de-ferro) até Goiás (capital), passando pelo município. Com a implantação da infra-estrutura de transportes, o poder público ia criando condições operacionais que possibilitavam a expansão da fronteira agrícola do mercado interno (BORGES, 2002).

Com a chegada desta frente pioneira, inaugura-se uma nova modalidade de agricultura na região, agora não só cultivada para a subsistência mas, também, para a exportação. A expansão do mercado capitalista força o trabalhador rural a multiplicar seu esforço físico; antes, a par do trabalho agrícola, ele podia se ocupar, também, com a vida comemorativa, a vida mágico-religiosa, a pesca e a caça (CANDIDO, 1979, p. 169). Na década de 1930, o coronel Ernesto Baptista Magalhães tornou-se o maior produtor de café do estado de Goiás, com uma lavoura de 200.000 pés de café. Em 1929, ele havia instalado em sua fazenda uma turbina de trinta cavalos que gerava energia para sua fazenda, movia uma serraria e máquinas para beneficiar café, além de fornecer energia elétrica a algumas casas do povoado:

O sr. Ernesto Magalhães emprehendedor como sempre, lá montou uma possante serraria e machinas de beneficiar café, cujos productos são transportados aos mercados consumidores em caminhões e hippomoveis. Este referido senhor, que é o maior lavourista do Estado de Goyaz, possui uma lavoura de 200.000 pés dessa preciosa rubiacea, isto é, entre novos e fructescentes. A safra annual tem sido de 5.000 arrobos, com possibilidade de attingir ao tríplice a de 1932. É assim, a sr. Ernesto B. de Magalhães, o rei do café goyano (CASTRO, 1933, p. 130).

O desempenho das lavouras de Catingueiro Grande levou Durval de Castro (1933, p. 126) a acreditar que em breve esta localidade seria o seleiro abastecedor da Capital e das cidades vizinhas Itaberaí e Inhumas.

A fazenda do coronel tornou-se uma das fazendas-modelo do estado. Possuía três casas-sede e inúmeras casas de colonos. Na fazenda, funcionava o sistema de ‘barracão’ – venda de alimentos aos colonos, anotadas em fichas. A prática de pagamento do trabalho por meio de ‘vales do barracão’, cupons a serem trocados por mercadorias vendidas no armazém da própria fazenda, geralmente lesava o trabalhador rural, pois os preços das mercadorias vendidas neste local eram consideravelmente mais altos do que no mercado local, o que fazia com que os trabalhadores rurais ficassem totalmente dependentes do salário que recebiam e ,quase sempre, endividados com os patrões pelas compras no barracão (KADT, 2003, p. 47-8).

A fazenda do coronel era ponto de parada de autoridades políticas estaduais e federais, como Pedro Ludovico Teixeira e Juscelino Kubstcheck. Também lá pernoitavam autoridades religiosas, como o bispo de Goiás, D. Prudêncio, que tinha ali seu quarto reservado e até uma xícara folheada a ouro para o seu chá. No porão da casa, guardavam-se os alimentos perecíveis, funcionando como uma ‘geladeira natural’, pois, por ter uma temperatura mais amena, conservava os alimentos por um período. Em frente à casa, ficava um jardim e, ao lado, os ‘terreiros’, local onde o café era exposto ao sol e remexido várias vezes ao dia. Os terreiros também eram locais de brincadeiras das crianças. Na festa junina de São João, dia 24 de junho, eles transformavam-se em palco de festa, onde levantavam o mastro e faziam a fogueira. “As empregadas faziam bolos e doces durante uma semana. Eles tinham muito fervor, não era uma festa só, não. Na noite de São João, todos levantavam antes do sol nascer para lavar o rosto”, conta sua neta D. Nilma. Era um momento no qual patrões se misturavam aos colonos. O relacionamento do coronel com os empregados era cordial, embora fosse um homem muito rígido. Dona Maria Garcia, que trabalhava com o marido em sua fazenda, relata que ele ia até a casa dela almoçar e sempre pedia que ela fizesse um prato de que ele gostava muito: mandioca com torresmo.

D. Nilma Izabel Lobo Favoretto (2004)³ fala do avô com muito carinho:

Meu avô era um homem muito religioso, quando ele saiu de Minas para Goiás ele se ajoelhou nos pés de Nossa Senhora da Piedade e pediu que ela guiasse a vida dele, que o protegesse, porque quando ele saiu de Minas e veio para Goiás aqui era

³ Nilma Izabel Lobo Favoretto. É neta do coronel Ernesto Magalhães, sua entrevista possibilitou o conhecimento do cotidiano das famílias na frente pioneira nesta região, no início do século XX.

um sertão. E aí ele chegou com uma tropa de seis burros, isso era a riqueza dele. Os burros carregavam um polaco para que não sumissem. Meu avô era um português, um descendente de português, ele não tinha medo.

O coronel Ernesto e sua esposa eram preocupados com a educação de seus filhos: suas filhas foram estudar em Uberaba, em um colégio interno, onde aprenderam a tocar piano e bandolim. Um aspecto interessante nesta família era o papel desempenhado pelas mulheres na administração dos negócios, eram elas que faziam a contabilidade:

Minha vó era quem comandava os empregados, era ele quem administrava. Meu avô tinha muitos empregados e era ele quem fornecia tudo, quando era sábado, parecia assim uma festa de tanta gente, era ele que vendia o arroz, o feijão, a carne. Era um sistema de barracão de venda. E os empregados eram muito amigos de meu avô. Quem vendia e anotava tudo era minha avó e minha mãe (Nilma Izabel Lobo Favoretto, 2004).

A fazenda é assim descrita por D. Nilma Izabel Lobo Favoretto (2004):

Era uma bela fazenda. Possuía um casarão que tinha em baixo um porão e na frente um jardim. Minha mãe cultivava muitas rosas. Passava um rego, perto da casa, onde tinha um lugar para lavar o café, porque o café do meu avô era selecionado. Era exportado, levava até Santos, e de lá ia pra fora.

O sucesso financeiro do coronel criou o mito de que ele havia feito um pacto com o diabo. A morte do coronel, anos depois, contribuiu para a afirmação do mito no imaginário popular da região, pois o coronel adoeceu com problemas no pulmão e sua filha o privava de receber visitas, a não ser as pessoas íntimas da família. Quando ele morreu, a família não consentiu que ninguém da cidade o visse, velaram-no e enterraram na Cidade de Goiás. Então, espalhou-se um boato de que, antes de sua morte, seu corpo tinha ficado coberto de pêlo e, após sua morte, seu corpo desapareceu, sendo possivelmente levado pelo diabo, com o qual ele tinha feito 'parte' para ficar rico. Diziam que, no seu caixão, a família havia colocado um toco de bananeira, por isso não permitiram o velório em Itauçu. Na verdade, o coronel havia pedido que fosse enterrado na cidade de Goiás, junto com seu filho.

O povoado Catingueiro Grande foi elevado à categoria de Distrito em 1936. Então, trocaram o nome para Cruzeiro do Sul, era um nome 'moderno', que permaneceu até 1943, quando recebeu o nome de Itauçu, nome de origem tupi-guarani e que significa pedra grande. O município de Itauçu foi criado pela lei nº 175, de 11 de outubro de 1948, assinada pelo governador do estado, Jerônimo Coimbra Bueno.

A história política de Itauçu é muito interessante, contou com nomes bem relacionados no cenário político estadual e nacional. Teve políticos idealistas, como o senhor Bernardo Lobo, genro do coronel Ernesto e que usava o seu patrimônio para administrar a cidade. Destacou-se também o doutor Ary Demosthenes de Almeida, que se elegeu a deputado federal pelo PSD, exercendo o mandato no período de 1954 a 1958, depois se tornando secretário no governo de Mauro Borges.

A partir da década de 1930, o Brasil insere-se de forma diferente na divisão do trabalho. O discurso mitificado da fronteira transforma-se na legitimação. O município de Itauçu teve um grande aumento populacional a partir da década de 1930. A política nacional “Marcha para o Oeste” visava incorporar Goiás às exigências da produção capitalista nacional. A economia brasileira orientava-se para o modelo de industrialização por substituição de importação, absorvendo Goiás como fornecedor de matérias-primas industriais e alimentos destinados ao abastecimento das grandes cidades brasileiras. Sobre a “Marcha para o Oeste”, afirma Carneiro (1981, p. 76):

A marcha para Oeste foi uma política levada a frente pelo Estado Novo, a partir de 1938, com o intuito de promover a ocupação dos vazios demográficos, na tentativa de incorporação dessas áreas ao conjunto produtivo nacional. Essa política teve sua origem na crise de 1929, com o início da derrocada da hegemonia cafeeira do centro-sul, e na revolução de 1930, havendo se transformado num projeto de colonização que abrangeu principalmente os Estados do Paraná, Mato Grosso e Goiás.

Inspirado nas exigências do grupo tenentista, este projeto preconizava uma maior democratização na utilização da terra, acreditando ser esta a via capaz de liquidar as oligarquias regionais e solucionar o problema de abastecimento dos centros urbanos do país (CARNEIRO, 1981, p. 76).

Neste período, surgiram programas e projetos de colonização patrocinados pelo governo federal com o objetivo de interiorizar e promover a ocupação dos vazios demográficos. A “Marcha para o Oeste” visava incorporar os estados de Goiás e Mato Grosso ao processo produtivo nacional. Inúmeras medidas foram tomadas nas décadas de 1940 e 1950 sob o argumento da necessidade de segurança nacional.

Lenharo (1986) assevera que a “Marcha para o Oeste” foi calcada no Estado Novo. No período pós-1930, o poder-Estado construiu um arcabouço ideológico sobre fronteira, um conjunto de imagens mitológicas, retóricas sobre o Brasil. A fronteira aparece como a idealização do Brasil, como se ela fosse a solução do país. Há uma mitificação da fronteira

como panacéia que resolveria todos os problemas, desde a identidade até a segurança, a alimentação e o mercado nacional.

Este avanço da fronteira agrícola em Goiás foi condicionado por fatores “ex-setoriais” e “extra-regionais”, tais como a implantação e ampliação da infra-estrutura de transporte e o crescimento da urbanização (BORGES, 1996, p. 38-9).

A “Marcha para o Oeste” foi chamada de imperialismo brasileiro, ou seja, a conquista de si mesmo:

Essa é a obra que Vargas cunhou de “imperialismo brasileiro”, agente construtor da nação, através do casamento das fronteiras econômicas com as fronteiras políticas. O imperialismo brasileiro consistia na expansão demográfica e econômica dentro do próprio país, que fazia a conquista de si mesmo e promovia a integração ao Estado (LENHARO, 1986, p. 23).

Neste período, as formas de ocupação territorial sofreram significativas transformações. Em Goiás, o governo federal colocou em prática a execução de medidas para incentivar a expansão capitalista do Estado, como a transferência da capital para Goiânia, em 1933; a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang), em 1941, no atual município de Ceres; e a abertura de estradas e a expansão da rede ferroviária até Anápolis, o principal centro comercial do Estado, para facilitar o deslocamento da produção de migrantes. Essas medidas promoviam uma vinculação mais estreita do estado de Goiás com os centros hegemônicos do país. É o poder público criando condições físicas e institucionais para favorecer a expansão da fronteira agrícola (BORGES, 1996, p. 42).

Em agosto de 1940, o presidente Getúlio Vargas veio a Goiás e participou de um churrasco no município de Itauçu, na fazenda Córrego do Meio, alugada por Afonso de Azevedo, e foi recepcionado pelo coronel Ernesto de Magalhães. Nesta ocasião, o coronel conseguiu com o presidente financiamento para começar a trabalhar com a pecuária, substituindo a produção cafeeira.

A fronteira desempenha, paralelamente, o papel de permanente expansão econômica e um importante papel no campo político, na medida em que analisou os excedentes populacionais, que se tivessem ficado em suas regiões de origem teriam determinado o agravamento das tensões sociais (SORJ, 1980, p.15-21).

Nas décadas de 1940 e 1950, o município de Itauçu recebe um grande contingente populacional, culminando, na década de 1950, com um número de 10.707 habitantes, segundo dados do IBGE. A intensificação do fluxo migratório e o aumento da produção

agropecuária do estado, sobretudo na década de 1950 refletem as formas de ocupação e organização da terra. As oportunidades econômicas oferecidas pelo município de Itauçu eram especialmente os termos de trabalho assalariado e em parceria nas lavouras.

As famílias vinham de Minas Gerais, São Paulo e da Bahia encorajadas pelas propagandas e pelas cartas das famílias aqui estabelecidas. Viajavam em tropas, de carro de bois, de trem de ferro. Cada migrante que chegava trazia consigo a esperança de “melhorar de vida”, de acumulação individual, queriam comprar um “pedacinho de terra”, sair da miséria. Alguns realizavam seus sonhos, muitos tiveram suas esperanças frustradas, trabalharam anos a fio em terras alheias e não conseguiram comprar seu pedacinho de terra. Não devemos esquecer o quanto a fronteira representa de sofrimento humano, de esperanças frustradas. As viagens são relatadas por D. Maria Silva (2004)⁴:

Eu vim da Bahia cum oito anos de idade, morei em muitas fazendas aqui (Itauçu). Vim de burro, era um pra carregá de cumê e os otro prá carrega o povo. As muié vinha muntada nos burro, otras nas garupa. Tinha criança piquena, oia o qui eles fazia: punha umas tar de cangaia nos burro e pegava os balaio e punha os minino, dum lado e do otro. O Zé, meu irmão, veio num desses carguero, numa bruaca, um dum lado, otro do dotro e um vinha puxano o burro.

O direcionamento de famílias de trabalhadores rurais para o Centro-Oeste foi induzido por intermédio de intensa propaganda de rádio. Os anúncios diziam: “lavradores sem terra, venham para Goiás, trabalhar na terra doada pelo Governo”. A notícia se espalhou de “boca em boca”, porém o que essas famílias não sabiam era que a doação de terras era apenas na área de colonização, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang). Na verdade, não se pretendia modificar a estrutura agrária do estado, altamente concentrada, a propaganda visava apenas promover uma mudança espacial da força de trabalho, sem alterar sua condição social, com a reprodução de meeiros, parceiros e assalariados. Exceto na Cang, a forma de ocupação da terra se dava ou pela compra ou pela ocupação e posse da terra (CARNEIRO, 1981, p. 80-1).

Na década de 1950 em Goiás, em decorrência do encontro entre o capital com a economia de subsistência, eclodiram inúmeras tensões e conflitos sociais. A forma de apropriação e utilização da terra nas condições históricas em que se processou em Goiás nas décadas de 1950 e 1960 gerou inúmeras tensões sociais. O município de Itauçu reflete esta situação. Aos poucos, estas lavouras foram sendo substituídas pelas pastagens de gado, os

⁴ Maria Silva, trabalhadora rural que participou dos trabalhos do MEB na Comunidade Serrinha, seu marido foi preso em 1966.

trabalhos nas lavouras começaram a ficar escassos, iniciando-se o processo de expulsão do trabalhador rural arrendatário.

A partir da década de 1950, a ocupação econômica da terra intensificou no município de Itauçu, como em todo o estado de Goiás. O capital passou a controlar cada vez mais as condições de trabalho, a propriedade da terra, expropriando o pequeno proprietário e expulsando os meeiros e arrendatários, intensificando os conflitos entre fazendeiros e trabalhadores rurais. Como visto neste capítulo, Itauçu foi fruto do processo migratório e sofreu várias mudanças relacionadas ao processo de expansão da fronteira no estado de Goiás.

Os conflitos foram marcados pelas tentativas dos partidos políticos, da Igreja e do estado de incorporarem as tensões sociais e as reivindicações dos trabalhadores rurais. Era a disputa pela hegemonia e paternidade da organização dos trabalhadores rurais. Se no Brasil, até os anos 1940, as formas de organização e manifestação de rebeldia dos trabalhadores rurais tinham sido o messianismo e o cangaço, a partir dos anos 1950 as Ligas Camponesas e os sindicatos foram as suas formas mais importantes de organização e luta política (MARTINS, 1995, p. 62-92). Vários movimentos de trabalhadores rurais surgiram nas diferentes regiões do país no período que vai do final da década de 1940 até a década de 1960, período do golpe militar. A atuação de partidos, Igreja e Estado nesses conflitos é descrita por Martins (1995, p. 65-6) como “o camponês nos projetos dos outros”, ressaltando que a história das lutas pela tutela dos trabalhadores rurais brasileiros não pode ser reconstituída separadamente da história política destas instituições. Valendo-nos desse viés, no próximo capítulo analisaremos a história política dos trabalhadores rurais de Itauçu. Observando a atuação destas instituições, procuraremos examinar a forma como os agentes coletivos e individuais no período histórico compreendido entre as décadas de 1950 e 1960 elaboraram a questão da renda da terra.

CAPÍTULO II

ITAUÇU... UMA LONGA TRAJETÓRIA DE TENSÕES E CONFLITOS NO CAMPO

A expansão do capitalismo pelo campo provocou inúmeras mudanças por meio da criação de um mercado interno de matérias-primas, de instrumentos de trabalho e de meios de subsistência, transformando tudo em mercadorias. Em Goiás, como em todo o país, essa expansão elevou os custos da produção agrícola, pois o capital, além da taxa média de lucro, precisa produzir um sobre lucro para pagar a renda da terra. Assim, começou a expropriação e expulsão dos trabalhadores rurais, pois é a terra, a disputa por ela, que traz para o confronto direto trabalhadores rurais e fazendeiros. A terra passa a ser um instrumento de dominação em torno da qual surge o confronto entre estes agentes.

2.1 ITAUÇU... BANDEIRAS COMUNISTAS ENTRE OS TRABALHADORES RURAIS

A atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) nos conflitos que levaram os trabalhadores rurais em Goiás a se organizarem foi muito significativa. O Partido Comunista tentava uma revolução no campo desde sua criação, em 1922 (PESSOA, 1999b, p. 57). Na década de 1940, ele já atuava no Brasil, organizando os trabalhadores rurais nas Ligas Camponesas. Em virtude das restrições legais para a organização sindical, optou-se pela criação de associações civis. Em 1947, o partido cai na ilegalidade e a maioria das Ligas desaparece, ressurgindo na década de 1950 em vários estados brasileiros, com diversas denominações: Irmandades União Camponesa, associação rural entre outras. A partir de 1954, o PCB começou a organizar os trabalhadores rurais em associações rurais regidas pelo código civil, aguardando o momento em que houvesse condições políticas de transformá-las em sindicato. A partir da criação da União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultrab) procurou-se dar caráter legal às associações, apoiando-se em estatutos e registros (GUIMARÃES, 1988, p. 54-5).

Em Goiás, as ligas camponesas chegaram pelo trajeto da estrada de ferro, no final dos anos 1940, nas proximidades do Triângulo Mineiro, onde predominava a agricultura comercial. As ligas possuíam um caráter legalista, seus instrumentos de luta eram predominantemente jurídicos, baseando-se no código civil e no artigo 138 da constituição de Goiás, que estabelecia em 20% o limite do arrendamento (DUARTE, 1998, p. 162-4).

As Ligas se autodefinem como uma sociedade civil de direito privado com jurisdição, sendo regidas por um estatuto e pelas leis em vigor no país. Os objetivos das Ligas eram diversos:

Primeiro, indicavam a necessidade de uma luta pela baixa do arrendo e melhoria das condições de trabalho para o trabalhador rural. Reivindicava-se: a extinção dos contratos na base de meia, reduzindo a taxa de arrendo para 20%; obrigatoriedade de contratos por escrito entre arrendatários e proprietários de terra, com maiores garantias de tempo para aproveitamento da terra; direito do rezeiro de manter, na fazenda, animais de sua utilidade, etc. Segundo, referiam-se à luta pela reforma agrária – entendida como a distribuição de terras aproveitáveis junto às principais vias de comunicação e nas imediações das cidades. Terceiro, apontavam a necessidade de uma luta para aplicação da legislação trabalhista no campo, termos de garantia do salário mínimo, pagamento em dinheiro dos mensalistas e diaristas rurais e direito de sindicalização para todos os trabalhadores rurais. E, por último, sugeriam lutar para a obtenção de benefícios governamentais para a solução dos problemas imediatos do campo: fornecimento de máquinas agrícolas, criação de ambulatório médico-dentário subvencionado pelo governo, criação de escolas de alfabetização de adultos e crianças, etc (GUIMARÃES, 1988, p. 46).

Para ser sócio das Ligas, era preciso exercer uma atividade ligada à produção agrícola. Os sócios tinham direito a votar e ser votado, a participar das atividades programadas pela Liga e a usufruir dos benefícios conferidos pelo estatuto da entidade. Seus deveres eram: pagar as mensalidades, acatar e cumprir as deliberações e tarefas dos órgãos da Liga, prestando contas à administração. A administração da Liga era feita pela diretoria (presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro), pelo Conselho Deliberativo (composto por três membros) e pela Assembléia Geral.

O presidente é responsável pela direção administrativa da entidade, é seu representante oficial e judicial, deve dirigir as reuniões, designar comissões, assinar atas e outros documentos, dar vistos em cheques e autorizar despesas. O vice-presidente é o substituto do presidente na ausência deste. Ao secretário, incumbem-se os trabalhos de expediente, registro, correspondência, publicidade e arquivo. Ao tesoureiro, compete a guarda de valores da entidade, a escrituração da receita e despesas em balancetes mensais e anuais, o recebimento da receita, o pagamento das despesas e a promoção de campanhas em benefício da Associação. O Conselho Deliberativo ou fiscal é o responsável para dar o parecer sobre os balancetes e os demais documentos da tesouraria, fiscalizar a escrituração e o movimento patrimonial e dar o parecer sobre a admissão de sócios propostos. A Assembléia Geral é o poder soberano da Associação e se reúne, ordinariamente, uma vez ao mês ou quando convocada pela Diretoria e, extraordinariamente, para a eleição da Diretoria

e do Conselho Fiscal. A ela compete decidir sobre todos os assuntos importantes da atividade social, eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal (AUED, 1986, p. 126-34).

Aued (1986) apresenta uma análise detalhada da identidade e da força política do Partido Comunista pelas Ligas Camponesas. A autora denuncia o despreparo teórico de seus dirigentes, tecendo considerações críticas das estratégias e táticas adotadas, questionando se as Ligas opuseram ou contribuíram para o surgimento do socialismo.

Para os pesquisadores da questão agrária brasileira, um desafio permanente é a análise da existência de inúmeros movimentos sociais que colocam em questão as condições de existência social dos trabalhadores rurais. Bastos (1984) analisa a questão do desenvolvimento do capitalismo no campo destacando que o mesmo tem acontecido – sem tocar a estrutura agrária – com a aliança do bloco industrial agrário. Bastos mostra que as Ligas Camponesas, na década de 1950 e início de 1960, questionam a aliança conquistando espaço para as reivindicações dos trabalhadores rurais.

Tal como propusemos na problematização inicial do trabalho, esta pesquisa pretende, entre outros objetivos, fornecer elementos a essa discussão, qual seja, qual o papel representado pelos trabalhadores rurais no processo de transformação da sociedade brasileira nas décadas de 1950 e 1960 e se as Ligas abriram espaço político aos trabalhadores rurais correspondente à sua importância na correlação de forças então existentes. Procuraremos refletir sobre o significado político da atuação das Ligas Camponesas no município de Itauçu e como, a partir desse movimento, surge a questão camponesa no debate político entre os anos 1955 e 1964. Uma das preocupações desta pesquisa é a definição da situação dos trabalhadores no desenvolvimento do capitalismo no campo.

A subordinação da terra ao capital foi um dos marcos principais do desenvolvimento do capitalismo no campo, processo que culminou com a expropriação do trabalhador rural e o êxodo rural. Essa transformação do capitalismo produziu conflitos manifestos na eclosão de movimentos sociais que são expressões da luta pela terra. As lutas sociais no campo nas décadas de 1950 e 1960 assumem importância vital na medida em que encaminham discussões de temas fundamentais.

Para responder a tais questões é mister analisar a atuação do movimento das Ligas Camponesas em Itauçu (GO) e a posição dos fazendeiros e autoridades locais ante os problemas sociais levantados.

Para Bastos (1984, p. 13), os conflitos agrários estão além do âmbito econômico imediato, pois se localizam mais no campo do poder, portanto, as Ligas Camponesas apontam para uma crise de poder. A socióloga procura mostrar as forças em jogo destacando

que o projeto político de reforma agrária das Ligas Camponesas foi elaborado fora das bases do movimento social por desconhecer o verdadeiro projeto dos trabalhadores rurais.

A conjuntura política nacional em meados da década de 1950, abriu espaço para a atuação de forças políticas ligadas às classes populares. A partir de 1955, as denúncias das condições dos trabalhadores rurais resultam na criação de um espaço político propício às mobilizações dos trabalhadores rurais e à emergência de suas reivindicações. A redefinição das prioridades de atuação política do Partido Comunista, em 1954, fez que parte de seus componentes se voltasse para a organização dos trabalhadores rurais.

Em razão da ilegalidade do Partido Comunista na década de 1950 em Goiás, as associações constituíram a principal experiência de organização dos trabalhadores rurais sob a liderança do Partido Comunista.

No centro e norte de Goiás, nesta década, aguçaram-se os conflitos pela terra entre grileiros, fazendeiros e posseiros, por causa da tentativa do capital de eliminar a posse e transformar a terra em propriedade privada capitalista. Essa situação levou à criação da Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Trombas e Formoso, em 30 de janeiro de 1954, com o objetivo de reunir os posseiros da região na defesa da terra grilada, no desenvolvimento do cooperativismo e na criação de escolas. A história desta associação é imprescindível em pesquisa sobre movimentos sociais rurais em Goiás, mas não é nosso objetivo analisá-la detalhadamente, neste momento.

Na região sul de Goiás, a questão da posse da terra não se apresentou de forma direta (DUARTE, 1998, p. 170). A expulsão do trabalhador arrendatário para as cidades ou para o norte do Estado era o fenômeno mais marcante da região na década de 1950. Quando o capital acelerou sua expansão no município de Itauçu, os fazendeiros, entregaram num prazo de dois a três anos, entregavam suas terras de matas virgens para os arrendatários, cobrando altas taxas de arrendo, para que estes formassem áreas de cultura ou criação de gado. Ao final deste prazo, o fazendeiro ficava com a terra formada sem nenhum desperdício de capital e, a partir de então, passavam a gerenciar diretamente a produção, dispensando os arrendatários e meeiros.

O município de Itauçu foi e continua sendo uma região de minifúndios onde, anteriormente, as lavouras de café eram formadas após a derrubada de matas com machadas e facão. Foi neste contexto que, em 1956, organizou-se, neste município, a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Itauçu, sob a orientação do Partido Comunista.

O depoimento de um trabalhador rural de Itauçu, citado por Guimarães (1988, p. 66), revela as condições de trabalho na agricultura no município de Itauçu no ano de 1956, quando fundaram a associação:

A Associação Itauçu nasceu em uma época difícil. As necessidades de luta nessa região era porque tava começando a ilusão de que o camponês fosse pro norte ia melhorá de vida e pra existir um entendimento, um respeito mais pelo trabalhador. Tava começando esse negócio do camponês ir para a cidade ou pro norte. Aos poucos tava acabando aquele negócio de trabalho manual. Quando era mato tocava aquilo com machado e facão. Então criamos a associação pra discutir isso, pra exigir do governo essas coisas. Inclusive, o pequeno e o médio proprietário. Era uma região que tinha minifúndio... Nessa região tinha mais arrendo. Era zona de formação de café e tinha também parceiro. Lá tinha mais as pequenas propriedades existia muita gente... As vezes era uma fazenda de 30 alqueires que tinha 6 ou 8 empregado.

O depoimento é revelador da situação em que se encontravam os trabalhadores rurais no município de Itauçu no ano de 1956. O depoente descreve esse ano como uma “época difícil”, revela a expulsão dos trabalhadores para as cidades ou para uma nova frente de expansão da fronteira, o norte do estado. Revela, também, o sonho (“a ilusão de melhorar de vida”) de conseguir comprar um pedaço de terra, de sair da miséria. Mostra a “ilusão de existir um entendimento, um respeito mais pelo trabalhador”, ou seja, o sonho de ser respeitado como ‘gente’, como ser humano, de ver seus direitos respeitados, em especial o direito de ter acesso à terra para trabalhar. O depoimento revela, ainda, que se iniciava a mecanização da agricultura, pois “aos poucos tava acabando aquele negócio de trabalho manual”, o que difere dos anos anteriores, em que desmatavam para o patrão usando apenas machado e facão. Tal como hoje, a região era de minifúndio e tinha muito arrendo na formação do café. A fala indica que grande parcela da população morava no campo e que o objetivo da associação era discutir essa situação.

Na expansão do capitalismo no município, visando formar suas fazendas, os proprietários da terra arrendavam algumas áreas a pequenos arrendatários e, num prazo máximo três anos, sem haver dispêndio de capital, recebiam uma renda da terra em produtos ou dinheiro, retinham a produção e obtinham o lucro de sua venda. Apesar de formar seus pastos, pediam, em seguida, que os arrendatários deixassem suas terras. A esses arrendatários, duas alternativas se apontavam: mudar para a cidade ou migrar para novas áreas de expansão, na esperança de se apossarem de terras devolutas.

A Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Itauçu foi considerada a segunda maior do estado e descrita como uma das duradouras e atuantes da época,

exercendo grande expressividade na articulação dos trabalhadores rurais do sul do estado durante oito anos. É de se estranhar o inexpressivo número de pesquisas sobre esta associação⁵ em meio à relativa produção historiográfica voltada para a questão agrária goiana.

A primeira pesquisa sobre esta associação foi realizada por Guimarães em sua obra *Formas de organização camponesa em Goiás (1954/64)*, publicada em 1988, na qual ela destaca sua expressividade na organização dos trabalhadores rurais do sul do estado até 1964 e as condições de trabalho na agricultura nesta região no período de formação da associação, que culminaram na expulsão do trabalhador arrendatário para as novas frentes de expansão (norte) ou para os centros urbanos. Esta era uma prática comum no estado, onde, em virtude da expansão do capitalismo no campo, os proprietários de terras entregavam suas terras aos arrendatários para a formação de pastagens, recebendo a renda da terra em dinheiro ou produtos sem qualquer dispêndio de capital.

Guimarães (1988, p.67-8) mostra que as reivindicações desta associação eram de duas ordens, a luta pela baixa do arrendo e a ampliação da organização dos trabalhadores rurais. A educadora esclarece que a questão da posse da terra foi uma reivindicação esporadicamente defendida pela associação, ocorrida apenas no caso da Fazenda Lages, conhecida como Fazenda do Estado. Esta fazenda havia sido adquirida pelo governo para a fixação de imigrantes estrangeiros, o propósito de colonização fracassou e posseiros ocuparam as terras. Em 1958, o Estado tentou reaver as terras, exercendo pressões e expulsando posseiros. Ante o conflito, a associação tentou resolver o problema por vias políticas, pedindo ajuda à Assembléia Legislativa. A autora cita o discurso do deputado Cristóvão Espírito Santo na tribuna, no dia 05 de maio de 1959, extraído do *Diário da Assembléia* (*apud* GUIMARÃES, 1988, p. 68).

Nossa vinda a esta tribuna, Sr. Presidente e ilustres colegas, é para relatar aqui fatos que estão se processando na Fazenda de Lages. Esta fazenda possui 130 alqueires de terra e há muitos anos que ali habitam várias pessoas, várias famílias, cultivando aquela terra e, de quando em quando, as autoridades responsáveis pelas terras devolutas do Estado, ou aquelas não devolutas que o Estado adquiriu, sempre que ali iam, prometiam ao posseiro [...] aos habitantes daquela fazenda que logo seriam loteadas e distribuídas os quinhões para cada um que ali habitavam. Isso vem de muito tempo ali conforme o presidente da Associação de Lavradores de Itauçu relatou moram na mesma 28 famílias com mais de 200 pessoas, algumas com mais de 10 anos de moradia [...]. Agora, foram mandados para lá 30 soldados, pra tratar da cavalaria e mais ou menos 20 alqueires foram ocupados. Agora aquela

⁵ Os autores que citam a expressividade desta associação são: Guimarães (1988, p. 66-9); Duarte (1998, p. 170-1) e Pessoa (1999, p. 62-3).

pobre gente vive sobressaltada, com ameaças de prisão, tabelas de arrendo extorsivo e é o diabo.

Guimarães (1988, p. 69) relata que essa associação subsidiava o Movimento de Formoso e outras tentativas de resistência pela posse da terra do centro norte goiano.

O segundo autor a pesquisar esta associação foi Duarte, em sua tese de doutorado intitulada *Do mutirão à ocupação de terras: manifestações camponesas contemporâneas em Goiás*, defendida em 1998. Ele relata que, no início da década de 1950, em Goiás, aguçaram-se os conflitos pela posse da terra no centro e no norte do estado, ao passo que, na região sul, a questão da posse da terra não se apresentou de forma direta, sendo o fenômeno mais marcante da região a expulsão do trabalhador arrendatário para as cidades ou frentes de expansão e que, diante desta situação, os trabalhadores rurais fundaram suas associações. Duarte (1998, p.170-1) cita como exemplo destas associações a Associação de Itauçu, mostrando que ela foi uma das mais duradouras e atuantes do estado, convergindo com Guimarães (1988) ao afirmar que suas principais bandeiras eram a baixa do arrendo e a conscientização do trabalhador rural. O autor mostra que, por causa de sua ligação com o PCB e localização próxima a capital, esta associação exerceu um importante papel no apoio às lutas pela terra que estavam ocorrendo no norte e no centro do estado, especialmente em Trombas e Formoso. Duarte (1998, p. 171) relata a forma como era dado esse apoio:

Seus filiados faziam comissões, abaixo assinados, denúncias nos jornais e contatos com deputados, no sentido de fazer pressão para solucionar os problemas enfrentados pelos posseiros envolvidos pela luta pela terra. Esta atuação da Associação de Itauçu contribuiu para ampliar a organização dos trabalhadores rurais e sensibilizá-los para a luta pela terra que mais tarde teriam que enfrentar.

O terceiro autor a pesquisar tal associação foi Pessoa, em sua obra *A revanche camponesa*, publicada em 1999. Pessoa (1999b, p.62) converge com os autores anteriores, ao destacar a expressividade da Associação, mostrando-a como a segunda maior associação do estado:

Na década de 1950, as associações se constituíram na principal experiência de organização dos trabalhadores rurais do Estado, sob a liderança do Partido Comunista. Ao final da década de 50 já havia dezenas delas [...] Dentre essas associações, duas se destacaram pela abrangência da sua organização e pela repercussão, seja na imprensa da época, seja no Legislativo Estadual. A primeira foi a Associação de Trombas e Formoso, fundada em 30 de janeiro de 1954, propondo-se a “reunir posseiros da região na defesa da terra grilada e no

desenvolvimento no cooperativismo e criação de escolas”. A segunda foi a Associação rural de Itauçu, foi fundada em 1956.

Vários foram os obstáculos com os quais nos deparamos no decorrer da pesquisa sobre esta associação, pois, além da escassa bibliografia, não encontramos nenhum de seus documentos escritos, exceto uma escritura de um lote comprado para erguer a sede da associação e algumas notas em jornais da época, os demais documentos foram confiscados pela ditadura militar. Para reconstituir a história desta associação, valemo-nos da história oral, entrevistando membros da diretoria, trabalhadores rurais sócios e não-sócios, fazendeiros, advogados, enfim, parte da comunidade itauçuense que presenciou o acontecimento. Muitos creditam à história oral o papel de produtora de documentos em casos como este, em que a censura (ditadura militar) elimina os registros escritos interessada em ‘apagar’ a presença destes ‘seres indesejáveis’ na sociedade.

A necessidade de ativar ou materializar o que existe em estado oral, ou mesmo ativar fatos que foram abafados por processos políticos a ponto de os retirar da memória de uma cidade, torna-se um desafio para nós pesquisadores, que não queremos deixar morrer determinadas experiências junto em protagonistas que têm hoje cerca de setenta a oitenta anos de idade. Nesse sentido, a história oral é um fator significativo para manter a experiência passada em discussão. É preciso ter em mente que há uma relação direta entre a memória e o esquecimento, e é importante observar um para entender o outro.

No que se refere à Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Itauçu, na realização de nossa pesquisa, percebemos um certo esquecimento. Uma questão colocou-se claramente: por quê esta associação ficou esquecida? Na pesquisa sobre esta associação, queremos entender o que ficou esquecido, porquê, como e quando. Há esquecimentos forçados que podem ser considerados ‘apagamentos’, ou seja, promoção de censuras que obstaculizam o conhecimento de um fato. Neste caso, a história oral pode atuar permitindo que, mediante a memória, o conhecimento do passado proibido volte e seja questionado (MEIHY, 2002). A ditadura militar brasileira instalada após 1964 utilizou-se de uma pesada censura para apagar a presença de pessoas ‘indesejáveis’ que defendiam pontos de vista diferentes dos seus, o que justifica o silêncio sobre a atuação das Ligas Camponesas em Itauçu. É contra este ‘esquecimento’ da experiência de dezenas de trabalhadores rurais que estamos lutando, buscando reavivar a lembrança deste tempo fadado ao esquecimento. Thompson (2002, p. 337) ressalta que a história oral consegue reunir um material histórico novo que se não fosse por ela estaria perdido com a morte de protagonistas.

É necessário estarmos cientes de que é impossível resgatar de forma cristalina aquilo que foi esquecido, uma vez que o próprio passado pode se modificar *a posteriori*, pois a forma ou a análise embutida na rememoração dessa história traz embutida a conotação do lugar que o entrevistado ocupa na sociedade.

Gondar (1998) lembra-nos de que a questão do conhecimento é política, não se referindo somente à dimensão do estado, mas abrangendo todas as dimensões em que se verifica um embate entre forças em jogo de poder, inclusive na própria constituição do eu, em que o que está em jogo é a manutenção da imagem de uma imagem ou representação de si mesmo. Não devemos esquecer que a constituição de uma memória impõe uma operação de segregação na qual se busca excluir aquilo que põe em cheque a imagem ou representação de si mesmo que se tenta preservar.

Menezes (1992, p. 9-23), ao tratar sobre a amnésia social, defende que não é suficiente ao pesquisador dar voz aos silenciados, é necessário que detectemos as multiformes gradações e significações do silêncio e do esquecimento, bem como de suas regras e jogos, buscando entendê-las. É preciso que busquemos as condições em que socialmente se produz o silêncio, por pressão coletiva ou conveniência pessoal. Este é um dos propósitos desta pesquisa.

Ao pesquisar a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Itauçu, deparamo-nos com inúmeros obstáculos, como a ausência de documentos escritos confiscados pela ditadura militar e o silêncio da população itauçuense que, por medo, se negava a falar da Associação, afirmando “ser perigoso falar” ou que “não freqüentavam e por isso não conheciam”. A referência da maioria dos entrevistados sobre o presidente Sebastião Bailão é que era um “homem bravo”. Outro obstáculo é de caráter fatídico: com exceção do líder Bailão, os homens que participaram da Associação já faleceram e suas esposas, por não participarem do movimento, não podem dar maiores informações do cotidiano da organização, por este motivo sua análise fica um pouco restrita à memória de seu líder.

2.1.1 Sebastião Bailão: a chegada de um comunista benzedor na cidade

Sebastião Gabriel Bailão foi o fundador da Associação de Itauçu. Mineiro, natural de Martins Campos, nascido no dia 02 de novembro de 1937, Bailão – como é popularmente conhecido – foi criado por uma família de coronel para a qual trabalhava desde criança nas

lavouras. Em 1940, seu cunhado Geraldo Marques veio para Goiás e voltou para buscar a família de Bailão, que aqui chegou em 1941, viajando de trem de ferro. Com a mãe e os irmãos, Bailão se instala numa fazenda próxima a Goiânia chamada Córrego do Mingau:

A fazenda era nova, nós era três irmão solteiro e esse cunhado e pegamos a fazenda pra arrumar e formar três alqueires de café. E naquela época não tinha contrato, não tinha documento nenhum os contratos eram tudo feito verbalmente e Goiânia estava crescendo naquela época, tava nascendo⁶.

Ao analisar a vida deste líder das Ligas Camponesas, deparamo-nos com um perfil de um moço cujas atitudes deixam transparecer mais a cultura camponesa (solidariedade, religiosidade popular) que a ideologia do Partido Comunista. Esse fato leva-nos a questionar se as atitudes dos trabalhadores rurais nas Ligas Camponesas, líderes ou não, demonstram a ideologia do Partido e se eles eram sujeitos ativos ou agiam teleguiados pelo Partido.

A história da família de Bailão coincide com a de inúmeras famílias de migrantes que chegavam em Goiás com o sonho de “melhorar de vida”. Geraldo Marques, cunhado de Bailão, já participava das reuniões do Partido Comunista, e foi por meio do Partido que eles ficaram sabendo da Colônia Agrícola Nacional de Goiás e para lá se dirigiram:

Quando faltava uns dois anos prá terminar o nosso contrato surgiu a Colônia de Ceres, Rialma e nós resolvemos largar a fazenda, pagar arrendo, essas coisa e ir atrás das terras, que é o que almeja as pessoas até hoje [...] Entramos nas terras virge e depois de três meses viemos buscar a família, já tinha barraco montado tudo lá e começamo a produzir (Sebastião Bailão, 2004).

Este depoimento corrobora a afirmação de Pessoa (1999a, p. 52) de que alguns colonos já tinham ligação com o Partido Comunista antes de chegarem à Colônia Agrícola Nacional de Goiás, mas foram para lá apenas como colonos, não com alguma ‘tarefa’ do Partido, e de que outros já foram enviados pelo Partido como ‘emissários’, como foi o caso de Geraldo Campos, que, com apenas 17 anos, chegou à colônia, em 1953, com o objetivo de elaborar o boletim *Ranca Toco*, levando consigo uma máquina de escrever e um mimeógrafo, que ficava escondido na casa de Geraldo Marques dentro da tulha de milho. Para imprimir o boletim, Geraldo se trancava num quarto da casa de Bailão: “Minha casa era

⁶ Sebastião Gabriel Bailão (02/11/1927), o comunista presidente e fundador da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Itauçu e, posteriormente, do Sindicato dos produtores Autônomos de Itauçu foi o primeiro articulador da organização dos trabalhadores rurais nesta região, podendo ser considerado um ‘intelectual orgânico’. Semi-alfabetizado, ministrou cursos e palestras no Brasil e no exterior. Hoje, mora em São Luiz dos Montes Belos.

a redação do jornal Ranca Toco”, confirma Bailão. Este boletim noticiava os movimentos dos trabalhadores rurais na Cang e denunciava as tentativas de grilagem, como a do alemão Helmuth:

Mais aí no governo do Coimbra Bueno, apareceu um dono das terra lá, um alemão por nome Helmuth, não sei se ele era secretário de Ari Demósthene. Aí em vez deles dá título definitivo pra nós não deram. Nós, os comunista, mobilizava a massa [...] nós tava começano a colher quando apareceu aquele alemão e aí facilitou para nós mobilizar o povo, fizemos muita reunião (Sebastião Bailão, 2004).

O depoimento mostra que a tentativa de grilagem facilitou a organização do povo pelo Partido Comunista. Oscavú José Coelho (2002)⁷ relata que, quando morava na Cang, participou destas reuniões nas quais compareciam cerca de quinhentas pessoas.

Em 1956, o Partido Comunista, em assembléia, decide que Bailão deveria vender a sua posse e, com o dinheiro, comprariam armas para o movimento de Trombas e Formoso:

E o partido tirou a resolução de eu vender minhas posse e dar o dinheiro pra lá, porque eu não tinha filho, né ? E dá o dinheiro prá lá pra eles comprar armas pra Formoso. Aí eu vendi e saí sem dinheiro nenhum e passei a ganhar do partido um salarinho de fome [risadinha]. E tiraram a resolução daí ser fundador da primeira associação de lavradores de Itauçu (Sebastião Bailão, 2004).

Loureiro (1988, p. 93-6) critica a atitude do Partido, que conseguiu o envolvimento com os trabalhadores rurais nas atividades, porém centralizava as decisões sobre o desenrolar nos comitês do partido, hierarquizando as decisões. E, assim, o Partido reafirmava a discriminação entre os que pensavam, conseqüentemente os mais capazes, e os que executam, os trabalhadores rurais, ‘seres inferiores’, ‘incapazes’. O Partido reproduzia, na prática, a divisão da sociedade capitalista e perdia a oportunidade de possibilitar ao trabalhador rural o aprendizado da experiência política por não conseguir desvencilhar-se do domínio da ideologia dominante.

Em 1955, o Partido “tirou a resolução“ de que Bailão deveria ir para o município de Itauçu, região cafeeira. Também em uma convenção em Goiânia decidiu que deveriam organizar as associações de trabalhadores rurais, então dividiram o estado em regiões e formaram o comitê de zona do Partido em cada região, que reunia de oito a dez municípios.

⁷ Oscavú José Coelho, Trabalhador rural itauçuense, pode ser considerado um ‘intelectual orgânico’ e com apenas três meses de escola, foi monitor do MEB, membro da AP e, por isso, preso e condenado em 1967. Sócio-fundador do STR de Itauçu, membro das CEB's, e CPT, é poeta e hoje reside em Goiânia.

Um elemento do Partido em cada área, que recebia o nome de delegado, passava para os trabalhadores rurais as informações do Comitê. Nas localidades pertencentes a uma região, o movimento de prestação de arrendo sempre contava com a presença do delegado. Assim, o Partido inibia a autonomia dos trabalhadores rurais, apresentando-lhes uma autoridade e reafirmando neles a dependência dos letrados (LOUREIRO, 1988, p. 95).

O trabalho inicial de organização dos trabalhadores rurais de Itauçu foi feito lentamente por Bailão mediante discussões nas lavouras e nas casas dos trabalhadores rurais a respeito das condições de vida do arrendatário na vigência da lei estadual que estipulava o limite máximo do arrendo em 20%. Para conseguir um maior contato com os trabalhadores rurais, Bailão, assim que chegou à cidade, começou a trabalhar nas lavouras. Ele trabalhava também de servente para o Sr. José Prata, o pedreiro que assentava três mil tijolos em um dia e que gastava dois serventes para serventeá-lo.

A sociedade, assim que descobriu que Bailão era membro do Partido Comunista, começou a discriminá-lo:

O Vergílio Pentecoste metia o pau na gente no alto falante, falano que nós era um comunista perigoso, falano que tinha que ter cuidado com aquilo. E o cumpadre Eurípede, que era lá da Igreja Católica, era os dois único alto-falante, as amplificadora, que falava lá naquelas época, também metia o pau, falava que nós era perigoso, negócio perigoso [...] (Sebastião Bailão, 2004).

O depoimento de Bailão demonstra a discriminação sofrida por ele, apresentado como “comunista perigoso” pela Igreja Católica e pela Igreja Pentecostal. Porém, aos poucos, Bailão foi conquistando a confiança de uma grande parcela da população, começou a fazer trabalho de assistência social como, por exemplo, pedir dinheiro para comprar caixão para enterrar os pobres.

Em 1956, após muitas reuniões, resolveram fundar a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Itauçu. Os convites para a fundação da Associação foram impressos em Goiânia e doados pelo jornal *Folha de Goyas*. Formaram a chapa da Diretoria, na qual Sebastião Bailão era o presidente. O local da inauguração, onde a sede funcionou por alguns anos, foi o prédio de uma máquina de beneficiar arroz que estava abandonado e situava-se na saída de Araçu. Bailão relata como foi este acontecimento:

Naquela época tinha o Biju que era advogado lá. Então ele levava a documentação toda, nós fizemo o convite, o povo ajudou, as mulheres arrumô tudo e nós fez uma senhora sala lá, cada um levô um banquinho, veio gente da roça, da cidade [...] E na eleição eu fiz a chapa com todas aquelas composição. Então aqueles

fazendeiros da roda tudim foi na unidade da policia e mandou o delegado ir lá com um comboio e prender nós no dia da eleição e aí como tinha estabelecido a legislação trabalhista do campo o nosso delegado do partido foi e levou toda a documentação. Os convites naquela época foi feito aqui em Goiânia. Em tudo isso eu não considero a gente, considero o partido. E nós a maioria que tava organizando sabia que a polícia podia ir, mas não falamos isso pro povão não (Sebastião Bailão, 2004).

Esse depoimento evidencia que os fatos que estavam ocorrendo em Itauçu refletem a situação do estado como um todo, na época: a atuação das ligas em forma de associação, com sua concepção legalista, que constituíram a principal experiência de organização do estado, sob a liderança do Partido Comunista. Fica evidente, também, a reação dos fazendeiros, que tentam impedir a organização da Associação, pois temem pelo seu poder e por seus bens. Bailão (2004) relata com detalhes a chegada da polícia ao local e o desfecho surpreendente desta reunião:

Aí nós tava organizando a coisa quando chegou a comboio e foram entrando, os quatro armado pra dentro, né? E o delegado também entrou e o advogado estava explicando as leis, né? Então eu falei que aquele era o delegado superior de Goiás que estava lá e convidei ele pra explicar o porque que estava lá se era pra garantir ou não, né? Porque ali nós estava fazendo as coisa de acordo com a lei e o que ele ia fazer lá. Aí, ele, sentou e o advogado continuou, nós passamos a ata pra eles e nós continuamos. Aí, ele, devolveu as arma, recolheu a polícia e as arma e ficou lá participando, ele era um bachareiro muito assim culto, aí virou o disco, ficou pra garantir nossa segurança. Os fazendeiro que estava ali em roda, mais era gente, ocois precisava ver! Tudo esperano nós ser preso. Os fazendeiros era o Nenê Faustino, os Ferreira, os Magalhães, os Neto, tinha uma porção deles, era uns trinta, tinha até de Araçu. E então eles começaram a despistar. E então esses homem elogiô, rapaz! E aquilo foi um embalo pra nossa organização. Aí começamos a organizar de uma maneira... fazendo justiça.

A Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Itauçu foi criada em 1956, ano marcado pela crise provocada pela expulsão do trabalhador arrendatário para novas frentes de expansão. As reivindicações defendidas por ela eram a baixa do arrendo e a conscientização do trabalhador rural. Ela congregava arrendatários, parceiros e pequenos proprietários (GUIMARÃES, 1988, p. 66-9).

Esta associação subsidiava a resistência pela posse da terra do centro norte goiano, como confirma Bailão:

A gente tinha muita ligação com o povo de lá (Formoso) ia junto nos congressos. Quando tinha congresso, reunião lá (Itauçu) vinha gente de Formoso. Nós tinha uma relação geral porque eu fui eleito presidente da Federação das Associação eu ia visitar as associação e levava gente de Itauçu, companheiros nossos (Sebastião Bailão).

A Associação desenvolvia atividades de integração entre os moradores da cidade e os da zona rural, como bailes, festas, mutirões e rezas, de acordo com as necessidades surgidas pelos associados (GUIMARÃES, 1988, p.66-9).

Aos poucos, Bailão foi conquistando a confiança dos trabalhadores rurais itauçuenses:

Aquelas fazendeiras de pudim levava lá e não me cobrava de jeito nenhum. O povo me dava galinha, trazia espeto, milho, porco castrado, trazia tudo. Eu benzia os cobreiros com 3 talos de mamona. O povo passou a confiar tanto em nós que tudo que eu benzia sarava. E quantas vezes que eu tava dentro do ônibus, pra viajá e chegava gente prá benze e o motorista da chalana esperava. Tomaram confiança na gente duma forma... (Sebastião Bailão, 2004).

Nesta fala, aparece um fato atípico: um comunista benzedor. O relato mostra-nos que Bailão, mesmo incorporando as ideologias do Partido Comunista, apresenta traços culturais cotidianos da religiosidade popular típicos dos trabalhadores rurais brasileiros. A benzeção, um dos momentos importantes da medicina popular, é um veículo que possibilita o benzedor estabelecer relações de solidariedade e de aliança com os santos e com os homens e entre ambos simultaneamente, é um instrumento por meio do qual homens produzem serviços e símbolos de solidariedade para si e para sujeitos de sua classe social, ela repara a tragédia, a dor, o sofrimento (OLIVEIRA, 1985, p. 9-14). Ao benzer, Bailão mostra-se solidário com os problemas da sociedade local. Porém, para benzer, a pessoa precisa ter o dom e receber a legitimação da sociedade, é necessário que as pessoas do local queiram que tal dom exista, que elejam esta pessoa como especial, capacitada, dotada de poderes sobrenaturais. O benzedor tem de ser uma pessoa boa, solidária com os pobres e possuir uma fé indiscutível. O fato de Bailão tornar-se um benzedor mostra também que ele conseguiu uma grande aceitação da sociedade local.

Ortêncio (2000), em sua obra literária *Sertão sem fim*, com o conto Benzedor de Cobras relata um episódio do cotidiano deste personagem do sertão goiano, o benzedor. Neste conto, temos retratado o cotidiano de um benzedor de cobras e percebemos o respeito dos sertanejos a esse personagem, que, com astúcia, consegue tirar proveito econômico de seu ‘dom’ sem cobrar pela benção, tal como dita a regra.

No relato, Bailão busca demonstrar suas relações de amizade com os trabalhadores rurais no dia-a-dia. Ele relata também que os jovens que fugiam para se casar em razão dos pais não aprovarem o casamento – prática comum na zona rural neste período – procuravam sua casa na cidade para pernoitarem:

Aí, acontecia que os casal fugia e chegava lá em casa e o lavrador não bate na porta assim: toc... toc... é com a mão aberta. Aí, lá pras duas da manhã batiam na porta e eu falava pra minha esposa “olha mais um casal fugino”, eu abria a porta e o rapaz tava na porta e a moça lá com o rosto virado, de vergonha. Aí, ele contava a história. Aí, eu mandava entra primeiro, a muié levantava e fazia um cafezinho. Aí, a gente punha eles durmi um num quarto e o outro no outro, porque vamos casar primeiro. Aí, eu conversava com os pais deles, ajeitava e eles casava e depois a gente tinha que batizar os primeiros filhos deles (Sebastião Bailão, 2004).

Em vários outros depoimentos, as pessoas citavam este apoio de Bailão aos namorados que fugiam. Ele se relacionava bem com as autoridades da cidade. O Sr. Valfredo Nascimento, juiz distrital de Itauçu, confirma:

O Bailão, inclusive, era muito meu amigo. O Bailão era uma pessoa muito boa para se comunicar com ele, era muito bom prestativo. Eu, inclusive, na época era o juiz distrital e aconteceu que teve umas encrencas aí na roça de gente que o gado entrava na roça lá e comia uma parte da roça e a pessoa vinha aqui me comunicar, então eu chamava o Bailão pra ir lá ver o que aconteceu. Então nós fazia um cálculo do prejuízo daquela pessoa para o outro pagar o prejuízo para ele (Valfredo Nascimento, 2004)⁸.

Esse depoimento mostra uma das práticas das Ligas: as reivindicações ao pagamento de indenizações e benfeitorias. É importante destacar que o juiz o convidava não pelo fato de ele ser o presidente da Liga e, sim, porque ele era bem visto, respeitado e querido pela população local.

A Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Itauçu se diferenciava da organização de Trombas porque lá houve luta armada, ao passo que em Itauçu a luta armada não ocorreu, apenas buscavam a aplicação das leis em prol dos trabalhadores rurais. Bailão relata isso e mostra a ligação entre as duas associações:

O programa nosso não era pegar em armas, nem invadir nada, nós queria organizar o trabalhador para fazer uma seqüência aí, pedir a baixa do arrendo, fixar o homem na terra e aquelas coisas todas. A gente tinha muita ligação com o povo lá, ia junto nos congressos. Quando nós fazia reunião, congresso, reunião lá (Itauçu) vinha gente de Formoso. Nós tinha uma relação geral porque eu fui eleito presidente da Federação dos Sindicatos dos Produtores Autônomos Rurais e eu visitava as associações e levava gente de Itauçu, companheiros nossos (Sebastião Bailão).

⁸ Valfredo Nascimento, fazendeiro da região, foi oficial de justiça na década de 1960 e presidente do Sindicato Rural de Itauçu..

No final da década de 1950, época em que a Associação de Itauçu foi fundada, o Partido Comunista havia mudado as suas orientações quanto à forma de organização dos trabalhadores rurais, de modo geral. Em 1956, as relações do Partido Comunista com Trombas e Formoso começaram a se deteriorar. Primeiro foi com relação à utilização de armas no movimento, o Partido Comunista, já com suas concepções legalistas, não via com bons olhos este fato. Segundo, pelo fato de o movimento estar assumindo posições autônomas, não acatando as ordens do Partido (DUARTE, 1998, p. 171). Já a Associação de Itauçu cumpria as normas do Partido, resolvendo os problemas locais por meio de encaminhamentos legais. Guimarães corrobora esta afirmativa:

Das duas associações criadas a partir de 1954, duas se destacaram pela natureza das lutas que expressavam: a de Trombas/Formoso (centro-norte goiano) onde o conflito pela posse da terra tomou proporções nacionais, e a de Itauçu (sul do Estado), mais orientada pela defesa da baixa do arrendo de acordo com as diretrizes assumidas pelo PC-Goiás no final da década de 40 (GUIMARÃES, 1988, p. 55).

A história de Itauçu ilustrava os acontecimentos do estado de Goiás e do país no ano de 1963. O tema da reforma agrária e da violência no campo estava presente nos debates acadêmicos e políticos e na mídia em geral:

Continuando a série sobre o palpitante tema da reforma Agrária, que vem polarizando a atenção de todos os brasileiros, o QP, nesta edição divulga interessante trabalho do ex-deputado Galeno Paranhos, trabalho que destacamos do seu livro “Reforma Agrária e Planejamento” (JORNAL 4º PODER, 1963a, p. 6).

Os jornais denunciaram o clima de conflito no campo em todo o estado em que os fazendeiros tentaram impedir a organização dos trabalhadores rurais:

Esteve ontem na sede da União Goiana dos Estudantes Secundaristas um grupo de camponeses [...] relatando acontecimentos estarrecedores que se verificaram na região de Nazário, provocados por fazendeiros daquela zona [...] Estamos acostumados a ver quase que diariamente acontecimentos desta natureza eclodindo em várias regiões do país (JORNAL 4º PODER, 1963b, p. 4).

A Secretaria de Trabalho e Ação Social (Setas) do Estado de Goiás é procurada por muitos trabalhadores rurais que buscam seus direitos, relatando o clima de violência no campo:

Ao aproximar-se a época das colheitas o drama do pequeno agricultor nos sertões de Goiás atinge culminâncias máximas transformando a Secretaria de Trabalho e Assistência Social no receptáculo de todas as tragédias sertanejas de nosso Estado. Dia após dia é a fila interminável de lavradores que vão ali tratar os seus direitos, reclamar contra o dono da fazenda que o expulsou, seu rancho, ou não raro, mandou cruelmente espancá-lo jogando-o nos caminhos da miséria, depois de tomar, pela violência, tudo o que constituía suas humildes posses (JORNAL 4º PODER, 1963c, p. 1).

Ante o exposto, fica evidenciada a expulsão do trabalhador rural do campo e a atuação do governo de Mauro Borges, que, por meio da Setas, dirigida por Èrides Guimarães e instalada em 1963, iniciou a campanha de sindicalização rural de acordo com o plano nacional definido pelo governo federal, e da instalação do Conselho Regional da Superintendência da Reforma Agrária (Supra), presidida por Cristóvam do Espírito Santo, que também defendia ser fundamental a sindicalização rural em massa e pretendia promover a união de órgãos como a Setas, a Delegacia do Trabalho e a Federação das Associações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Goiás como uma alternativa para o disciplinamento e controle das expectativas dos trabalhadores rurais em relação à posse da terra (GUIMARÃES, 1988 p.100-1).

Guimarães (1988), no decorrer de sua obra, mostra as contradições do tratamento dado pelo estado à questão fundiária e a luta pela terra em Goiás. O governo Mauro Borges, por intermédio da Setas e da Supra estendia o populismo sindical ao campo: ao mesmo tempo em que acenava para a participação dos trabalhadores rurais e estimulava a criação de sindicatos rurais sob seu patrocínio, empenhava-se em evitar as conseqüências que poderiam advir de uma maior organização dos trabalhadores rurais, ou seja, implantou uma política de colonização e sindicalismo rural visando amortecer ou neutralizar as lutas e reivindicações dos trabalhadores rurais.

A aceleração do debate sobre a questão agrária provocou ações de várias entidades que procuravam cooptar as ações dos trabalhadores rurais, entre as quais o Estado, o Partido Comunista e a Igreja (PESSOA, 1999b, p. 65-7), que, apoiados no artigo 115 do Estatuto do Trabalhador Rural de 02 de março de 1963, deram início ao sindicalismo rural no Brasil.

O projeto de lei para estender aos trabalhadores rurais a legislação trabalhista vigente esteve em discussão no Congresso durante quase dez anos. Este projeto fora discutido em comissões e em sessões plenárias, tendo sido arquivado, reaberto e arquivado novamente, até que, em janeiro de 1963, o Congresso aceitou a última versão do Senado e o enviou para a aprovação do Presidente Goulart, que o assinou em março de 1963. O Estatuto do Trabalhador Rural entrou em vigor três meses depois (KADT, 2003, p. 164-75).

Kadt (2003, p. 175) explica que havia consideráveis vantagens no controle de um sindicato. As disposições financeiras fortaleciam a posição de seus fundadores e das primeiras diretorias dos sindicatos, tornando-a, na prática, virtualmente invulnerável. Para o autor, este poder era, obviamente, muito limitado, porém, havia perspectivas bem mais atraentes para aqueles que ambicionavam uma carreira política: o controle das federações que rapidamente surgiam em diferentes estados e que, possivelmente, teriam voz ativa na escolha das diretorias das confederações nacionais.

Analisando a questão se as Ligas Camponesas deveriam ser vistas como representando um rompimento fundamental com as relações tradicionais nas áreas rurais ou se envolviam apenas algumas formas de transformação interna, Kadt (2003, p.48-54) mostra a opinião de autores da época, como: Galjart (1964, p. 18), que afirmava que as Ligas não eram mais que os séquitos dos velhos coronéis em um novo formato, com seus líderes agindo de maneira igual aos patrões, e que os trabalhadores rurais as viam e os posteriores sindicatos apenas como fornecedores de serviços pessoais, médicos, jurídicos e econômicos, e dificilmente como entidades que promoveriam os interesses coletivos de sua classe; e Leeds (1964), que acusava Julião de agir como um coronel benevolente, em novo estilo, e que usava a causa dos trabalhadores rurais apenas para estimular sua carreira política, um típico brasileiro carreirista de classe alta perseguindo seu objetivo de fama e poder em passos oportunistas. Kadt concorda com a opinião de Galjart de que os trabalhadores rurais que participavam das Ligas dificilmente agiriam politicamente visando interesses coletivos, no entanto defende que, na maioria das áreas rurais, seria enganoso classificar tais trabalhadores como seguidores tradicionais, e defende que não existem dúvidas de que as Ligas ajudaram os trabalhadores rurais a continuar trilhando a estrada da emancipação de sua dependência do patrão, embora isso nem sempre tenha levado à consciência de classe.

Em 1963, o Partido Comunista e a Igreja passaram a priorizar a necessidade de criação de um número maior de sindicatos rurais. Para Guimarães (1988, p. 118-20), este fato é explicado pela necessidade de ambos terem uma maior quantidade de sindicatos como forma de garantir a hegemonia sobre os trabalhadores rurais. As lideranças do PC viam nesta corrida pela criação de sindicatos uma forma de pressionar o Estado para as reformas de base.

No ano de 1963, já era grande o número de sindicatos criados, tendo surgido várias federações. Em Goiás, nesse ano foram criados 34 sindicatos (GUIMARÃES, 1988, p.110-1) e, em âmbito nacional, o número de reconhecimento de sindicatos rurais cresceu enormemente, em setembro, já havia o reconhecimento de 33 federações em todo o país.

A carta de reconhecimento sindical da associação de Itauçu foi expedida em 1º de maio de 1963 e entregue aos trabalhadores rurais de Itauçu no dia 23 de junho de 1963, em uma solenidade na qual estiveram presentes várias autoridades:

Hoje em Itauçu às 14 horas, presentes diversas autoridades especialmente convidadas será feita a entrega ao Sindicato dos Produtores Autônomos Rurais, daquele município de sua carta de reconhecimento sindical, expedida a 1º de maio passado, pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social. O Sr. Sebastião Bailão, presidente da entidade de lavradores e trabalhadores rurais de Itauçu informou ao QP que, entre outros convidados para a solenidade o Sr Ary Demosthenes, Secretario do Governo; o Sr. Otacílio Alves de Castro Júnior, Delegado Regional de Trabalho; o Sr. Érides Guimarães, Secretário do Trabalho; o deputado José Porfírio; vários líderes de sindicatos rurais e urbanos e líderes estudantis. Os camponeses de Itauçu oferecerão um almoço às autoridades convidadas (JORNAL 4º PODER, 1963d, p. 1).

A denominação Sindicato de Produtores Autônomos Rurais relaciona-se com a leitura que as lideranças do PC faziam das diretrizes estabelecidas pelo Estatuto do Trabalhador Rural. De acordo com esse Estatuto, os sindicatos deveriam ser organizados com as seguintes categorias de atividades de trabalho: trabalhadores na lavoura, trabalhadores na pecuária, trabalhadores na produção extrativa, pequenos proprietários e trabalhadores autônomos – arrendatários e posseiros que exploravam atividades sem empregados, ou seja, em regime de economia familiar. A fundação de sindicatos de produtores rurais autônomos devia-se à natureza de suas reivindicações efetivadas pelos trabalhadores rurais referentes a problemas de arrendo, ao direito de permanecer na terra por ele cultivada, de receber indenização pelas benfeitorias feitas e de liberdade de comercialização de seus produtos (GUIMARÃES, 1988, p. 123-4).

No Sindicato de Itauçu, como nos demais do estado, a assistência jurídica visando a obtenção de um acordo verbal ou judicial com o proprietário da terra foi uma das táticas de rotina. O acordo judicial somente era buscado quando as táticas de diálogo com o fazendeiro eram inviabilizadas. Havia uma acentuada preocupação em conciliar e conseguir mobilizar para se fazer a organização sindical por vias pacíficas. Outra prática constante dos militantes sindicais de Itauçu era o assistencialismo. Aued (1986, p. 126) esclarece que um dos objetivos das Ligas era prestar assistência social aos trabalhadores rurais, criando, instalando ou mantendo serviços de assistência médica, jurídica, odontológica e educacional. Para tal, conseguiram com o governo federal uma perua:

Essa perua eu usava em Itauçu e em toda banda no movimento sindical, a gente andava nela, aí carregava doente [...] Por que em minha casa sempre tinha gente doente que eu levava daqui pra lá. Essa coisa ajudava o camponês a ter confiança no sindicato. O pessoal via na gente uma fonte de resolvê problema, até os namorados que fugia ia lá para casa de madrugada pedir ajuda. [...] Nós fazia mutirão de serviço (Sebastião Bailão, 2004).

Os pedidos dos trabalhadores rurais aos sindicatos eram, geralmente, de caráter individual, e o assistencialismo tornava-se uma prática diária dos sindicatos em Goiás.

Em setembro de 1963, foi criada a Federação dos Sindicatos de Produtores Autônomos Rurais do Estado de Goiás, cujo presidente eleito foi Sebastião Bailão. A Federação de Associações de Lavradores de Goiás empenhou-se, neste ano, na execução do objetivo prioritário de fundação e reconhecimento de sindicatos rurais para a criação desta associação.

Guimarães (1988, p. 126) alerta que a sindicalização rural não partiu dos trabalhadores rurais, mas foram os agentes do setor de sindicalização rural que a formularam e encaminharam os trabalhadores rurais. Essa afirmação corrobora a tese de Duarte (1998, p. 12) de que, anteriormente, as lutas camponesas eram conduzidas por entidades mediadoras com concepções estranhas ao trabalhador rural.

Bailão, um lavrador que teve apenas seis meses de estudo, fala de sua aprendizagem por meio do PC, apesar de semi-alfabetizado, presidia reuniões e congressos em Goiânia, como foi o caso do Encontro de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, ocorrido em setembro de 1963, participava de congressos em todo o país e até no exterior, como representante: “Eu fui eleito representante do camponês para ir no Congresso Mundial da Paz em Bucareste, na Romênia”. Ele entrou também na política e foi eleito vereador de Itauçu em 1963.

Poderíamos classificar Sebastião Bailão como um ‘novo coronel’, um coronel benevolente, que visava apenas poder, carreira política, alguém que usava conscientemente os trabalhadores rurais para seus objetivos pessoais? A afirmação dele de que “se não fosse o Golpe Militar, teria sido eleito prefeito de Itauçu” corrobora suas “segundas intenções”? O que representavam as Ligas para ele?

Para entendermos a atuação de Bailão e dos demais trabalhadores rurais membros das Ligas, temos de considerar que os trabalhadores rurais constituíam o extrato mais pobre e desprestigiado da sociedade brasileira da época, que os submetia a uma superexploração econômica e lhes conferia uma identidade negativa. Eles eram vistos como ‘nada’, ‘ninguém’. Com as Ligas, eles conseguiram cidadania e o reconhecimento social como

pessoas, ou seja, tratamento com respeito, cordialidade e consideração substituiu a humilhação e a rejeição a que eram submetidos cotidianamente. O Partido e as Ligas representavam para Bailão e para os demais trabalhadores o espaço em que eram ouvidos, podiam falar, onde se sentiam alguém. As vitórias que conseguiram juntos, mesmo pequenas, eram importantes para eles, pois conseguiam validar o que os outros lhes haviam sistematicamente negado: a condição de pessoa.

As candidaturas de Bailão, de Vergílio Pentecostes e de outros trabalhadores rurais membros da Associação não significa que eles estavam usando as Ligas em benefício próprio. Sem dúvida, classificar Bailão como um ‘coronel’ seria um erro. A atuação política era uma prática comum trilhada pelos líderes das Ligas que, em si, não significa uma busca somente de poder, eles não usavam os trabalhadores rurais conscientemente para obter favores para si, tal pensamento seria subestimar a importância desta organização. Houve aprendizado em ambas as partes, também houve falhas, e, como disse Bailão, nesta trajetória eles “foram abrindo picadas para que outros formassem as estradas”.

É preciso destacar que em uma luta social, em movimentos sociais, há aquisição de conhecimentos, ao participarem das Ligas, os trabalhadores rurais, líderes ou não, adquiriram um saber que não tinham antes.

Para a sua difusão, as Ligas, no Nordeste brasileiro, contavam com três instrumentos: o código civil, a poesia popular e a Bíblia, afirma Bastos (1984, p. 68). Em Goiás, essa difusão aconteceu de forma semelhante, conforme corrobora este estudo de caso. O código civil representava o *status* legal desta organização dos trabalhadores. A cultura popular, especialmente a poesia popular e as modas de viola, era importante meio de comunicação dos trabalhadores rurais. A poesia adquire um significado político e pedagógico nas Ligas, pela crítica que faz ao tipo de sociedade que se pretende mudar. A Bíblia se torna importante porque, como vimos, a Igreja Católica denunciava as Ligas como “coisa perigosa”, contra a religião e contra Deus. Então, as Ligas aproximaram-se dos pastores protestantes, religião perseguida naquela época, era a união da Bíblia com o Código Civil (BASTOS, 1984, p. 68-9). Em Itauçu, um pastor protestante que exerceu importante papel na associação e no sindicato foi Vergílio Pentecoste.

O fato de estes pastores não beberem, não fumarem e possuírem apenas uma família lhes conferia o *status* de homem sério perante a comunidade:

Podemos refletir sobre o papel que a austeridade desses líderes – “não beberem, não fumarem e só tinham uma família” – tem no movimento. A renúncia aos bens

do mundo pode ser vista como um elemento articulador de identidade da base do movimento social, uma vez que a mesma possibilita a consciência da posição desigual face à outros membros da sociedade, funcionando como elemento aglutinador da luta (BASTOS, 1984, p. 68-9).

As táticas das mobilizações das Ligas em Goiás eram diversas: contato com a Assembléia Constituinte e o governador, pedindo apoio; recurso à imprensa para divulgar o movimento e fazer denúncias das arbitrariedades e das violências. Os jornais que cumpriram este papel foram *O 4º Poder*, *A Folha de Goyaz*, *O Anápolis*, entre outros. Em novembro de 1963, é organizado, em Goiânia, o Primeiro Encontro Estadual de Trabalhadores Rurais de Goiás. A abertura deste encontro – realizado entre os dias 25 e 27 de novembro – foi feita por Sebastião Bailão, solenidade que contou com a presença de autoridades como o governador Mauro Borges, o vice-governador e o presidente da Supla, que também representava o presidente da república. O encontro contou com 1.300 delegados, 144 operários, 180 estudantes, representantes de 23 sindicatos de trabalhadores autônomos rurais, 20 associações de lavradores e trabalhadores agrícolas de Goiás, 16 sindicatos de operários da indústria, 5 entidades estudantis, 5 entidades de bairro, 2 entidades femininas, 2 federações – a dos trabalhadores rurais e a da indústria – representantes da CGT de Goiás e vários representantes de sindicatos e associações de trabalhadores rurais de Brasília (CARNEIRO, 1981, p. 174).

O objetivo do encontro era o de discutir questões como: tornar mais eficiente a organização dos trabalhadores rurais para barrar a ofensiva dos fazendeiros e grileiros que expulsavam os posseiros de suas terras; organizar a luta por uma “Reforma Agrária radical na lei ou na marra”; discutir a questão da necessidade urgente de se conseguir um governo mais nacionalista e democrático em que participassem os trabalhadores; e discutir a questão da necessidade de legalização do Partido Comunista, visto como o único que poderia ser fiel aos objetivos de luta dos trabalhadores rurais (CARNEIRO, 1981, p.175-6).

Carneiro (1981, p. 176) apresenta este encontro como uma grande vitória para os trabalhadores rurais:

Esse encontro constituiu uma grande vitória para os trabalhadores rurais de Goiás, uma vez que puderam discutir e traçar uma estratégia política sobre como lutarem por seus objetivos a nível Estadual, em consonância com os objetivos traçados a nível nacional no I Congresso dos trabalhadores Rurais.

O depoimento da esposa de um dos membros do Sindicato dos Produtores Autônomos de Itauçu mostra que a questão da reforma agrária já estava sendo discutida neste Sindicato quando ocorreu o golpe:

Eles falava muito em Reforma Agrária, eu escutava as conversa deles lá em casa, principalmente depois de uma reunião lá em Goiânia, a gente não compreendia bem porque não participava destas coisas, era conversa de homem e a gente não intrometia. Se perguntasse eles nem respondia (Teresa Bento da Silva, 2003)⁹.

A defesa e a luta para a realização dos objetivos defendidos no I Encontro dos Trabalhadores Rurais de Goiás culminaram, em 1964, na cassação política e na prisão de vários líderes, entre eles Sebastião Bailão, e de vários trabalhadores rurais por defenderem o ideal “de dar terra a quem nela trabalha”.

Embora o sindicalismo rural fosse amparado por lei, era visto pelos fazendeiros como uma ameaça concreta que deveria ser exterminada. Guimarães (1988, p. 132-3) mostra que a reação dos fazendeiros e de seu órgão representativo, a Sociedade Goiana de Agricultura e Pecuária (SGPA), à organização dos trabalhadores rurais estendeu-se também aos órgãos estaduais Supra e Setas, que procuravam canalizar e apropriar-se da mobilização dos trabalhadores rurais para fins político-partidários.

Em meio a esse conflito, a Federação dos Sindicatos de Produtores Autônomos do Estado de Goiás realizou, no dia 9 de fevereiro de 1964, na sede do Sindicato dos Bancários em Goiânia, um encontro com a participação de 29 presidentes de sindicatos rurais de Rio Verde, Uruaçu, Nerópolis, Itumbiara, Ceres, Goianápolis, Amaro Leite, Trindade, Inhumas, Montes Claros, Santa Helena, Pirenópolis, Silvânia, Guapó, Hidrolândia, Nova Veneza, Bonfinópolis, Itauçu, Piracanjuba, Goiânia, Leopoldo de Bulhões, Caturaí, Pontalina, Nazário, Araçu, Olhos D’água, Bom Jesus, Morrinhos e Cromínia. Neste encontro, aprovaram que os sindicatos deveriam sustentar em suas cidades o não-pagamento de mais de 20% de arrendo, se houvesse condições favoráveis; nas cidades que houvesse condições, os sindicatos deveriam levantar a palavra de ordem de invasão de latifúndios e se prepararem para a luta; a assembléia ainda recomenda que o deputado José Porfírio apresente projeto à Assembléia Legislativa regulamentando a lei dos 20% de arrendo. O encontro reforçou as resoluções do I Congresso Camponês-Operário-Estudantil de outubro de 1963: a ocupação dos latifúndios não explorados onde os trabalhadores rurais decidissem

⁹ D. Tereza Bento da Silva foi trabalhadora rural aposentada, cujo marido participou das Ligas Camponesas em Itauçu, sendo preso em 1964.

em assembléia fazê-la e a defesa da baixa do arrendo para 20%, abolindo o sistema de meação (GUIMARÃES, 1988, p. 148-50).

Ao aprovar a decisão de invasão de terras improdutivas, o encontro desencadeou uma série de manifestações dos fazendeiros. Esta resolução foi entendida como um atentado ao direito de propriedade e como tentativa de socialização das terras.

Para Bastos (1984, p. 78), os adversários dos trabalhadores rurais foram mal definidos pelas “ligas”, pois o que ameaçava a sua autonomia naquele momento não era o latifúndio (“o velho”), mas o avanço do capital (“o novo”), ou seja, o que interferia na possibilidade de controle do processo de trabalho dos trabalhadores rurais era a crescente subordinação da terra e do trabalho capital.

A reação dos fazendeiros à organização dos trabalhadores rurais foi imediata: alegaram intranqüilidade no campo. O confronto entre fazendeiros e trabalhadores rurais tornou-se mais conflitivo após a decisão tomada pelos sindicatos de desencadear a invasão de terras improdutivas. As palavras de um fazendeiro de Itauçu retratam bem esta questão:

Para os fazendeiros era horrível, né? Porque “O povo tinha medo do Bailão naquela época porque ele era um guerreiro, né? Era comunista, daqui ele era o “forte” do comunismo. Ele foi vereador pelo PTB e quando falava nos comunista era coisa mais triste do mundo que tinha, porque comunista tomava as terra dos fazendeiro para o peão, que esses comunista era coligado com os peão, com os trabalhador rural. Por aqui eles não chegou a tomar terra de ninguém não, mas por fora eu não sei. Era o medo que tinha, os fazendeiro pensava que os comunista ia fazer um bloco com o pessoal que trabalhava e que ia acabar tomando a terra deles (José Moreira Primo, 2004)¹⁰.

As expressões de que “era horrível”, era “a coisa mais triste que tinha” para os fazendeiros mostram o medo que eles tinham da reforma agrária e a situação conflituosa do momento, uma vez que acreditavam que os ‘comunistas’ iriam tomar suas terras para os seus peões, os seus empregados.

O encaminhamento das reivindicações dos trabalhadores rurais foi o suficiente para que as frações da burguesia passassem a se aglutinar em âmbito nacional, buscando limitar a organização dos trabalhadores rurais. Então, ocorreu o Golpe, a partir de 1º de abril de 1964, desativando sindicatos, cassando federações, perseguindo e prendendo líderes sindicais (GUIMARÃES, 1988, p. 156-7).

¹⁰ José Moreira Primo, fazendeiro itauçuense, presenciou todo o trabalho das Ligas, do MEB e da AP em suas terras e nas dos vizinhos.

2.1.2 A Repressão Militar em Itauçu

O Golpe Militar abalou toda a organização das Ligas existentes nesta região. Inquéritos políticos, zelosamente conduzidos pelos militares, caçavam muitos daqueles supostamente comprometidos com a “subversão” que havia prevalecido durante os anos da presidência de João Goulart (KADT, 2003, p. 11). Após o Golpe Militar de 1964, as primeiras medidas dos militares foram de cunho repressivo, visando conter, a qualquer custo, a luta dos trabalhadores rurais pela terra e por sua afirmação de sujeitos políticos (ARANTES, 1984, p. 56-57). A repressão militar foi um duro golpe para a esquerda. Os militares não perderam tempo no desmantelamento das organizações. Em todo o país, as Ligas Camponesas foram alvos da sanha punitiva desfechada pelos militares: intervenções em sindicatos e redefinição de suas funções, ameaças, prisões e torturas de líderes populares, cassação de mandatos entre outras (GORENDER, 2003, p. 77).

Em Itauçu, vários trabalhadores rurais foram presos imediatamente após o golpe. Bailão conseguiu fugir, mais foi preso em São Paulo, anos depois. O medo tomou conta da cidade. As conseqüências para os trabalhadores rurais foram inúmeras: Bailão teve seu mandato de vereador cassado no dia 04 de abril de 1964, alegando ser ele comunista, antipatriota, hostil às instituições religiosas e democráticas da Nação Brasileira, uma ameaça para o povo itauçuense por ser um elemento pernicioso e subversivo:

O referido vereador, pelas atitudes assumidas, principalmente na atual conjuntura política, tornou-se um elemento pernicioso e subversivo contra as instituições democráticas da nação. É um elemento comprovadamente comunista, e nestas circunstâncias esta Câmara Municipal não poderia obrigá-lo em seu meio, o que implicaria na compactação dos demais vereadores com os princípios anti-democráticos e altamente lesivos à segurança do regime, de vez que o referido vereador por suas atitudes subversivas vem ferindo diretamente a Lei Magna do país [...] A permanência do Sr. Sebastião Gabriel Bailão neste legislativo constituirá uma afronta ao povo democrático e religioso de Itauçu, e seria também um malogro aqueles que confiaram tão honroso mandato (CÂMARA..., 1964).

Assim, foi cassado o mandato de vereador de Sebastião Bailão. Ele fugiu de Itauçu para não ser preso, somente retornando à esta cidade em 2003. Bailão foi preso em 1971, permanecendo durante quatro anos no Cebaigo, cumprindo sua pena de dez anos, que foi reduzida por bom comportamento. Quando saiu, ficou um ano sem conseguir emprego.

Os demais trabalhadores rurais envolvidos na organização, após suas prisões, sofreram muita discriminação da sociedade local, sendo taxados de “revolucionários e

comunistas”. O pastor Vergílio Pentecoste entregou o trabalho de pastor, vendeu os seus bens e mudou para Itaguaru. Muitos mudaram, outros permaneceram.

Na década de 1970, acontece mais uma prisão. Benedito Alves, filho do vice-presidente do Sindicato dos Agricultores e Produtores autônomos de Itauçu, a pedido de D. Belony, esposa de José Prata, vai até a casa de Bailão, que se encontrava foragido em Anápolis, solicitando a ele que ajudasse a encaminhar sua filha Sueli a um médico em Goiânia. Bailão tinha muito conhecimento neste assunto, em razão do trabalho que havia feito em Itauçu levando pessoas para fazer tratamento médico numa média de três a quatro vezes por semana. Benedito chegou à tarde em Anápolis. Bailão o recebeu, escreveu um bilhete encaminhando a garota ao Dr. João, em Goiânia, e saiu para uma reunião, deixando Benedito repousando. De madrugada, o rapaz é acordado por policiais federais que descobriram o endereço de Bailão. Benedito é preso e torturado para que falasse onde estavam Bailão e José Porfírio, sendo solto somente 17 dias depois, por intervenção de um deputado. Ele ficou aproximadamente um ano e meio sem sair de casa, temendo ser novamente preso e torturado, não conseguia nem trabalhar, só não passou fome por causa da ajuda de familiares.

O silêncio dos trabalhadores rurais durante todos estes quarenta anos e sua resistência a colaborar nas entrevistas relaciona-se às lembranças traumatizantes que muitos acreditam ser, ainda, comprometedoras.

Pollak (1989, p. 3-15) mostra que este silêncio tem razões políticas e pessoais, uma vez que os pais querem poupar seus filhos de crescerem na lembrança de suas feridas. Agora, quarenta anos depois, quando estão bem idosas, após certa resistência, as testemunhas oculares aceitam colaborar nas entrevistas por quererem inscrever suas lembranças contra o esquecimento. Hoje, seus filhos também querem conhecer este passado ocultado. O próprio contexto histórico, a abertura dos arquivos da Ditadura e as indenizações às suas vítimas estão colaborando para que esta memória dos sofrimentos, antes proibida, clandestina, ocupe a cena política, o setor editorial e os meios de comunicação. “O silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento e a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” (POLLAK, 1989, p. 6). Para o autor, conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças e a distinção entre as conjunturas favoráveis e desfavoráveis às memórias marginalizadas são importantes para se reconhecer a que ponto o presente colore o passado.

A organização dos trabalhadores rurais pelo Partido Comunista é vista de forma diferenciada pelos moradores de Itauçu. Muitos a explicam como “coisa do Partido”

revelando o poder da ideologia dominante que não só rechaça da história oficial a luta dos vencidos, como também procura apagá-la da memória de suas testemunhas. A opinião pública, no geral, esqueceu-se da luta ou minimizou a tal ponto sua importância que ela se tornou insignificante (LOUREIRO, 1988, p. 98). Os trabalhadores rurais que dela participaram, com raras exceções, são arredios e se mostram temerosos de abordar o assunto, pois é algo que desejam esquecer e temem passar novamente pela experiência da prisão. A maioria da população se refere a ela como um mal que foi retirado do seu meio.

A sociedade itauçuense tentou ocultar, com o esquecimento, os fatos que acreditavam comprometer a sua imagem, ou seja, procurou ocultar aquilo que poderia revelar seus paradoxos, suas falhas, uma vez que o comunismo era visto como um mal a ser banido da sociedade. Para Bailão, o representante do Partido, a organização, apesar de suas falhas, conseguiu “abrir a picada da organização dos trabalhadores rurais para que outros seguissem com a estrada”.

Recuperar a história dos movimentos sociais dos trabalhadores rurais brasileiros torna-se ainda mais importante quando se considera o fato de que a censura e a repressão rechaçaram os acontecimentos reais para o inconsciente das populações, mantendo na memória somente a explicação dos vencedores sobre o acontecido.

Esta trama da atuação das ligas em Itauçu é explicada pelo conjunto de condições e contradições em que se desenvolveu o sistema capitalista no Brasil.

Analisando a evolução e o processo de organização e de conscientização dos trabalhadores rurais durante este período, concluímos que, em 1956, no início do contato entre Partido Comunista e os trabalhadores rurais, estes não possuíam nenhuma organização. Portanto, é preciso reconhecer que o trabalho de Sebastião Bailão no município permitiu que estes trabalhadores rurais saíssem de seu isolamento e começassem a se reunir e organizar, partindo de uma consciência de si mesmo para uma consciência de grupo. Acreditamos que, apesar das falhas, ocorreram avanços significativos, pois estes trabalhadores rurais se uniram e começaram a lutar por interesses comuns.

Embora reconhecendo as limitações do trabalho das Ligas, é preciso reconhecer a singular importância do saber social que veio sendo acumulado historicamente pelos trabalhadores itauçuenses com as experiências das Ligas Camponesas, do Movimento de Educação Base (MEB) – outro importante elemento que será nosso próximo assunto –, acrescidas das posteriores lutas travadas nas CEB's, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e na Associação Sebastião Rosa da Paz.

2.2 MEB: UM NOVO MODELO DE EDUCAÇÃO DE BASE EM ITAUCU

Antes de iniciarmos a análise da atuação do MEB no município de Itauçu, é necessário contextualizarmos historicamente este movimento. Faremos um breve esboço do período de 1960 a 1966, no qual ocorreu a atuação do MEB em Itauçu.

Neste período, as dificuldades econômicas acentuaram-se em todo o Brasil. Por causa do temor dos rumos da política populista governamental, escasseavam-se os recursos externos. Aconteceu, então, um paradoxo: o populismo das elites gera o fortalecimento progressivo dos setores populares, que promoveram intensas mobilizações políticas exigindo maior participação na política econômica e salarial.

Na zona rural, as Ligas Camponesas, o MEB e a Ação Popular (AP) disputavam a organização dos camponeses. Neste contexto, políticos e professores se debatiam, nos meios de comunicação, alguns contra e outros a favor desta irrupção das classes populares na cena política. Some-se a este quadro a modernização do sistema capitalista nacional (WANDERLEY, 1984, p. 12-42).

Na zona rural, os trabalhadores rurais lutavam contra o arrendamento e a grilagem, os pequenos e médios proprietários lutavam por crédito e transporte e os sindicatos e associações lutavam para garantir o salário mínimo e a legislação trabalhista.

A conjuntura econômica que marca o período de formulação de movimentos como o MEB caracteriza-se pelo desenvolvimentismo. A presença das classes populares no processo produtivo constitui um fator poderoso de pressão e de busca de democratização do Estado. Nesta conjuntura, os problemas da educação como o analfabetismo e a ausência de formação de mão-de-obra especializada, são vistos como entraves ao desenvolvimento do país (PEIXOTO FILHO, 2003, p. 20-3).

Castro (1992, p.8) afirma que o contexto histórico do surgimento do MEB tem uma série de características que o difere dos demais, como a crise do populismo e a ascensão dos movimentos de massa.

Peixoto Filho (2003, p. 20) fala da riqueza que envolve a atuação do MEB no Brasil:

A recuperação e o incentivo que trouxeram à cultura popular em todos os seus aspectos; a rapidez com que os camponeses e proletários conscientizaram-se e criticaram as mistificações ideológicas em que se encontravam envolvidos; certos matizes e elementos criativos das ideologias dominadas que passaram a exprimir em formas inesperadas; e a capacidade organizativa para a solução dos problemas próprios. Conseqüentemente novos modos de educar e de formar foram criados e experimentados.

Ante este quadro exposto, surgem as seguintes indagações: como estava Goiás neste contexto histórico?; como foi a atuação do MEB em Goiás e no município de Itauçu?; em Itauçu, o trabalho do MEB culminou com a conscientização dos trabalhadores rurais?; em Itauçu, os trabalhadores rurais apresentaram capacidade de organização para a solução de seus problemas?

Neste momento histórico de grande efervescência política e social que foi o período de 1960 a 1966, Goiás foi palco de grandes conflitos no campo, o que atraía as atenções nacionais. O governo Mauro Borges apresentava uma posição progressista, fator que contribuiu para que grupos de esquerda busquem, no estado, espaço para sua atuação. Outro fator que contribuiu para que este estado tradicionalmente agrário e afastado dos centros de decisão se alinhasse com os grandes centros urbanos do país foi o posicionamento de Dom Fernando Gomes dos Santos, Arcebispo de Goiânia, na CNBB. Goiás atraía um grande número de migrantes, fator intensificado com a construção da rodovia Belém-Brasília e da nova capital da República e com as novas frentes de produção agrícola (CASTRO, 1992, p. 8-12).

A concretização do MEB se deu pelo decreto nº 50.370, de 21 de março de 1961, que previa a instalação de milhares de escolas radiofônicas nas áreas subdesenvolvidas do norte, nordeste, centro-oeste e leste do país. Portanto, o combate ao subdesenvolvimento era uma das causas da implantação do MEB, pois o analfabetismo era considerado uma vergonha nacional.

Neste momento da concretização do MEB, houve uma confluência entre os interesses da Igreja e do Estado brasileiro, porém o MEB é, fundamentalmente, uma proposta da Igreja, com o intuito de concretizar seus objetivos junto às camadas populares. Assim, pôde-se desenvolver um “processo de experimentação pedagógica até então inédito em nossa história” (PEIXOTO FILHO, 2003, p. 25-48).

Para o funcionamento de uma escola radiofônica do MEB, eram necessários os seguintes elementos: emissoras de rádio, rádio receptor (portátil, de pilhas), equipe central (professores e técnicos especializados encarregados de supervisionar e coordenar as escolas radiofônicas, preparar monitoras e promover cursos), monitor (pessoa voluntária, da comunidade) e alunos (maiores de 14 anos e analfabetos).

É necessário fazer o resgate deste que foi um dos mais sérios movimentos da história da Educação. Ele foi além em seu projeto inicial de alfabetização de adultos ao elaborar um projeto global alternativo de mudança social, tendo como opção o povo brasileiro, mais diretamente dirigido aos trabalhadores rurais, mostrando a necessidade de mudanças

estruturais feitas por este povo como sujeito ativo e crítico de sua história (WANDERLEY, 1984, p.12-3).

Ao longo da pesquisa, evidenciou-se a importância da recuperação da memória. Com isso, acreditamos avaliar a intencionalidade de seus protagonistas, elementos que julgamos importantes para responder aos questionamentos por nós colocados na problematização inicial.

Atuando em várias partes do país, o MEB tinha uma original pedagogia popular, uma prática libertadora que propiciou, nas regiões em que atuava, condições de desenvolvimento de comunidades, fazendo surgir, na maioria dos casos, uma democracia de base. É, consecutivamente, um poder local que provocou conflitos e reações dos fazendeiros, padres, bispos e autoridades políticas, culminando com várias prisões após o Golpe Militar de 1964.

Os monitores eram convidados e treinados para trabalhar no MEB. Visando adequar o trabalho de alfabetização à realidade e realmente acompanhar as comunidades, inicialmente, os monitores, auxiliados pela equipe estadual, efetuaram um levantamento da situação local e regional do município. Neste momento, buscava-se também motivar as comunidades e descobrir as lideranças impulsionadoras das futuras atividades. Este ponto de partida ajudava muito no estreitamento da relação da equipe estadual do MEB com as comunidades rurais (WANDERLEY, 1984, p. 53-4).

O primeiro treinamento de equipe do MEB em Goiás ocorreu em três dias do mês de fevereiro de 1961, sob a coordenação do psicólogo Célio Garcia, especialista em Dinâmica de Relação Humanas. Neste período, ainda não havia a equipe nacional do MEB. O órgão responsável pelas escolas radiofônicas era a Rede Nacional de Emissoras Católicas (Renec). Neste treinamento, foi escolhida a primeira equipe estadual do MEB em Goiás (PEIXOTO FILHO, 2003, p. 50-2).

Ainda em 1961, são inauguradas, solenemente, as escolas radiofônicas em Goiás. Na cerimônia, Dom Fernando discursa diante da imprensa e de autoridades religiosas e civis do estado. A equipe estadual foi apresentada à imprensa.

Na fase inicial, à equipe estadual do MEB cabia recrutar e organizar os futuros monitores. Geralmente, as equipes se dirigiam às paróquias, onde os padres indicavam os possíveis monitores; em seguida, a equipe procurava os indicados para conversar, os quais, geralmente, não recusavam este trabalho voluntário. O critério para a indicação e futura escolha de monitores era “de fossem pessoas queridas pela comunidade, que também exercessem alguma liderança dentro dela e que estivessem dispostos a realizar um trabalho voluntário” (PEIXOTO FILHO, 2003, p. 53).

Em Itauçu, os dois primeiros monitores foram indicados pelo padre local. A atuação do MEB no município iniciou-se em 1962 e abrangia as fazendas Grama, Cabeceira do Inhumas, Barreiro e Serrinha. A fazenda Serrinha era o ponto natural de convergência da região, daí o nome dado à comunidade que se desenvolveu neste local. A extensão da área ocupada por estas propriedades era de, aproximadamente, 15 alqueires, com uma população de cento e cinquenta famílias de trabalhadores rurais que trabalhavam com o sistema de arrendo, meação e alguns poucos assalariados. As principais atividades econômicas eram a agricultura (milho, arroz e feijão) e pecuária. A fazenda Serrinha fica seis quilômetros distante da sede do município.

Em dezembro de 1962, a equipe do MEB/GO reuniu os 86 monitores para revisão, crítica e planejamento da atuação no ano de 1963, resolvendo efetuar uma Campanha de Alfabetização com treinamento de novos monitores. Os objetivos da campanha eram o de despertar os trabalhadores rurais para a necessidade do aprendizado de leitura e escrita, dar conhecimento da possibilidade de instalação de escolas para adultos e mudança no sistema de matrícula.

Realizou-se nos municípios a organização de comitês que se responsabilizariam pela escolha das áreas das novas escolas e das apresentações dos candidatos a monitor. A carta do monitor José Moreira à equipe do MEB/GO mostra esta organização no município de Itauçu:

Comunico-vos que nosso comitê está formado. Combinamos atingir na fazenda Serrinha as seguintes fazendas [...]. Estamos muito animados, todos os informados da escola estão ansiosos a saber o dia inicial das aulas, parece que vai haver uma concorrência muito boa (MEB/GO, 1967).

Este comitê local tinha várias funções, entre elas procurar apoio junto às autoridades locais para as Escolas Radiofônicas; reunir o povo e planejar o trabalho; convidar o povo para assistir, reunidos, os programas radiofônicos transmitidos pela Rádio Difusora; promover debates sobre os problemas apresentados pelo programa; visitar as famílias para informá-las da campanha; fazer pesquisas sobre a porcentagem de analfabetismo local.

A organização dos comitês era parte de uma campanha de motivação que visava esclarecer as comunidades acerca das escolas radiofônicas, bem como incentivá-las a freqüentá-las. Esta campanha iniciou-se no dia 02 de março de 1963, encerrando-se no dia 23 do mesmo mês com a aula inaugural das escolas radiofônicas. A campanha obteve êxito,

aumentando o número de matrículas, divulgando as escolas radiofônicas e fazendo delas um centro de reuniões, de debates e atividades.

A equipe do MEB/GO buscou, neste momento, as manifestações culturais mais representativas das populações rurais, pois sentiram a necessidade de fazer uma ligação com as raízes culturais da região. A música sertaneja (caipira) foi usada como fundo musical para os programas e como incentivo para as campanhas. Elizabeth Hermano, a Betinha, compôs a letra de uma música que passou a ser o hino do MEB em Goiás:

Levanto junto com o sol
E já é hora de trabalhar
Enfrento a terra com a enxada
E só de noitinha que vou descansar

Então deixo a enxada num canto.
Pego o meu livro e vou estudar
Com a ajuda do monitor
Seja noite de chuva ou noite de luar.

De dia ganhando pão (bis)
De noite livro na mão

Sabendo ler e escrever
A nossa vida vai melhorar
Estuda homem e mulher
Pois a vida que um leva o outro deve levar.

O MEB/GO foi pioneiro em executar e incorporar ao planejamento interno a participação de monitores e alunos da comunidade local. Os seis primeiros monitores da Comunidade Serrinha participaram do planejamento interno das atividades do MEB e do treinamento de novos monitores. Podemos observar o trabalhador rural como sujeito ativo em sua comunidade e junto com a equipe estadual.

Este treinamento de monitores ocorreu em fevereiro de 1963, e foi marcado por uma centralização na escola, mas já apresentava uma preocupação bem maior em buscar atingir a comunidade de forma mais efetiva (MEB/GO, 1967, p. 3).

Os conteúdos do treinamento eram os conteúdos das aulas, quais sejam: Noções Rudimentares de Português, Conhecimentos Gerais e Aritmética Aplicada às Quatro

Operações e aos Problemas Enfrentados pelos Trabalhadores Rurais no seu Cotidiano, visando desenvolver habilidades de cálculos, cujos problemas apresentados giravam em torno das situações concretas do adulto rural no seu dia-a-dia.

Os monitores eram preparados para a alfabetização e iniciação em conhecimentos importantes para o conhecimento prático da vida do trabalhador rural e de sua comunidade, englobando a saúde e a alimentação, noções de higiene, habitação, família e associativismo, informação profissional e crescimento espiritual.

Este trabalho do MEB objetivava também a conscientização do povo para que descobrissem o valor próprio de cada homem, despertá-lo para os seus problemas e provocar uma mudança da situação, ou seja, uma educação que possibilitasse ao povo caminhar com seus próprios pés, como sujeitos ativos. O MEB objetivava uma educação que partisse das necessidades e dos meios populares de educação que, integradas à cultura popular, levasse à uma ação transformadora.

Wanderley (1984, p. 56) destaca que, em certos casos, o MEB no Brasil conseguiu fazer com que monitores, alunos e membros da comunidade participassem de programas das escolas radiofônicas. A Comunidade de Serrinha não só participou como também apresentou, sozinha, programas da escola radiofônica.

A preparação do treinamento de 1963 refletiu a necessidade de um conhecimento cada vez maior da realidade para uma atuação decisiva e válida. A partir daí, o conteúdo das aulas foram enriquecidos com o levantamento das realidades local, regional e nacional, cuja tônica, na teoria, era um trabalho que visava transformar a realidade injusta.

As correspondências dos monitores de Itauçu demonstram grande entusiasmo com este trabalho:

O pessoal continua cada vez mais entusiasmado com o nosso trabalho, nós monitores não secamos de trocar idéias, e já contamos com 31 alunos matriculados sendo que a matrícula ainda prossegue, de modos que o resultado de nossa campanha tem sido positivo. Aos monitores de Goiás e do Brasil meus votos de Bom trabalho. José Moreira, 19/3/63. (MEB/GO, 1967, p. 4).

Um dos problemas enfrentados pelo MEB em Itauçu e em todo o estado de Goiás era o material didático que não se adaptava à realidade dos alunos, isso aparece explicitamente nos relatórios da época (MEB/GO, 1967, p. 4).

A possibilidades de contatos diretos e mais intensos entre a Comunidade Serrinha e a equipe do MEB/GO foram delimitando as práticas pedagógicas que marcariam o trabalho do

MEB/GO em toda a sua existência posterior. A supervisão foi uma das tentativas da equipe central de maior aproximação com a comunidade local que deu certo. Esta supervisão possibilitava um contato maior entre monitores, alunos e a equipe central, que adquiria novos dados e maiores conhecimentos das pessoas e lugares com quem e onde trabalhavam. A supervisão ganhou um caráter mais dinâmico quando passou a ser feita por reuniões de várias escolas em um mesmo local, promovendo debates sobre pessoas, trabalho e cultura. Na Comunidade Serrinha, houve até apresentação de trabalhos de artesanato nessas reuniões.

A partir de 1963, o MEB/GO passou a ter como tônica o projeto de “conscientização do povo” de sua condição “socialmente desvantajosa” e o estímulo à participação para a reformulação da sociedade (GUIMARÃES, 1988, p. 90). A música escrita pelo monitor da Comunidade Serrinha, o trabalhador rural José Moreira Coelho, em 1963, revela estas transformações do MEB:

Muita gente aí na regalia
 Vivendo num carrancismo de algum dia
 Que nem meio de transporte não existia
 Transporte de condução era o caixão que se conhecia

Digo isto porque vejo aqui no sertão
 O povo não tem guarita nem união
 Não conhece as leis civis e nem da religião
 Em nosso sertão goiano o que está reinando
 É a superstição

Tudo isto acontece eu digo porque
 Só falta instrução pro povo
 O pobre está esquecido sem ninguém vê
 Sofrendo calamidade e infelicidade por não saber

Precisamos buscar a evolução
 Pra ver de desenvolve a nossa nação
 Pra tira o camponês desta escravidão
 Prá vida que vivemos hoje já temos solução
 Temos aula irradiada pra aprende
 Temos sindicato prá defende
 Aí vem a reforma agrária nos proteger

O povo politicado e bem preparado tem que vence

Nosso ponto de partida é a organização

Que dar aos camponês minha sugestão

Confiem neste sistema de educação

Que visa levar o povo a um Brasil novo sem exploração

Um dos fatores mais importantes na conscientização do trabalhador rural pelos membros da equipe se ancorava no processo de trabalho valendo-se das necessidades concretas das comunidades. Foi com base nos contatos imediatos com as comunidades que surgiu uma nova experiência vivida pelo MEB/GO: “o encontro”, em que, das necessidades, partiu-se para um crescimento progressivo, pois elas suscitavam novas práticas educativas e de organização do povo, por exemplo, a necessidade de uma escola levou a comunidade da Serrinha a um processo de ajuda mútua.

No ano de 1963, o MEB em Goiás começou a desenvolver a experiência dos encontros nos municípios. Em Itauçu, o primeiro encontro reuniu todas as escolas da Comunidade Serrinha. As reuniões aconteciam aos domingos e contavam com a participação da equipe central, debatendo-se problemas relacionados com a realidade destes trabalhadores rurais. Os debates aconteciam em grupos de alunos e monitores, que faziam também revisões dos trabalhos e planejamentos. No final, aconteciam shows e os alunos e monitores cantavam, dançavam e declamavam poesias.

Os objetivos destes encontros eram: o aumento da escola; estreitar o relacionamento entre as escolas e a equipe central; movimentar e divertir as comunidades; estimular o entusiasmo e a frequência às aulas. As palavras do monitor da Comunidade Serrinha, Sr. Oscavu José Coelho, mostra que os encontros alcançavam seus objetivos: “Os que lá compareceram voltaram bem mais influente. Tivemos bom resultado com aquele encontro” (MEB/GO, 1967, p. 5).

O segundo encontro da Comunidade Serrinha já apresentou características marcantes de animação popular, pois, se no primeiro encontro a participação da comunidade se restringia a ouvir, cantar e discutir pontos propostos previamente pela Equipe Central, neste segundo encontro, a preparação foi feita em conjunto entre os trabalhadores rurais e a Equipe Central na própria comunidade:

Numa segunda etapa Serrinha realiza novo encontro, desta vez, com características bem marcantes de Animação Popular, quando toda a comunidade é sacudida pelo trabalho dos monitores. É o Encontro assumido de parte à parte, comunidade e Equipe Central. A preparação é feita em conjunto, motivação através de trabalho radiofônico pela Equipe Central, e pelos monitores e amigos diretamente na comunidade (MEB/GO, 1967, p. 5).

A expressão “animação popular” significa trabalho animado por elementos populares. Esta proposta pedagógica de trabalhos populares foi desenvolvida no MEB e visava que elementos do povo assumissem a sua própria educação e os engajamentos conseqüentes. Neste processo de estruturação das comunidades, almejava-se que a comunidade se organizasse como conseqüência da descoberta de seus valores, recursos e necessidades em busca da superação de seus problemas sociais, econômicos, políticos culturais e religiosos, ou seja, a afirmação de seus membros como sujeitos de sua história.

O terceiro encontro realizado pela Comunidade Serrinha no município de Itauçu traz como característica a animação popular, pois foi assumido totalmente pelos trabalhadores rurais, desde a preparação, até a realização e avaliação. O relatório do MEB/GO (1967, p. 5) corrobora esta afirmativa:

O 3º encontro realizado em Serrinha traz, como expressão do próprio encaminhamento da experiência em outras comunidades, a marca da conscientização num nível mais crítico e o fato da comunidade assumir inteiramente o Encontro: sua preparação, realização e avaliação.

Este terceiro encontro teve como característica principal a abertura da comunidade à tomada de consciência dos seus problemas. Esta proposta de trabalho com base na comunidade é um processo de vida comunitária de participação comum nos problemas e nas soluções do cotidiano, ela estrutura a comunidade de tal forma que possibilita a participação política de cada um na vida da comunidade por intermédio de trabalhos comuns e leva a comunidade a ampliar sua vida política para o processo político nacional.

Com esse trabalho do MEB, o trabalhador rural foi sendo valorizado como pessoa, ele descobriu seu universo lingüístico, seus valores, suas residências e necessidades, sua prática social. Isso levou ao conflito com os fazendeiros locais, pois

Determinados elementos do MEB – agentes, conteúdo pragmático, práticas, sentido de ação – constituíram-se na negação de elementos estruturais e conjunturais básicos da realidade brasileira naquele momento histórico” (WANDERLEY, 1984, p. 45).

Para Wanderley (1984, p. 46), as práticas do MEB apresentavam várias negações a elementos da realidade brasileira: no plano econômico, prevalecia a lógica do trabalho negando a lógica do capital; no plano econômico, a democracia apresentada pelo poder local popular negava a democracia liberal do poder dos que tinham propriedade; no cultural, ao dar primazia à hegemonia da cultura popular, negava-se a cultura dominante em vários aspectos, tais como na valorização do saber popular em face do saber acadêmico e na relação educador/educando; no plano social, propiciava a implantação de uma democracia de base e combatia a democracia formal; no plano religioso, negava-se a atuação da Igreja comprometida com os setores dominantes ao optar pelo povo. “E ao mesmo tempo em que negava afirmava um mundo mais humano e justo, uma sociedade igualitária [...], formando sujeitos livres, ativos e responsáveis (WANDERLEY, 1984, p. 46).

É importante destacar que nem todos os monitores e alunos do MEB do município de Itauçu e do Brasil como um todo formavam um MEB homogêneo, coeso. Houve maior e menor grau de conscientização entre monitores e alunos.

No relatório, do encontro entre as Comunidades Serrinha e Grama, Cabeceira do Inhumas e do MEB/GO, fica evidenciado que o encontro foi solicitado pelas comunidades de Grama e Serrinha com o objetivo de aumentar as matrículas e a frequência dos alunos, fortificar a liderança do monitor local, o Sr. Genosim Barbosa de Moura, “levar o pessoal a assumir o trabalho” e estreitar os laços entre os trabalhadores rurais do local e a Equipe Central: “O que nos queremos é que o povo daqui conheça vocês, queira bem, tenha amizade que nós temos porque assim não haverá desânimo, nem desconfianças” (MEB/GO, 1965, p. 6).

Este encontro ocorreu em junho de 1965 e contou com a presença dos monitores das comunidades de Grama, Serrinha e Cabeceira do Inhumas, de uma monitora da fazenda Lageado, município de Goiânia, da Equipe Central, de trabalhadores rurais do local e de violeiros convidados para “Chamar a atenção do povo”. O encontro ocorreu no último domingo da festa do Divino Pai Eterno, padroeiro do povoado de Roselândia e foi todo programado e realizado pelos alunos e monitores. A apresentação do encontro foi feita pelo monitor da Serrinha, Sr. Oscavú José Coelho. Em seguida, houve a animação feita pelos violeiros. Uma peça de teatro em dois atos, cujo tema era escola, foi apresentada por monitores e alunos das três comunidades, e mostrava as dificuldades do trabalhador rural em prestar contas do arrendamento. No final da peça, houve um debate sobre o tema, dirigido pelo monitor Oscavú José Coelho.

A trabalhadora rural Maria Moreira Carvalhaes (2004)¹¹, residente na comunidade Cabeceira do Inhumas, comenta sobre este encontro e sua repercussão entre trabalhadores rurais e fazendeiros:

Eu me lembro bem dessa reunião [...] tinha muita gente, apresentaram um teatro onde o Parcival fazia o papel de um lavrador que estava dividindo a sua colheita de milho. O povo gostou da reunião. Só os fazendeiros é que não gostaram, eles diziam que eles estavam pregando o comunismo dentro da Igreja.

Os alunos e monitores do MEB/Itauçu participavam também dos programas radiofônicos. Inicialmente, enviavam cartas, poesias, notícias e adivinhações que eram lidas nos programas A Comunidade se Reúne e Nosso Mutirão.

O A Comunidade se Reúne era um programa radiofônico que visava desempenhar um papel de assessoria pelo rádio mediante a apresentação de quadros que retratavam os problemas comuns às comunidades rurais, divulgava experiências e solicitava sugestões para debates. Era apresentado aos sábados, com diálogos teatralizados que demonstravam o dia-a-dia do trabalhador rural, sendo elaborado pela Equipe Central e por monitores, e procurava demonstrar a importância do diálogo entre as comunidades, servindo de motivação para reuniões e realizações de festas e leilões com o fim de conseguir dinheiro para a manutenção da escola. No relatório do MEB/GO, existe uma correspondência do monitor da Comunidade Serrinha, o Sr. José Moreira, detalhando como eram feitos os leilões:

Nossos programas de sábado está muito animado, o programa de hoje vai ser realizado aqui na sala de aula, o de São João foi realizado na casa dos alunos [...] e já temos uma fila de pedidos, através dos leilões dos dois programas compramos um carregamento para o rádio, um litro de Álcool para o funcionamento do lampião e ainda temos em caixa uma importância de comprar uma lata de querosene para o 2º semestre. José Moreira, 29/06. (MEB/GO, 1967, p. 6).

Este programa tinha grande audiência em todo o município: “Nosso programa é o campeão do horário, quando a rádio está no ar todos os que possuem rádio fazem questão de ouvir de volume aberto, o programa inteiro, podemos orgulhar com nosso programa” José Moreira (MEB/GO, 1967, p. 6).

¹¹ Maria Moreira Carvalhaes, trabalhadora rural aposentada, atual vice-presidente do STR de Itauçu, participou das CEB's desde a sua fundação; hoje, atua no STR, nas CEB's e na Comunidade Sebastião Rosa da Paz.

As palavras da trabalhadora rural Elza Moreira de Jesus¹² corroboram a afirmativa do monitor: “O pai sempre ligava o rádio e nós reunia todo mundo para escutá. Era muito divertido”. A grande aceitação pelas comunidades devia-se ao fato de o programa ser motivador e desencadeador de situações para discussões e, ainda, um momento de lazer.

O programa Nosso Mutirão foi inspirado no sentido de cooperação, solidariedade e no caráter lúdico da prática do mutirão, um regime de mútua ajuda muito utilizado pelos trabalhadores rurais. Este programa radiofônico apresentava questões que serviam de debates para as aulas. As questões-tema eram apresentadas em forma de pequenas peças de radioteatro. Nosso Mutirão era um programa que procurava conscientizar o trabalhador rural sobre sua ação no mundo e incentivava o trabalhador comum.

As discussões realizadas na Comunidade Grama após o programa Nosso Mutirão é relatada na correspondência dos monitores à Equipe Central:

Realizou-se uma reunião na casa do Sr. José Brás de Deus na fazenda Grama para assistir o programa, discutimos o assunto do homem que morreu por falta de esclarecimento por não saber que este remédio não podia ser bom. Este remédio tal como o fumo com urina é o mesmo que tem acontecido aqui mesmo, por esterco de animal, ou as vezes o patrão não dava prazo para o camarada procura um recurso de tratar. Arnaldo Porto 14/04/1966. (MEB/GO, 1967, p. 21).

O objetivo do Nosso Mutirão era o de tornar-se um instrumento de comunicação que permitisse desencadear debates e trocas de informações nas comunidades. Este programa revelou-se um instrumento valioso ao longo de seis meses, até o momento em que se descobriu a impossibilidade de dar seguimento aos assuntos debatidos em razão do clima de censura e também porque o horário em que ele ia ao ar foi requisitado pelo TRE para a campanha do partido político Arena.

Inicialmente, as comunidades participavam dos programas enviando cartas, poesias, adivinhações, notícias, depois eles iam pessoalmente ao estúdio se apresentar e, finalmente, alguns programas radiofônicos passaram a ser assumidos pelos monitores e alunos, como os da Comunidade Serrinha, que chegaram a apresentar alguns programas.

O perfil dos monitores do município de Itauçu apresenta características similares com os dos demais monitores de Goiás e do Brasil, embora seja impossível generalizar um padrão típico de monitor em virtude das diferenças regionais.

¹² Elza Moreira de Jesus, trabalhadora rural.

Sobre a seleção, inicialmente os monitores foram indicados pelo padre da paróquia de Itauçu, que usou o critério da escolha de líderes locais, trabalhadores rurais que já participavam de trabalhos religiosos. Por ser um trabalho educativo e gratuito, valorizaram os alfabetizados e que eram desprendidos, preferindo-se aqueles que participavam de um trabalho da Igreja conhecido como Liga Católica, como revela o depoimento do monitor Oscavú José Coelho:

A gente pertencia a Liga Católica, lá em Itauçu, e já tinha com os camponês alguma liderança. O vigário chamou eu e o meu irmão o Zé Moreira e falou que Dom Fernando tinha inventado esse negócio do MEB e que a tarefa dele era só avisa nós. Então falei: deixa com nós (Oscavú José, 2002).

Tal como em todo o país, era elevado o número de monitores jovens, solteiros ou recém-casados. Geralmente, a maioria dos monitores, em todo o país, era do sexo feminino (WANDERLEY, 1984, p. 413), aspecto no qual os monitores da Comunidade Serrinha apresentaram uma característica diferenciada, pois eram todos do sexo masculino. O grau de instrução, em geral, era mínimo, alguns haviam cursado apenas três meses de escola, outros começaram como alunos das escolas radiofônicas e depois se tornaram monitores. É importante destacar que os monitores eram escolhidos entre os mais instruídos da localidade, o que corrobora a hipótese de grande analfabetismo entre a população rural.

Antes de iniciar as aulas, os monitores eram formados em cursos de Treinamento de Monitores. Nestes treinamentos, partia-se da análise da realidade local para se chegar aos problemas da realidade regional e nacional. Por meio de técnicas não-diretivas, procuravam criar um clima de grande participação, assim os trabalhadores rurais, que inicialmente não falavam ou sequer levantavam a cabeça para fitar nos olhos a equipe central, foram, pouco a pouco, transformando-se, participando dos debates, expondo suas opiniões e manifestando longa maturação de raciocínio. Essa preparação acontecia também semanalmente aos sábados, durante vinte a quinze minutos, no chamado Encontro com o Monitor.

O papel do monitor na comunidade era árduo, a ele cabia escolher um local para a escola, matricular os alunos, preencher e enviar à Equipe Central as folhas de frequência, cuidar do rádio e monitorar as aulas.

Geralmente, os monitores e a Equipe Central mantinham uma relação de afeto e confiança. Alguns membros da Equipe Central eram até convidados para serem padrinhos de casamento dos monitores, como foi o caso de Alda Borges, que foi madrinha de casamento do monitor Oscavú.

Para os agentes da Equipe Central, os monitores deveriam ser vistos como iguais, ou seja, pessoa de valor que deveria assumir o papel de sujeito. Buscava-se uma identificação com os monitores eliminando os traços de hierarquia e dominação, procurando manter, nas visitas às comunidades, um contato o mais próximo possível. Este contato direto com as comunidades proporcionou uma importante troca de saber:

A relação constituída entre a Equipe Central e estas (monitores e alunos), sem dúvida, foi determinante para a prática desenvolvida no Estado de Goiás, uma vez que davam mediante participações reais, como se pode ver ao longo desse trabalho. Essas participações implicavam no reconhecimento de um saber e um conhecimento trazidos pelos alunos, monitores e líderes, valorizado e explicitado nas diversas situações didáticas-pedagógicas, na sala de aula por exemplo. Isso permitiu que no processo de conscientização houvesse troca de saber e de conhecimento, no qual a equipe apreendesse os reais interesses daqueles como camada social e fornecesse informações do mundo letrado (PEIXOTO FILHO, 2003, p. 142).

Tal como sugere Peixoto Filho (2003, p. 143), perante esta crise da educação brasileira, em que se busca proposta para as soluções dos problemas da educação popular, é preciso repensar historicamente experiências como esta do MEB/GO, que alcançaram sucesso.

2.2.1 O Golpe de 64: novos desafios para o MEB

O Golpe Militar de março de 1964 e os acontecimentos políticos do mês de abril em todo o Estado de Goiás trouxeram conseqüências para o trabalho do MEB. Em Itauçu, a cassação do mandato do vereador Sebastião Bailão e as prisões de alguns trabalhadores rurais ligados à Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Itauçu, gerou um clima tenso, de total insegurança.

A Equipe Central ficou impossibilitada de manter contato com as comunidades. Para superar este problema, utilizaram o Programa A Comunidade se Reúne para discutir os fatos que se desencadeavam no país.

No segundo semestre de 1964, as dificuldades se acentuaram com a deposição do governador Mauro Borges, houve, então, uma quase estagnação do trabalho. A própria documentação, correspondências e relatórios da Equipe Central e dos monitores, foi prejudicada com o clima de apreensão:

O período que se segue à deposição de Mauro Borges e a Intervenção Federal no Estado de Goiás é caracterizado por uma profunda retração nas mobilizações sociais até então desenvolvidas. O processo de repressão e as prisões das lideranças desencadeadas no país, que atingiu profundamente os trabalhos do MEB em todo o território nacional, não isentou, evidentemente, o Estado de Goiás e, dentro dele, as áreas de atuação deste movimento (PEIXOTO FILHO, 2003, p. 123).

O trabalho foi retomado, porém redirecionado a partir da nova conjuntura política do país. Depois de reflexões em que se concluiu que deveriam continuar fiéis à mensagem e aos objetivos do MEB, resolveram dosar o trabalho de acordo com o momento. Esta tática foi utilizada porque a Equipe Central encontrava-se distanciada da realidade das comunidades, neste momento.

O MEB encontrava dificuldades políticas em virtude de seu estilo de trabalho e das tensões geradas nas relações entre a Igreja e o Estado neste período de Golpe Militar. Não havia ainda um rompimento de relações mas os militares começaram a acusar de comunistas os bispos, padres e leigos da esquerda da Igreja. Por isso, os trabalhos considerados contrários à nova ordem, como o MEB, foram afetados com cortes e retenções de verbas e de financiamentos antes concedidos pelo governo federal. Este fato interferiu diretamente nos trabalhos realizados em Itauçu, como em todo o estado, em razão dele, a Equipe Central foi reduzida, faltavam materiais para encontros, então, os trabalhos do MEB tiveram de ser levados adiante pelos próprios monitores.

O MEB vem, neste momento, negar a hipótese de apatia e incapacidade de organização dos trabalhadores rurais. Neste período conturbado, a atividade mais produtiva da Equipe Central foi a elaboração de um novo processo de alfabetização que visava uma alfabetização mais rápida e eficiente, extraída das próprias raízes históricas e regionais do trabalhador rural goiano, traduzindo sua vivência, sua linguagem regional e popular, suas alegrias e tristezas. O conjunto didático, denominado Benedito e Jovelina, era composto de cartazes, gravuras, famílias silábicas, fichas de reconhecimento, ficha-resumo e cartaz de descoberta. A construção deste material foi feita pela Equipe Central, que procurava criá-lo com o material vindo das comunidades rurais, inclusive os próprios textos eram compostos de frases ditas pelos trabalhadores rurais que a Equipe Central recolhia na supervisão. A cartilha contava a história da família de Benedito e Jovelina, seu trabalho, sua luta pela terra, a relação com os outros, a relação com a saúde, os filhos, enfim, o cotidiano. Portanto, para construir este material didático, a Equipe Central mergulhou na realidade do mundo rural e, assim, construiu um novo processo educativo que envolvia educadores e educandos.

Esta é a opinião de Peixoto Filho (2003, p. 136) sobre a construção deste material didático:

A meu ver, no momento da construção desse conjunto didático, o MEB/Go pode ver aprofundadas suas perspectivas pedagógicas no sentido da construção coletiva de um novo processo educativo, cujos educadores e educandos se envolvem na busca de soluções que venham adequar métodos e técnicas às experiências e realidades diferentes e procurar numa troca constante e num confronto real de conhecimentos a criação e a produção daquilo que seria o conhecimento novo.

Antes da aplicação desse material, foram realizados treinamentos para os monitores em março e outubro de 1965. Cinco monitores da Comunidade Serrinha participaram do primeiro treinamento, no qual se definiu um plano de trabalho para este ano que teria como tônica o emprego de vários instrumentos nas comunidades de acordo com as necessidades e condições de cada uma.

Após o treinamento, os monitores de Serrinha fizeram, juntamente com os alunos e demais moradores da comunidade, um levantamento dos problemas locais e perceberam a necessidade de construir uma escola para as crianças daquele local. Então, fizeram várias reuniões e discutiram os meios e as medidas a serem tomadas para a construção desta escola.

No dia 1º de maio de 1965 fizeram uma reunião com a Equipe Central e organizaram um comitê formado por monitores, alunos e líderes locais. Esta reunião foi documentada em uma ata:

Realizou-se na Fazenda do snr. Ilete Bueno na casa do snr. Lorival, as quinze dias do mês de maio de 65 as 21 horas uma reunião para tratar do assunto da construção do grupo escolar dirigida pela turma que se acha prejudicada pela deficiência da escola já localizada na mesma Fazenda, ao encerrar a reunião Jose Moreira Coelho como relator fez esclarecimento sobre a finalidade da presente reunião, em seguida falou o snr. Lorival pedindo a turma que pensassem bem antes de oferecer seus donativos, para que mais tarde não alegassem, ou por ventura tivesse o complexo do dono do ambiente, e que depois da construção pronta entregássemos a chave da mesma para o snr. Ilete, que sendo o doador do terreno ficasse também sendo o portador da chave, foi nomeado por todos o snr. Francisco ou melhor Lorival para ser o gerente da construção, discutiam vários assuntos em quanto eu, Oscavú suas contribuições, ficando combinado que se não bastasse tereamos que contruirmos de novo, tendo já previsto a planta da construção, em seguida apanhamos a lista das crianças dos pais que se achava presente os quais são 53 alunos sem escola e nada mais avendo a se tratar encerrou a presente reunião com a presença dos seguintes pais [...] (MEB/GO, 1967, p. 12).

O monitor Oscavú José Coelho relata o porquê da construção dessa escola:

Nesses movimento a gente descobriu através do esclarecimento, que a gente viu que aquela escola estadual que funcionava naquele local era deficiente. A professora tava com mais de setenta ano e não tinha conseguido aposentá, e com isso ela ficava muito sentida com aquilo e desorganizava um pouco escola (escola primária para crianças) e assim ia passano, mais os pai começou a perceber isso começaram a exigir (Oscavú José, 2002).

Diante da ineficácia da escola existente e do descaso das autoridades municipais na resolução do problema, os trabalhadores rurais resolveram construir, eles mesmos, uma escola em regime de mutirão. O terreno foi doado pelo fazendeiro Ilete Bueno. O planejamento da construção era feito em reuniões:

Estamos em uma luta dura aqui, que muitos nos entereça também, sábado a noite fizemos uma bonita reunião para o planejamento da construção do nosso grupo já começamos o servisso, foi planejado e vai ser construído com a participação de todos, cada um fala o que pensa, da o que pode, e faz o que sabe. Oscavú José, 06/05/1965. (MEB/GO, 1967, p. 12).

Outra correspondência, agora do monitor José Moreira, à Equipe Central, datada de 18/05/1965, retrata outra reunião onde discutiam a construção da escola:

Realizamos aqui no 15 passado uma fervorosa reunião, cuja finalidade é a construção de um grupo escolar que estamos projetando, como sabes, estamos prejudicado de escola mas, estamos animados por que nossa reunião contou com a presença de 24 pessoas, e todos contribuíram na medida do possível, que todos além de dar dinheiro, ajudam ainda na mão-de-obra, contando que não só pais que tem filhos para estudar, até os moços estão contribuindo com nosco dizendo que o problema e também se Deus assim o permitir. Zé Moreira, 18/05/1965. (MEB/GO, 1967, p. 12).

Nos mutirões, os pais trabalhavam junto com as crianças. As madeiras eram trazidas de trator, carro de boi e carroça; os adobes eram feitos no mutirão. Aqueles que não sabiam assentar os adobes amassavam o barro para os pedreiros, enquanto outros serravam as madeiras.

A construção da escola foi relatada no programa radiofônico A Comunidade se Reúne do dia 29 de maio de 1965. As correspondências entre os monitores da Serrinha e a Equipe Central retratam o entusiasmo e a união dos trabalhadores rurais na construção da escola. Nesta carta, eles convidam a Equipe Central para a inauguração da escola:

Nossa construção já está bem adiantada, eu gostava que vocês tivesse um dia para ver a união que o povo participa do servisso, os pais tem levado os filhos para

trabalhar, e também ambientar neste espírito de união, a inauguração será dia 29 deste, em nome de nossa turma vai o convite a todos vocês. Pedimos vocês através da comunidade se reuni, transmitir este convite a toda nossa família radiofônica. Oscavú José, 12/08/1965. (MEB/GO, 1967, p. 13).

A escola para crianças foi inaugurada com muita festa na data prevista, 29 de agosto de 1965, passando a funcionar imediatamente, com 52 alunos. É o que relata D. Deusa de Sousa Lino (*apud* MEB/GO, 1967, p. 13), a professora contratada pelos próprios pais dos alunos:

[...] queremos comunicalos também que já está freqüentando a escola, o número de 52 alunos. De formas que estamos contentissemos com o grande número de alunos. Se não me engano os pais, tanto quantos os alunos estão satisfeito comigo, coisa que muito me alegra.

A esta escola denominaram Nossa Senhora Aparecida. Este grupo começou a vivenciar uma prática democrática, descobrindo que a união era fundamental para as articulações na busca de solucionar os problemas cotidianos e, aos poucos, foram se tornando sujeitos de sua história. E, assim, formaram uma equipe de líderes composta pelos oito monitores do local:

Quero dizer as comunidades de nosso estado, que não podemos dormir de botinas, não devemos deixar tudo por conta de nossos prefeitos, de nosso governador, de nosso presidente ou de nossa equipe central, vamos unir-mos comessando pela alfabetização, conscientização colaborando para a grandeza de nossa pátria, devemos compriender que a evolução do Brasil, depende de cada um de nós [...] Estamos combinando aqui formar uma equipe de líderes, e para isso temos uma turma de 6 a 8 líderes, que trabalha com entusiasmo. Zé Moreira, 20/06/1965. (MEB/GO, 1967, p. 14).

Carlos Rodrigues Brandão, do MEB Nacional, retrata a maturidade dos trabalhos desenvolvidos pelos trabalhadores rurais na Comunidade Serrinha:

No horizonte, a esperança era que chegasse o momento que essas comunidades fizessem seus encontros e convidassem o pessoal do MEB como expectador [...] E na Fazenda Serrinha chegou esse tempo, os caras iam convidar gente de outra comunidade e convidavam o pessoal da Equipe Central para apenas ir assistir (PEIXOTO FILHO, 2003, p. 85-6).

A idéia de cooperativismo nos trabalhos do MEB no município de Itauçu começou em janeiro de 1966 com a idéia de montar uma ‘farmacinha’ na fazenda Serrinha.

Neste momento, a Equipe Central do MEB/GO enfrentava inúmeras dificuldades: redução da equipe, ausência de verbas para viagens e supervisões e preocupações com o quadro geral do MEB no país. O reduzido quadro de pessoal e de material prejudicava o contato direto com as comunidades, mas os líderes mantinham a Equipe Central informada das idéias e necessidades das comunidades:

Sobre a farmacinha que está formando parece que se Deus quiser vai avante já temos muita gente interessada até os nossos adversários já tem alguns deles com nois acho que vai ser todos companheiros vamos fazer a reunião para ver quantos tem com nois e pesso para as senhoritas vem para nois trocar as ideias par nois dar andamento no açunto pois tem alguns pontos que nois não estamos sabendo como é, vocês vendo esclarecer e nois fica sabendo tudo como é o açunto sobre o problema do dinheiro. Arnaldo Porto, 23/01/1966. (MEB/GO, 1967, p. 17).

A Equipe Central veio à Comunidade Serrinha no dia 18 de fevereiro de 1966 para a reunião solicitada, na qual discutiram sobre o cooperativismo. Os pontos principais desta reunião foram:

- 1° – Colocação pela E. Central sobre a “União de Pronto Socorro da Comunidade de São Germano (Hidrolândia).
- 2° – Colocação pelos líderes do que pensaram e sua necessidade de esclarecimento sobre cooperativismo (a palavra cooperativa foi usada por eles).
- 3° – Ficou constatado que Serrinha podia fazer alguma coisa maior que São Germano devido à quantidade de pessoas e possibilidade monetária, como também ao aparecimento e enumeração de várias necessidades sentidas.
- 4° – Quanto ao esclarecimento, ficou marcado um encontro na sede do MEB, com dez líderes escolhidos pela Equipe de Líderes, data: 5 e 6 de março.
- 5° Possibilidade de uma reunião com a comunidade no domingo seguinte ao encontro (MEB/GO, 1967, p. 18).

Na data prevista, aconteceu o encontro entre a equipe de líderes da Serrinha e a Equipe Central, no qual debateram sobre o tema cooperativismo.

A comunidade concluiu que, antes de iniciar a organização de uma cooperativa, a ‘farmacinha’, deveriam tratar o problema mais gritante do momento neste município: a verminose. A Equipe Central assumiu a Campanha contra a Verminose ao lado dos líderes, trazendo estudantes de medicina da Universidade Federal de Goiás (UFG) que falaram sobre o tema para a comunidade. Promoveram dias de estudo procurando situar a questão da verminose num quadro geral de condições de vida e em relação aos problemas nacionais, destacando o valor de um trabalho comunitário organizado e a participação da comunidade na resolução de seus problemas (MEB/GO, 1967, p. 19).

A campanha prosseguia, as comissões organizadas na comunidade colhiam e enviavam o material para Goiânia, onde a Equipe Central levava para o laboratório da UFG para ser analisado e, em seguida, conseguia os vermífugos com a Osego. Esses remédios eram doados à comunidade. A Equipe Central conseguiu verbas para a compra de filtros que foram doados a quem não tinha:

No tempo do MEB a gente fez umas coisa muito importante na fazenda Serrinha algumas campanha. A turma de Goiânia, da Comissão, conseguiram uma verba e alguns filtro pra quem num tinha e privada, geralmente ninguém tinha, era mesmo na base da moita da bananeira [risadinha]. E aí, a gente fez uma campanha de esclarecimento. Os morado furava os buraco das fossa e fazia mutirão, levantava as casinha (Oscavú José Coelho, 2002).

Os problemas com os fazendeiros surgiram quando a comunidade descobriu a necessidade de construção de fossas para completar o resultado da Campanha. Colocou-se, então, a barreira da propriedade, que foi levantada pelos fazendeiros que viam nesta atividade um início de apoderamento de suas terras, acreditando que a construção das fossas daria aos meeiros direitos sobre suas terras. Esta reação dos fazendeiros causou estranheza à comunidade, pois na fase da Campanha anterior à construção de fossas, um dos fazendeiros e sua família foram atendidos tanto no exame de material como na distribuição de remédios. Os fazendeiros, então, começaram a ameaçar de expulsão os líderes que insistissem na campanha. Apesar do interesse da comunidade na superação do problema da verminose, a campanha das fossas teve de ser suspensa.

O ano de 1966 estava tornando-se difícil para os monitores, alunos e Equipe Central do MEB no município de Itauçu. As barreiras colocadas pelo Golpe Militar determinaram uma mudança na perspectiva das comunidades, que trocaram a luta por organização sindical pelas atividades cooperativas ('farmacinha') e campanha de verminose. Mas, como pudemos observar, mesmo estas últimas provocaram uma enorme reação, imediata e forte, dos fazendeiros locais. As barreiras colocadas pela situação nacional do MEB, como problemas financeiros, relação hierarquia x laicato e repressão, refletiam diretamente nas comunidades.

Pensando em criar um outro instrumento de comunicação que fosse um material fixo para os debates nas comunidades, a Equipe Central, juntamente com os monitores, criaram o jornalzinho *Estrada*. A matéria escrita pelo monitor da Serrinha, Oscavú José, mostra os objetivos do jornal:

Eu sou um jornal de caratel completamente deferente dos outros, não vim para andar nas mãos dos barões, mas para ajudar os humildes que sofrem dia e noite se seçar, não vim para ser lido em cabinets em cadeiras de balanços, com ar refrigerado, prefiro estar entre as mãos calejadas, nas construções, ou nas favelas, entre os bravos lutadores, que sustenta o Brasil de pé. É claro que por lá vejo coisas horível, mas estarei sempre ao lado deste povo, que embora abatido pela fome, e pela miséria, não se dá por vencido ... Eu comparo o camponês, com os ramos de florís, que as abelhas, quando vem sulgar o seu precioso mel, se não acabassi de uma so vês com seu tronco, amanha ele lhe daria o mesmo tanto ou mais. Eu estarei sempre ao lado de vocês, meus bons amigos, e provarei a vocês que mesmo na cidade, existe ainda alguém que reconhece seu valor. Há muitos anos que labuta pra vim te ajudar más na cidade também, sofremos grandes hoviôres, sofri muito mais aqui estou, entre suas mãos calejadas, de lutar pelo Brasil. Tu és soldado moderno, com tua espada sagrada que nunca ofendeu ninguém. Oscavú José, 01/01/1966. (MEB/GO,1967, p. 22).

O jornal *Estrada* só foi publicado até o número 4, em razão de dificuldades vividas, como o clima de censura que impossibilitava colocar no jornalzinho pontos mais profundos e dados que permitissem uma visão crítica da realidade. Havia também os problemas políticos em torno dos trabalhadores do MEB em várias comunidades do estado.

A reação dos fazendeiros do município de Itauçu ao trabalho do MEB foi-se acentuando e culminou na prisão de vários trabalhadores rurais e no fechamento das escolas radiofônicas. Antes de adentrar nos detalhes destes acontecimentos, é importante conhecermos a atuação da AP, que se infiltrou no MEB da Comunidade Serrinha, cumprindo importante papel na organização dos trabalhadores rurais.

2.2.2 O Surgimento da AP na Comunidade Serrinha

Antes de iniciar a análise da atuação da AP no município de Itauçu, é necessário apresentarmos algumas características deste movimento.

A AP foi criada em 1961 e tornou-se um dos principais canais católicos para a atividade política da esquerda. Objetivava a construção de uma sociedade mais justa (MAINWARING, 1989, p. 85-6). Era composta de cristãos progressistas ligados à Ação Católica, especialmente à Juventude Universitária Católica (JUC). Inspirava-se nos ideais humanistas de Teilhard de Chardin, Mounier, Jacques Mauritian e do Padre Lebet.

Juntamente com o PCB e o PC do B, a AP tornou-se rapidamente uma das três maiores organizações de esquerda na política brasileira (MAINWARING, 1989, p. 86). No seu Documento-Base, elaborado em fevereiro de 1963, propunha lutar por uma sociedade mais justa e condenava tanto o capitalismo como os países socialistas existentes:

O objetivo final da AP, garantir a liberdade do desenvolvimento das pessoas, a possibilidade de sua expressão e da expressão de sua vontade, exigia uma ordem política democrática. A AP critica a União Soviética pela hipertrofia do poder político, a consagração da mística do aparelho do Partido [e] o fetichismo ideológico (MAINWARING, 1989, p. 87).

Em seu Documento-Base, a AP define-se pelo socialismo, salientando a importância do marxismo na teoria e na prática revolucionária, porém, sua opção é por um “socialismo humanista”. Este documento aborda a questão da revolução, porém não diz como se chegar à ela (CASTRO, 1992, p. 33-4).

O peso maior da atuação da AP concentrava-se na área estudantil. Controlou as sucessivas diretorias da União Nacional dos Estudantes (UNE) e procurou penetrar nos meios operários e rurais, particularmente por meio do MEB:

Membros da AP (Ação Popular) participaram desde o início das atividades do MEB, procurando transformá-lo num veículo não somente de conscientização como também de mobilização e organização de massas camponesas (CASTRO, 1992, p. 34).

Mesmo sendo uma organização pequena, a AP era bastante influente: seus membros eram líderes na educação popular, no trabalho sindical e na organização dos trabalhadores rurais. O impulso para a sua criação veio de participantes da JUC, mas não era um movimento da Igreja, embora permanecesse fortemente marcada por suas origens humanistas cristãs, até o Golpe Militar (MAINWARING, 1989, p. 86). Em dezembro de 1963, a AP mantinha influência sobre oito federações de trabalhadores rurais em todo o país.

Mainwaring (1989, p. 87) descreve a história da AP no Brasil após o Golpe Militar como uma história trágica de clandestinidade, prisões, torturas e exílio:

A história da AP após o golpe foi trágica, como também foi a história da maior parte da esquerda brasileira. O movimento tornou-se clandestino logo depois do golpe devido à repressão. Por fim passou por uma rápida radicalização que levou ao marxismo e a luta armada.

Em Goiás, a AP apoiou-se no MEB para aumentar a sua base política junto aos trabalhadores rurais. Procuraremos agora mostrar como se deu a infiltração da AP no MEB no município de Itauçu. Não pretendemos, neste trabalho, examinar detalhes histórico-

analíticos das infiltrações, queremos apenas retratá-las, tendo como objetivo o público receptor do MEB, os trabalhadores rurais.

Iniciemos com a indagação do que era a AP para os trabalhadores rurais. As palavras do monitor Oscavú José Coelho (2002) denotam que nem mesmo os líderes da Comunidade Serrinha tinham um conhecimento profundo do que era a AP:

Esse movimento [AP] era um movimento de organização do povo, a gente num tem assim o objetivo final dela porque era clandestino, a gente só participava de alguma coisa. Do fundamento principal do movimento da Ação Popular não era passado pra gente. Mas era um movimento de organização do trabalhador rural que deve ser aí para conseguir um direito de liberdade política ou qualquer coisa assim.

Os alunos do MEB e demais trabalhadores rurais da Comunidade Serrinha não sabiam desta infiltração da AP, como declara Oscavú José (2002):

A maioria dos campones não tinha conhecimento nem do que eles fazia parte, achava que era um movimentozinho, principalmente da família Moreira Coelho, do Oscavú, no máximo do Antônio Rabelo e do Oswaldo que vinha de Goiânia.

A justificativa apresentada por esse monitor para tal desinformação era de que a AP era um movimento “perigoso”:

Os campones não tinha conhecimento assim total da organização do Movimento de Ação Popular porque como era um movimento muito perigoso e de grande movimento, na medida que o campones ia tendo esclarecimento, ele ia tomam conhecimento perigoso também da organização.

O caráter “perigoso” refere-se à influência faguista na AP no período após 1956, quando ela decide tomar o caminho da luta armada. Tal decisão afastou vários adeptos não convencidos dessa extrema radicalização. A partir de então, a direção da AP, por meio de uma comissão militar, ministrava cursos de emprego de armas e explosivos (GORENDER, 2003, p. 122).

Um monitor do MEB da Serrinha participou de um treinamento de guerrilha da AP em São Paulo. O treinamento foi mantido em sigilo para a Comunidade Serrinha, pensavam que ele tinha ido a São Paulo fazer um curso do MEB:

Nesses treinamento se organizava cumé que dominava puliça, cumé que fabricava alguma coisinha (bombas). Eu até fiz um treinamento em São Paulo, só que a gente não tem muitos dado porque era bem vigiado e também a gente tinha uma precaução muito grande. Quando terminava, esses treinamento ficava somente na mente da gente, o que era documento, nome, essas coisa, no final do treinamento queimava [...] houve também um treinamento, foi também um treinamento que tinha participação a nível nacional, mais como eu não participei [...] (Oscavú José, 2002).

Os membros da AP defendiam a necessidade de superação do capitalismo e o estabelecimento de um regime socialista. Possuíam uma vaga compreensão de como fazer uma revolução e acreditavam que tal revolução necessitava de uma vanguarda que liderasse o processo de formulação de idéias e esclarecimento do povo, papel que seria desempenhado pela própria AP. A AP se diferenciava dos movimentos católicos anteriores por causa de suas afinidades com o pensamento marxista. Após o Golpe Militar, em virtude da repressão, a AP tornou-se um movimento clandestino. Sua radicalização a levou ao marxismo e à participação na luta armada (MAINWARING, 1989, p. 86-7). Militantes da AP chegaram a fazer treinamentos de guerrilha na China, faziam depósitos de armas e munições, porém, a AP não alcançou a fase de eclosão de Guerrilhas (GORENDER, 2003, p. 122-4).

Os principais elementos da bandeira da AP eram o homem e o desenvolvimento completo de seu potencial, que, para eles, só seria possível após a eliminação das estruturas de dominação. O Documento-Base da AP mostra isso:

Nossa única obrigação é para o homem. Para o homem brasileiro, acima de tudo – ele que nasceu com a sombra da morte prematura sobre seu berço; que vive com o espectro da fome sobre seu teto miserável, como sua companhia inseparável à medida em que ele cambaleia pelo caminho daqueles que viajam pela vida sem esperança ou direção; que nasce ignorante e analfabeto, um proscrito longe do alcance das bênçãos da cultura, de oportunidades criativas e dos caminhos verdadeiramente humanos de real liberdade; que morre a morte anônima dos bichos, abandonado no duro chão de sua miséria. Por isso nós lutamos pelo homem com o homem. Nossa luta é a luta por todos (KADT, 2003, p. 141).

Dom Fernando Gomes do Santos, arcebispo de Goiânia, tentou impedir a participação dos monitores do MEB da Comunidade Serrinha na AP, alertando-os do perigo que ela representava. A preocupação da Arquidiocese de Goiânia era de que a AP utilizasse o trabalho do MEB para lançar suas idéias e fazer seu trabalho, o que realmente aconteceu.

Os membros da AP que davam assistência à Comunidade Serrinha que foram citados pelos trabalhadores rurais entrevistados foram: Antonio Rabelo, Oswaldo Rocha, Nei e sua esposa Alda Borges.

Na Comunidade Serrinha, a AP funcionou junto ao MEB. Alguns líderes sabiam desta infiltração, porém não falavam isto para a comunidade: “a gente deixava o barco rodar, porque se a gente contasse o povo podia caí fora” (Oscavú José, 2004).

Nos anos 1965 e 1966, com o aumento da repressão, os participantes da AP da Comunidade Serrinha passaram a fazer reuniões com a equipe estadual no interior de uma grande mata da região. Para comunicar uma reunião marcada, mandavam recados em códigos para a equipe estadual pela Rádio Difusora, no programa Mourão da Porteira, de Claudino Silveira:

Eu ia na Difusora e mandava um recado assim: Alô! Alô! Seu Zé Bento, no dia tal, no dia 25 de março, por exemplo, eu estou com uma boiada lá na fazenda Gameleira, no município de Itauçu, pro ce i oiá. Então ele já sabia que era uma reunião de camponeis. A gente dava até nome se era uma reunião de camponeis a gente falava qui era boiada, se era de muié a gente falava qui era vacada de nuvilha ou de vaca leitera e assim a gente organizava nesses código qui era passado pela Difusora e ninguém percebia nada (Oscavú José, 2004).

O nome da fazenda, por exemplo Gameleira, era fictício e se referia a uma árvore da mata, sob a qual se reuniam, geralmente à noite. Se havia alguma mulher doente, avisavam que tinha novilha doente e a equipe estadual, então, levava estudantes de medicina da UFG, que também distribuíam remédios de amostra-grátis para as famílias dos trabalhadores rurais.

Havia também reunião da AP em Goiânia. Os trabalhadores rurais da Comunidade Serrinha, membros ativos da AP, participavam delas, que ocorriam sob sigilo e forte sistema de segurança, montada entre os próprios membros da AP:

Em Goiânia, quando a gente fazia essas reunião clandestina era montada um movimento de segurança para o grupo que estava reunido. E essa segurança era o seguinte: geralmente ficava casais de gente do lado de fora nas proximidades da casa, do local da reunião, de vigia, pra se acaso aparecesse algum movimento de puliça (Oscavú José, 2004).

Muitas vezes, o grupo de segurança era composto de moças e rapazes que fingiam estar namorando:

Então a gente, esses casais ficava fingindo, disfarçano de namorado e a gente, eu por exemplo, até gostava bem de trabaiá nessas seguranças porque a gente era camponêis e fica assim fingino de namorado com aquelas mulher dos nosso companheiro ou mesmo com alguma mocinha estudante da cidade... a gente pruveitava até bastante isso [risadinha] (Oscavú José, 2004).

Segundo o relato destes trabalhadores rurais, quando marcavam uma reunião, eles preparavam dois locais, sendo um deles denominado de “ultrassegurança”, que seria usado no caso de suspeitarem de algo, dariam um determinado prazo para que todos saíssem disfarçadamente e chegassem a esse outro local. Estas reuniões aconteciam também em locais da Igreja, como conventos e colégios.

Este trabalho da AP na Comunidade Serrinha aconteceu após 1964, juntamente com o trabalho do MEB, e culminou com a prisão de vários trabalhadores rurais daquela comunidade.

O trabalho do MEB e da AP junto aos trabalhadores rurais na Comunidade Serrinha feriu interesses e práticas estruturais, ensejando conflitos e reações, porque ele negava elementos básicos estabelecidos pelo sistema capitalista ao estimular a união dos trabalhadores rurais.

Os fazendeiros e os políticos locais, defensores da ordem estabelecida, temiam a mobilização social dos trabalhadores rurais. Porém, é importante destacar que a reação dos fazendeiros não foi um fato isolado, ocorrido no município de Itauçu, ele ilustra um período de grande agitação social no campo vivido em todo o país.

O que estava por trás deste conflito? Este confronto entre fazendeiros e trabalhadores rurais também tinha como causa a decisão tomada pelos sindicatos rurais de invadirem terras improdutivas. A partir de então, os fazendeiros passaram a denunciar a presença de elementos estranhos no campo. Portanto, quando os trabalhadores rurais começaram a expressar sua força política, os fazendeiros reaglutinaram-se nos arranjos do bloco do poder, exigindo do poder estadual maior controle e maiores restrições na participação dos trabalhadores rurais (GUIMARÃES, 1988, p. 150-7).

Em um documento denominado Classes Produtoras Alertam o Governo do Estado de Goiás, as Federações do Comércio e da Indústria exigem do governo de Goiás providências imediatas:

Que sobretudo, a ação do governo ainda não se faz sentido, com a eficácia que os fatos exigiam e recomendam, contra as perigosas agitações extremistas no seio das massas trabalhadoras das cidades e dos campos; a que se apontam clara e cruamente todas as quais drásticas soluções, inclusive a do apelo às armas, para os problemas da coletividade, e nunca jamais a do cumprimento e respeito às instituições, autoridades, e, porque não dizê-lo, à propriedade individual [...] que o clima, francamente revolucionário que estes profissionais da baderna querem implantar em Goiás, já é sentido além das fronteiras do nosso Estado, cujo crédito nos grandes centros econômicos do país esta abaladíssimo e mesmo perto da nulidade, pela convicção que se tem, por toda parte, de que Goiânia é a meta do

comunismo e de que Goiás, é o Paraíso, o Eldorado dos industriais do credo vermelho (GUIMARÃES, 1988, p. 155).

Essas acusações colocaram fim nos trabalhos da organização dos trabalhadores rurais pelo PC em Itauçu. O MEB, que, graças à proteção da Igreja, tinha se tornado a única experiência de educação popular a sobreviver ao golpe, continuando as experiências progressistas na educação popular numa época em que essa era extremamente difícil, culmina, em 1967, com as prisões de vários trabalhadores rurais de Itauçu.

Para investigar as denúncias dos fazendeiros locais de que havia organização clandestina na região, a Polícia Federal enviou à fazenda Serrinha vários homens disfarçados de mecânicos de tratores. Em poucos dias, eles conseguiram reunir provas dos trabalhos da AP na região:

O exército designou vários elementos para a fazenda do Dr. Robi como mecânicos da fazenda de tratores pois naquela época a agricultura tava começando a ser maquinizada e ele tinha muitos tratores e eles mandaram policiais do exército pra cá e eles fizeram um chec-up político da área para poder desenvolver a repressão e conseguiram (Parcival Moreira, 2004)¹³.

As atuações da MEB e da AP no município de Itauçu culminaram com a prisão de 17 trabalhadores rurais da Comunidade Serrinha. O sistema repressivo montado pelo regime militar brasileiro prendeu, em 1967, os suspeitos de atividades políticas contrárias ao governo, numa manifestação de completo desrespeito às garantias individuais dos cidadãos previstas pela Constituição. Tal como ocorreu em todo o país, houve, na Comunidade Serrinha, a prática de detenção de trabalhadores rurais na forma de seqüestro, sem mandato judicial, nem observâncias das leis. As capturas foram cercadas de clima de terror, conforme declara a esposa de um dos presos:

A puliça bateu o pé na porta, nem chama num chamô. Aí eu levei um susto e achei qui era os meus parentes de Itauçu, porque meus parentes é doido. Quando eu abri a porta a puliça embicô a carabina ni mim. Aí eles perguntou pur ele (marido), eu falei que tava deitado e eles mandô eu chamá ele. Puseram ele no carro, todo mundo tava de cara tampada, só a puliça que num tava de cara tampada mais os

¹³ Parcival Moreira Coelho, trabalhador rural itauçuense, foi monitor do MEB e líder da AP, foi preso em 1967. Posteriormente, participou das CEB's e ajudou a fundar o STR de Itauçu. Hoje, aposentado, reside em Inhumas.

fazendeiros e os otro companheiro deles tava tudo de cara tampada pra ninguém conhecê. Eles puseram ele no carro e num deixaram ele nem entrá na cozinha pra lavá o rosto e bebê café. Era umas seis hora da manhã (Maria Silva, 2004).

Outro depoimento relata que um dos trabalhadores rurais foi preso no momento em que sua esposa dava a luz ao seu primeiro filho:

Na ocasião que nós fomos presos, aqueles companheiro que foram presos entre eles tinha um companheiro nosso recém-casado, o Aristeu Alves do Nascimento, quando polícia chegou na sua casa a mulher dele tava esperando o primeiro filho e já sentia assim necessidade de encaminhamento, que naquele tempo era buscá a parteira e tudo mais. E ele já providenciava isso. Aí a puliça chegou e apesar dele ter reclamado num deixaram ele nem ir a algum visinho, nem isso eles quis atendê e acabaram levano ao companheiro deixano a sua mulher nessa situação (Oscavú José, 2004).

No município de Itauçu, essas prisões foram efetuadas numa só noite. Sob clima de terror, policiais federais chegaram às casas e prenderam os ‘suspeitos’. As prisões aconteceram após denúncias dos fazendeiros locais, sendo os presos enviados para Goiânia.

Após as prisões, as famílias destes trabalhadores ficaram apavoradas e sem saber o que fazer:

Nós já sofreu muito tempo. Eles ficô onze dia lá sem nois tê nutiça. Todo mundo que ia lá em casa falava que eles num voltaria mais não. Meu fio mais veio vinha aqui (Itauçu) todo dia pra sabe se tinha nutiça. Nessa época o delegado era o Chico Francino, irmão de Genosia. Nossa, minha fia, num precisava deles fazê umas mardade dessa, o que já passei, o que já sufri num tá escrito! Quantas veis eu vinha aqui (Itauçu) a pé, chorano, pedi Varfredo até pelo leite que ele mamo. Pedi ele pra dá um jeito, pra vê se ele tirava o Zé. Aí ele falava que num podia tirá (Maria Moreira de Jesus, 2004).

O Sr. Valfredo, que era o oficial de justiça de Itauçu, confirma a entrevista de D. Maria, dizendo que ela o procurou pedindo ajuda, porém ele nada pôde fazer.

Assim que ocorreram as prisões, os fazendeiros foram até as casas dos trabalhadores rurais exigir que suas esposas e filhos abandonassem as fazendas, dizendo que seus maridos não mais voltariam, deixando-os desesperados. Muitas dessas famílias moravam há mais de quarenta anos nestas fazendas. Os fazendeiros temiam que eles exigissem seus direitos:

O negócio lá era assim: nós morô lá quarenta e tantos anos, quando foi o fazendeiro ficou com medo de nós tomá parte das terras dele e tocou nós e ainda prendeu um tanto de gente. Se eles tivesse falado pra nós desocupá a terra dele, nós tinha desocupado sem conversa, num precisava dele fazê isso, chama puliça.

Nóis trabalhô lá com boas intenção, num trabalhô com intenção de tomá nada dele não, nóis só queria terra prá trabalha (Maria Moreira de Jesus, 2004)¹⁴.

A afirmação desta senhora de que eles não queriam tomar terras deixa claro um fator apontado por Ianni (1988, p. 102-10) de que nem sempre os trabalhadores rurais estão pensando em reforma agrária – como aparece nos discursos dos partidos políticos cuja maioria são de base urbana –, nem sempre eles estão pensando na posse da terra, mas é uma luta pela preservação de suas condições de vida e de trabalho e pela reprodução de sua cultura. O movimento dos trabalhadores rurais não se limita à luta pela terra, suas reivindicações também são pela cultura e pela religião.

Os inquéritos policiais militares, formados para apurar fatos considerados como atentados a Segurança Nacional, tinham nas confissões extrajudiciais (geralmente obtidas sob tortura física e/ou psicológica) o suporte principal de acusação.

Os trabalhadores rurais da Comunidade Serrinha não sofreram tortura física, apenas psicológica. Ficaram presos 11 dias em Goiânia e depois foram libertos. Apenas o Sr. Oscavú José Coelho é que permaneceu preso por três meses, sendo enviado para Brasília, São Paulo e Juiz de Fora. Três trabalhadores rurais da Comunidade Serrinha foram condenados pela Justiça: Oscavú (um ano e três meses de prisão), Parcival (um ano de prisão) e Aristeu (um ano de prisão); porém, eles cumpriram a pena em liberdade.

O trabalhador rural Parcival Moreira (2004), líder da AP na região, responsabiliza a direção da AP pelas prisões:

A falha da AP que a meu ver nos conduziu a prisão se incidiu na prática política. A organização era muito severa em questão de segurança, não furar a estrutura de segurança era uma preocupação grande e aí entra a diferença entre a teoria e a prática. Tinha uns elementos dentro da direção da AP que eram terrivelmente dogmáticos, autoritários e isso a meu ver prejudicava o andamento do trabalho, inclusive queimava etapa. Vinha elementos que eram recrutados para dentro da AP, que não estavam preparados para participar de grupos de tão elevado sigilo e importância como a AP, que era uma organização revolucionária que tinha uma disciplina revolucionária que muitas vezes era quebrada pelo dogmatismo e autoritarismo de membros da direção estadual e nacional.

Exemplificando a questão do autoritarismo, este trabalhador rural mostra como foi enviado para a região de Dianópolis, sendo substituído por um engenheiro agrônomo de

¹⁴ Maria Moreira de Jesus, trabalhadora rural itauçuense, presenciou o trabalho das Ligas, do MEB e da AP na região, teve primos presos em 1967, participa das CEB's, do STR, e da Comunidade Sebastião Rosa da Paz.

Goiânia que, por não conhecer a região e os trabalhadores rurais do local, acabou propiciando o furo na segurança que culminou com as prisões:

Os elementos de base da AP, os trabalhadores rurais, eram muitas vezes cobrados a avançar mais. A organização tirou eu, que era da região, da classe de trabalhador e trouxe um de fora pra cá, isso eu já criticava naquela época, e trouxe um elemento da direção para cobrir minha falta. Me mandou para Dianópolis, a gente tinha que ir, não adiantava reclamar, falar que nossa família ia ficar sozinha, que aqui a gente conhecia até os toquinhos da beirada do caminho, a resposta que tive à pergunta se eu não tinha um preparo revolucionário pois nos estatutos da organização falava que quem mandava era a organização, com esses termos, e nois militante só restava obedecer sob a pena de sofrer sanções, essa era a tônica [...] a gente era forçado a fazer coisas incompatíveis com nossa cultura, com o momento de crescimento de consciência política do trabalhador rural. O engenheiro que me substituiu, no desejo de mostrar serviço, na ganância de criar expressão camponesa dentro da organização, levou mais 16 trabalhadores rurais da Serrinha para a AP e aí as coisas complicaram... Os trabalhadores rurais, inconscientemente, começaram a ventilar coisas por aí e os próprios fazendeiros começaram a suspeitar de nosso trabalho e, quando chegou o exército, eles contaram tudo (Parcival Moreira, 2004).

Com estas prisões, encerra-se o trabalho da AP e do MEB na Comunidade Serrinha. A maioria dos trabalhadores rurais envolvidos foi expulsa das fazendas, acusada de ser ‘comunista’ por vários de seus conterrâneos.

Após o Golpe Militar, a Igreja aplaudiu as prisões dos comunistas, no entanto, em seguida, ela também se tornou alvo dos abusos de poder, sendo atingida por prisões, seqüestros, torturas e assassinatos de agentes pastorais (como ocorreu em Itauçu), padres e religiosos.

Sobre esta atuação da Igreja na questão agrária na década de 1960, Pessoa a apresenta como a tese (a iniciativa da Igreja) e a antítese (a força transformadora do processo social).

Os trabalhadores e trabalhadoras rurais, personagens vivos da história do MEB na Comunidade Serrinha, buscam na memória os fatos e tentam tirar as conclusões possíveis:

Naquela época num tinha nada de perigoso, mais eles achô que nóis queria tomá terra deles, queria era trabalhá. Aí nóis sofreu igual cachorro e era coisa de Igreja, que era do apostolado e tinha uma fita vermeia com uma medalha no pescoço. Nóis num podemo dexá isso (história) pra trás. Nóis tava caçano jeito de trabalhá, de fazê fartura, não é vivê nessa miséria que a gente vive hoje (Francisca Maria Pinheiro, 2004)¹⁵.

¹⁵ Francisca Maria Pinheiro, trabalhadora rural, participou dos trabalhos do MEB, seu marido foi preso em 1967. Após a prisão, o fazendeiro os expulsou das terras onde moravam e trabalhavam há trinta anos sem pagar seus direitos trabalhistas.

A fala “num tinha nada de perigoso” é uma defesa à acusação de que o MEB era trabalho de comunistas, portanto, na concepção dela, era um trabalho lícito. Já a fala “nóis num podemos dexá isso pra trais” refere-se à consciência da necessidade de divulgar esta história da atuação do MEB em Itauçu, que está fadada ao esquecimento. Nesta fala, também fica evidenciada a relação do trabalhador rural com a terra: uma relação que compreende um intercâmbio social complexo que implica cultura, pois não se limita à produção de alimentos, muito mais que isso, ela põe em jogo a sua vida espiritual (IANNI, 1988, p. 110).

As conseqüências das prisões foram diversas: medo, vergonha, expulsão das fazendas e até o afastamento de amigos e parentes que viam os trabalhadores presos como “perigosos comunistas”:

Quando eu vortei pra Itauçu, os companheiro já tinha saído de mudança, num tinha quase mais ninguém dos cumpanhero que foram preso. Era um movimento muito delicado na comunidade purquê o povo tinha medo, ficava olhando a gente sem sabê. Inclusive fico até cum dó, até os próprio irmão, a própria família pensando que a gente, um membro daquela família era aquela calúnia nas costas. Eu sei que o pessoal ficô muito inseguro com aquilo. Mais também a gente tinha que respeitá aquela incerteza, aquele medo que os cumpanhero tinha, porque era um acontecimento muito raro naquela época e que fazia muito medo (Oscavú José, 2004).

A experiência que Oscavú relata em seu depoimento revela o modo como sentiu e viveu a adversidade presente: o “medo” dos amigos e familiares e o silêncio que sentiu abater-se no mundo ao seu redor. Esse depoimento coloca em evidência a força do narrador. É um momento difícil, que coloca de ponta-cabeça o mundo de organização da mobilização, do trabalho, da família, dos amigos. Oscavú recupera, relaciona, descreve, reflete sobre os infinitos níveis da realidade com a maior exatidão. O seu mundo sofre uma profunda transformação. O “momento muito delicado” refere-se à realidade que se desenha como resultado do golpe. Os cidadãos reconhecidos, estigmatizados, presos por suas práticas, sua liderança, passaram a sofrer discriminação da sociedade, até dos próprios familiares, que “ficava olhando a gente sem sabê” e “era aquela calúnia nas costas”.

Ansart (2001), abordando a questão da memória dos ressentimentos, afirma que o indivíduo não esquece as lembranças dos ressentimentos, destacando que a tentação do esquecimento dos ressentimentos é também uma estratégia de apaziguamento. A frase “a gente tinha que respeitá aquela incerteza” mostra que ele procurou minimizar este ressentimento.

A experiência do MEB em Goiás preparou o terreno para as experiências leigas com os setores populares na década de 1970 com o trabalho das CEB's ao introduzir uma nova compreensão entre fé e política.

A esquerda católica, além de trazer as idéias do pensamento social europeu para a Igreja brasileira, adaptou-as às nossas condições históricas, desenvolvendo uma nova concepção de missa católica. A esquerda católica desenvolveu uma das primeiras teologias latino-americanas. Este papel da Igreja Católica de precursora da teologia da libertação foi uma inovação importante, infelizmente, poucos autores fazem referência a isso. É vital destacar que esse movimento da esquerda católica brasileira constituiu um dos fatores singulares no desenvolvimento da Igreja brasileira, tornando-a mais progressista que as outras Igrejas latino-americanas. Esses movimentos, sem dúvida, deixaram um legado importante, e muitos de seus membros tiveram participação ativa no trabalho das CEB's, no sindicalismo e em partidos políticos representantes das classes populares nas décadas de 1970 e 1980.

Na Comunidade Serrinha, muitos dos membros do MEB e da AP participaram das CEB's nas décadas posteriores:

Nossos cumpanhero vortaram a acreditá na gente. Nós teve ajuda muito grande do padre Elígio, da Ana Maria Zambelim, Ana Maria Neline, do João de Paula, eles acreditava piamente na gente e começa a dá muito apoio pra gente e a gente começô novamente a vida normal diante da comunidade tê aquele respeito, aquela confiança que eles sempre tiveram na gente (Oscavú José, 2004).

O fato de participarem das CEB's foi o suficiente para que estes trabalhadores rurais deixassem de ser discriminados pela sociedade Itauçuense? Pelo que pudemos observar nas entrevistas, ele contribuiu muito para a reintegração, porém, não foi o suficiente para acabar totalmente com a discriminação. Como dissemos, muitos ainda se referem a eles como os “comunistas”. Alguns trabalhadores rurais esconderam de seus próprios filhos a história de sua participação no MEB e na AP, outros se negaram a dar entrevista, alegando que poderia ser “perigoso” para eles.

É importante destacar que não devemos ter ilusões quanto à magnitude do que realmente o MEB conseguiu realizar no Brasil, como um todo, porém não podemos deixar de mostrar que ele abriu pista fecunda ao provar que foi capaz de fundir num movimento socioeducativo uma crescente perspectiva política. No geral, as comunidades conseguiram dar passos concretos na integração da teoria com a prática: estimulou o pensar e o agir,

animou uma série de atividades reflexivas e propiciou elementos significativos para a organização dos trabalhadores rurais (WANDERLEY, 1984, p. 452).

O trabalho do MEB na Comunidade Serrinha foi considerado a experiência mais extensa e profunda do MEB/GO:

Escolhemos como expressão do nosso trabalho global a Comunidade de Serrinha, por ser aquela onde a experiência se fez, e se faz, de maneira mais extensa e profunda. Não vamos descrever uma experiência empolgante. Nem colocar perspectivas idéias. Queremos apenas dar um testemunho do que é possível e do real, no caminho da luta pela humanização (MEB/GO, 1967, p. 1).

Castro (1992, p. 182) reconhece que o MEB em Itauçu foi um movimento de comunicação participativa, o que não ocorreu em todas as comunidades do estado em que ele atuou.

Amado (1996, p. 143) fala de uma dialética na atuação do MEB, que, criado como uma estratégia de atuação social “desenvolvimentista católica”, passou por uma reformulação de crítica e autocrítica e de inserção mais profunda na realidade social e política brasileira.

Peixoto Filho lembra a necessidade de um “resgate” do MEB/GO :

O MEB/GO tem um período de existência relativamente curto [...], porém tal período foi imensamente rico e ele cumpriu seu papel dentro da educação brasileira. Estudá-lo e criticá-lo significa não só uma recuperação e um resgate para a História do Brasil, daquilo que foi um projeto de transformação social sonhada pela geração dos anos de 1960, mas também buscar encontrar, em nossas raízes, indicadores que possam orientar as atuais e futuras formulações de políticas educacionais para o país e, assim, contribuir para a construção de uma nova sociedade, mais humana e justa (PEIXOTO FILHO, 2003, p. 143).

A atuação das Ligas Camponesas, do MEB e da AP em Itauçu vem corroborar a tese de Duarte (1998) de que, em Goiás, nas décadas de 1950 e 1960, as lutas dos trabalhadores rurais eram conduzidas por entidades mediadoras com concepções estranhas ao trabalhador rural. Para Duarte, somente a partir da década de 1970 os trabalhadores rurais procuraram se organizar baseados em seus próprios valores culturais reelaborados pelo enfrentamento da dominação capitalista. A organização dos trabalhadores rurais itauçuenses após a década de 1970 será nosso próximo assunto.

CAPÍTULO III

CEB'S: A FÉ QUE MOVE TRATORES E MONTANHAS

As CEB's não devem ser entendidas isoladamente como um mero fenômeno intra-ecclesial. Elas representam a expressão religiosa da mobilização popular que ganhou corpo nos anos 1960 em toda a América Latina.

A aprofundada inserção do continente latino-americano no sistema capitalista transnacional trouxe contradições sociais que foram imediatamente sentidas pelas camadas populares marginalizadas. Com o advento dos regimes militares de Segurança Nacional e a conseqüente repressão dos canais populares (partidos, sindicatos, associações), as CEB's assumiram uma importância social considerável.

Boff, L. (1986, p. 94) define a estrutura das CEB's como constituída por um grupo de 15 a 20 famílias, mais ou menos, que se reúnem em torno da Palavra de Deus para expressar e alimentar sua fé, discutir, à luz desta palavra, seus problemas e ajudar-se mutuamente.

Neste capítulo, trataremos do surgimento das CEB's em Itauçu e da atuação dos trabalhadores rurais nestas comunidades.

Em 1961, o papa João XXIII, percebendo que a Igreja não estava sendo fiel ao Evangelho, convocou os bispos para uma 'volta às origens', porém, ele morreu no mesmo ano. Em 1962, o novo papa eleito, João Paulo VI, manteve a convocação dos bispos e, do concílio denominado Concílio Vaticano II, saíram, entre outros, dois documentos: a constituição dogmática *Lumen Gentium* (Luz dos povos) e a constituição pastoral *Gaudium et Spes* (Alegria e esperança). O documento *Lumen Gentium* afirmava que a Igreja não poderia se fechar em si mesma, pois ela é o povo de Deus que caminha inspirado pelo Espírito Santo. Deste documento, surgiu a abertura para a participação dos leigos na vida da Igreja. O documento *Gentium et Spes* pregava a abertura da Igreja para o mundo, afirmando que ela tinha que se comprometer com os problemas sociais.

O Concílio Vaticano II renovou toda a Igreja, propiciando uma verdadeira revolução: renovou a vida interna da Igreja, valorizou a participação do leigo e abriu a Igreja para os problemas da sociedade. Na América Latina, os questionamentos surgidos com o Concílio Vaticano II deram origem a reuniões dos bispos latino-americanos. Em 1968, foi realizada a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano na cidade de Medellín, na Colômbia. Em 1979, realizou-se a III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano na cidade de Puebla, no México. Foi em Medellín que reforçaram a participação dos leigos na Igreja,

realçando a importância das pequenas comunidades de cristãos como instrumento de evangelização. Após o encontro de Medellín, multiplicaram-se as CEB's em toda a América Latina. A Igreja assumiu, em nome das comunidades, o papel de ajudar na libertação dos pobres. Neste contexto, surgiu a Teologia da Libertação

Porém, desde o começo, houve fortes reações a este novo jeito de ser Igreja. Começaram a surgir acusações de que a Igreja estava fazendo subversão, que isso era política e não religião. Na década de 1970, alguns padres foram expulsos do Brasil, outros foram assassinados. Nesta situação de conflito, em 1979, aconteceu uma reunião dos bispos da América Latina, em Puebla, no México. Nesta reunião, houve muito debate, alguns bispos queriam condenar a Teologia da Libertação, outros a defendiam, e, no final, resolveram renovar o compromisso de uma opção preferencial pelos pobres, ou seja, condenar como antievangélica a extrema pobreza que existe em nosso mundo, e declarar ser as CEB's um foco de evangelização, motores de libertação e motivo de esperança para os cristãos.

No Brasil, desde 1950, já existiam comunidades com o movimento do MEB e o Movimento Por Um Mundo Melhor, mas ainda não eram comunidades eclesiais. Temos registros de CEB's no Brasil desde 1960, em Natal e Volta Redonda. Após Medellín, as CEB's no Brasil se espalharam por todo o país. Em Goiás, elas surgiram na década de 1960, com atividades predominantemente pastorais. No início, surgiram poucos grupos, porém, no decorrer dos anos, elas foram aumentando.

As CEB's, formadas por pequenos grupos organizados em torno de uma paróquia (nas cidades) ou de uma capela (na zona rural), nascem por iniciativa de leigos ou religiosos. São de natureza religiosa e têm caráter pastoral.

Elas são comunidades porque reúnem pessoas que professam a mesma fé, pertencendo à mesma Igreja e região. Motivados pela fé, essas pessoas vivem uma comunhão em torno de seus problemas de sobrevivência, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. Na comunidade, todos são chamados a falar, ninguém manda. O dirigente deve ser apenas o animador, aquele que anima os outros, que dá coragem. A comunidade é formada por pequenos grupos nos quais todos têm a oportunidade de se conhecer melhor. Nela, os pobres devem ter voz e vez (OLIVEIRA, 1985, p. 34). As CEB's são eclesiais porque são da Igreja, são pequenos grupos de cristãos que, em sua paróquia, vivem a fé, dando seguimento à missão de Jesus de construção de uma sociedade mais justa. As Comunidades Eclesiais são de base porque são formadas de pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares). A novidade das CEB's é que elas começam de baixo, a partir dos pequenos. Surgem nas periferias das cidades e na zona rural.

Há uma estreita conexão entre as CEB's e a Teologia da Libertação. Na América Latina, um não pode ser pensado sem o outro. Ambos são momentos de um mesmo processo de mobilização do povo e um processo que parte do povo. Enquanto as CEB's representam a prática da libertação popular, a Teologia da Libertação é a teoria desta prática (BOFF, L., 1986, p. 93).

Boff, L. (1985, p. 27-8) mostra que a Teologia da Libertação nasceu em um determinado contexto histórico na América Latina:

A teologia da libertação não nasceu voluntaristicamente. Constitui-se como um momento do processo maior e de tomada de consciência dos povos latino-americanos. A pobreza generalizada, a marginalidade e o contexto histórico de dominação irrompeu agudamente na consciência coletiva e produziu uma virada histórica [...] A teologia da libertação nasceu como propósito de resposta aos desafios da sociedade oprimida e como contribuição própria, sob o enfoque da fé, ao processo maior de libertação que se articula em outros campos da vida do povo.

Na América Latina, desde os primórdios da colonização, sempre houve movimentos de resistência e de libertação. Índios e africanos resistiram contra a violência da dominação portuguesa e espanhola e criaram redutos de liberdade como os quilombos. Nos últimos decênios, emerge, em todo o Continente, uma nova consciência libertária: surge a libertação como estratégia dos pobres que confiam em si e em seus instrumentos de luta, como as associações, os sindicatos, os partidos populares e as CEB's.

Boff, C. e Boff, L. (1986, p.24-5) comparam a Teologia da Libertação com uma árvore: os galhos são os teólogos profissionais, o tronco é formado pelos pastores e agentes de pastorais e as raízes são as comunidades cristãs. Os animadores das CEB's são chamados agentes pastorais, são os padres e religiosos, na maioria leigos, formados na própria comunidade. Os agentes pastorais leigos são uma nova vocação na Igreja. Não são eles que coordenam as comunidades, apenas assessoram, cuidando para que o próprio povo seja sujeito de sua história, não é aquele que fala e faz, mas que estimula o povo a falar e fazer.

Os membros das CEB's são, geralmente, pessoas pobres, semi-alfabetizadas. Nas zonas rurais, particularmente, as comunidades preservam a cultura popular: levam para a Igreja a Folia de Reis, no ofertório oferecem os instrumentos e os frutos de seu trabalho, como cereais e frutas; são os membros da comunidade que preparam as novenas e as missas, as festas dos santos e os roteiros das celebrações. Dois fatores correlatos marcam os membros das CEB's rurais e urbanas: a expropriação da terra e a exploração do trabalho. Assim, os membros das comunidades que outrora buscavam na religião um sedativo para os

sofrimentos encontram nela, agora, um espaço de discernimento crítico perante a ideologia dominante e de organização popular capaz de resistir à opressão. O povo redescobre a Igreja não apenas como espaço, expressão e nutrição de fé, mas, também, como espaço de organização e mobilização.

As CEB's percorreram quatro etapas interligadas: a primeira, é aquela que a comunidade, centrada em sua motivação religiosa, busca na Bíblia as pistas para sua atividade social; a segunda, é a dos movimentos populares, em que, baseados na reflexão de seus problemas, ajudam a criar movimentos populares autônomos, como o Clube das Mães, a Associação de trabalhadores rurais. Da base popular, emergiu tecido de pequenas organizações, nas quais o povo fez sua experiência de união, mobilização, conseguindo vitórias em suas lutas locais e regionais; a terceira, é o fenômeno do movimento operário, no qual as comunidades participam da oposição sindical e dos sindicatos autênticos, procurando valorizar o sindicato como verdadeiro órgão de classe, atuando em greves e lutas de suas categorias; e a quarta etapa é a de reformulação partidária, a busca de novos canais de expressão política para a sociedade civil brasileira.

O método pelo qual as Comunidades Eclesiais se orientam é o de ver, julgar, agir, ou seja, ver a situação de sua vida, dos bairros ou região; julgar esses fatos à luz da palavra de Deus, questionando: por quê está acontecendo assim?; qual é a raiz deste problema?; o que Jesus disse desta situação?; onde está o nó deste problema?; quais os interesses que estão em jogo?; e, por fim, última etapa do método é o agir, em que, unidos, procuram descobrir soluções concretas para os problemas, fazendo um plano para os passos a serem dados, questionando: como Jesus agiu ante a uma situação como essa?; como Ele quer que a gente aja?; é o planejamento, a forma concreta de enfrentar o problema.

Espaço de expressão da palavra do oprimido, nas CEB's emerge a consciência crítica do povo à ordem social injusta. A ação das Comunidades Eclesiais se dá de modo intra-elesial, na celebração do culto, festas litúrgicas, novenas catequese, preparação aos sacramentos, estudos dos documentos da Igreja, e de modo extra-elesial, nas vinculações às lutas populares, na cidade e no campo.

A Comunidade Eclesial é um jeito, um estilo novo e, ao mesmo tempo, o mais tradicional jeito de ser Igreja, porque é o modelo mais fiel à Igreja dos primeiros cristãos. É uma comunidade de irmãos que crescem juntos, alimentando a fé, a esperança e a caridade. A comunhão é o princípio, o centro da organização comunitária, e não o poder e a autoridade, como antes. É um povo histórico, que caminha entre a memória do passado e a

esperança do futuro. É o povo no sentido político, dos empobrecidos, um povo com consciência, projeto e prática própria.

CEB's é um jeito de Igreja que chama toda a Igreja a se tornar Igreja dos pobres, comprometida com a transformação social e animada por uma espiritualidade encarnada.

A missão das CEB's é evangelizar, aprofundar a experiência da fé com a prática, transformar a sociedade injusta pela fé, pela prática libertadora e dos pobres e forjar um espírito democrático de igualdade e fraternidade.

As CEB's não são núcleos isolados do conjunto da Diocese. Do contrário, perdem a dimensão eclesial, tornando-se um movimento leigo. O objetivo das CEB's é criar a união e a solidariedade entre as pessoas e, valendo-se da reflexão da palavra de Deus, atuar sobre a realidade social.

Para Baldissera (1987, p. 10), a história das CEB's no Brasil mostra que ela foi gerada pelas contradições sociais e está relacionada com a questão agrária. A autora destaca que as CEB's não se restringem somente ao aspecto espiritual. Essa característica das CEB's também é abordada por Frei Betto (1989, p. 20).

Nas CEB's, a Bíblia ocupa lugar central, e sua leitura e interpretação são feitas pela óptica do empobrecimento. Ali, todos os problemas são discutidos à luz do Evangelho. É nessa linha de raciocínio que os membros das CEB's se identificam como comunidade eclesial, trazendo uma nova relação com a hierarquia da Igreja. As reuniões servem para o povo pensar e organizar, conjuntamente, algumas ações coletivas.

Como dito, as CEB's, para resolver seus problemas, não separam a leitura da Bíblia e a oração da ação. Como afirma Baldissera (1987, p. 11-2), "a Bíblia dá a orientação para a ação e a ação é a maneira de pôr em prática à vontade de Deus". Segundo a autora, outra novidade que as CEB's trazem é que o povo descobre que Deus ajuda o pobre não fazendo milagres mas, sim, dando força para ele mesmo resolver seus problemas.

Lesbaupin, ao analisar os movimentos populares no Brasil, defende a idéia de que as CEB's constituem um movimento importante de união dos setores populares e que suas características de organização contribuíram para que os setores populares participantes se tornassem ativos, intervindo na sociedade.

Frei Betto (1985, p. 24), ao analisar a relação entre CEB's e movimentos populares, corrobora a tese de Duarte ao afirmar que as CEB's ajudam a criar ou fortalecer formas de organização popular autônomas, desvinculadas do Estado e da Igreja.

As idéias de Lesbaupin de que uma característica significativa dos movimentos sociais recentes, tanto no Brasil quanto no exterior, é a sua busca de autonomia em relação a

partidos políticos, Estados ou Igrejas, convergem com as de Frei Betto, Martins e Duarte. Lesbaupin ressalta que, além desta busca de autonomia, muitos movimentos populares, atualmente, insistem na participação das bases nas decisões, ou seja, a busca de democracia interna.

3.1 A FORMAÇÃO DAS CEB'S NO POVOADO DE ROSELÂNDIA

Roselândia é um povoado que surgiu no município de Itauçu na década de 1950, quando a família Rosa Lino doou um terreno para a construção de uma capela, sendo o nome Roselândia uma homenagem a esta família. A capela foi construída por mutirão feito pelos próprios moradores com recursos adquiridos de doações de fazendeiros locais, rifas e leilões. Para a capela, escolheram como padroeiro o Divino Pai Eterno, cuja imagem foi trazida de São Paulo pelo Sr. Assis Rosa Lino, doador do terreno. A imagem foi levada em procissão de sua casa até a capela.

Nesta capela, funcionou por muitos anos a Escola Municipal Rosa Lino. Algum tempo depois, a Igreja cedeu parte do terreno para a construção do prédio escolar pela prefeitura de Itauçu.

Em 1968, chega para assumir a paróquia de Itauçu, procedente da Itália, o Pe. Elígio Silvestre e também um grupo de assistentes sociais que, auxiliado pelas Irmãs Franciscanas do Imaculado Coração de Maria, começou a desenvolver um trabalho de ação social com crianças, jovens e adultos na capela, antes das celebrações, nas escolas e nas famílias, visando a conscientização e organização dos trabalhadores rurais, incentivando a participação na política e a criação do sindicato de trabalhadores rurais.

A equipe italiana de trabalhadores sociais promovia reuniões em que eram discutidos vários temas sociais e também promoviam cursos conveniados com o Pipimó nas áreas de: saúde, alimentação, primeiros socorros, corte e costura, horta caseira, arte culinária, bordados e outros. A saúde era também preocupação da equipe, que organizou uma farmácia com remédios vindos da Itália, realizando atendimento semanal. Posteriormente, ofereceram um curso de auxiliar de enfermagem para o trabalhador rural Genosin Barbosa de Moura e, então, o atendimento passou a ser diário, na fazenda do Sr. João Moreira Coelho, em um dos quartos da sua sede.

Neste ano de 1968, inicia-se o trabalho das CEB's em Roselândia com o método ver/julgar/agir, com o qual os trabalhadores rurais aprenderam buscar soluções para seus problemas.

Em outubro de 1975, com a saída de Pe. Elígio e da equipe italiana da paróquia de Itauçu, os trabalhadores rurais de Roselândia tiveram de caminhar sozinhos, tanto nos trabalhos de pastoral, como na ação social. Em reuniões, continuaram a discutir e refletir sobre seus problemas sociais e, juntos, pensavam na idéia de criar 'ferramentas' que fortalecessem a luta por seus direitos. As CEB's utilizam metáforas em sua linguagem, neste estudo de caso de Roselândia, perceberemos que eles denominam de ferramenta o STR e o associativismo. Neste período, encontraram muitas dificuldades, até com relação aos próprios padres da paróquia de Itauçu, que eram contra o trabalho das CEB's. Os trabalhadores fizeram abaixo-assinado endereçado ao bispo D. Fernando, que removeu o padre da paróquia.

3.2 FERRAMENTAS DAS CEB'S: O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITAUÇU E A COMUNIDADE SEBASTIÃO ROSA DA PAZ

Em 1979, realiza-se na capela de Roselândia a primeira reunião para a fundação de um sindicato dos trabalhadores rurais de Itauçu. Este sindicato foi inaugurado no dia 23 de outubro de 1980, tendo como primeiro presidente um trabalhador rural de Roselândia, o Sr. Waldir Coelho Braga. O sindicato funcionava no salão comunitário São Vicente, cedido pela paróquia de Itauçu, situado na periferia da cidade. Posteriormente, no ano de 1982, foi fundada uma delegacia sindical em Roselândia, coordenada pelos membros das CEB's.

As repressões foram muitas. O presidente do Sindicato foi enquadrado como comunista pela polícia local, sofreu inúmeras ameaças e até tentativa de assassinato. Os demais trabalhadores sofreram vários tipos de ameaça, os fazendeiros diziam que se seus peões se sindicalizassem seriam expulsos das fazendas.

Cada associado pagava uma contribuição mensal de 2% do salário mínimo, que correspondia à contribuição por família, e não individual.

O Sindicato trouxe inúmeros benefícios aos trabalhadores rurais, além da garantia de seus direitos trabalhistas, conseguiram tratamento médico e odontológico.

A pressão era grande, fazendeiros compareciam às reuniões de acordos trabalhistas com jagunços armados, que faziam questão de expor suas armas. Houve oportunidades que

trabalhadores rurais tiveram que ficar dias escondidos em matas para não serem mortos por jagunços.

Enquanto isto, na delegacia sindical de Roselândia e nos grupos da comunidade, continuavam as reflexões e discussões sobre a necessidade de uma outra ferramenta além do sindicato que pudesse ajudá-los a enfrentar outro grande problema: a exploração do atravessador, que ocorria tanto na aração quanto no beneficiamento do arroz e na venda dos produtos.

Em nossas entrevistas, podemos perceber essa busca. Divino Fernandes conta o que aconteceu:

Foi através de trabalho de companheiro, em troca de dia, em busca de ajudá um e outro prá amenizar suas tarefas, ou seja, capiná e cultivá suas lavoura. Foi através deste grupo que surgiu a discussão de organizar uma cooperativa onde os companheiro pudesse livrá dos grandes fazendeiros, dos exportadores rurais. E discutimos como comprá uma máquina de limpá arroz e também um trator para ará e gradiá nossas terras. Porque naquele tempo os trabalhador estava sendo prejudicado com o sistema que era implantado na região da comunidade de Roselândia. Através destas reuniões fomos muito felizes, podemos realizá nossos sonhos tão valioso. Hoje a comunidade permanece viva, graças um trabalho de companheiro que buscava a partilha de uma sociedade melhor(Divino Fernandes de Freitas, 2002)¹⁶.

Na comunidade, crescia a idéia de criar um meio de ‘associativismo’ para os libertar do atravessador, embora achassem isso impossível por causa da falta de dinheiro para tal.

Em agosto de 1985, dois trabalhadores rurais de Roselândia, Sr. Waldir Coelho Braga e Sr. João Paulino de Melo, participavam, em Goiânia, da reunião mensal da Arquidiocese quando a coordenadora da Comissão de Pastoral da Terra (CPT) levantou a possibilidade de financiamento oferecida pela Misereor (entidade alemã de ajuda a América Latina) para pequenos projetos comunitários. Os dois trabalhadores rurais levaram para seus companheiros a possibilidade e, após várias reuniões, discussões e questionamentos sobre as vantagens e desvantagens de assumir tal empreendimento, chegaram à conclusão de que esta era a resposta para as suas constantes preocupações e necessidades.

Em setembro de 1985, de volta à reunião da Assembléia Arquidiocesana levaram a proposta dos trabalhadores rurais de Roselândia de assumir a ‘oferta/possibilidade’ da Misereor. E, com a ajuda da coordenadora da CPT, Irmã Nilce Ladeia Guimarães, estes

¹⁶ Divino Fernandes de Freitas, trabalhador rural, membro das CEB's, sócio-fundador do STR e da Comunidade Sebastião Rosa da Paz, hoje reside em Goianira onde tem uma pequena serralheria.

trabalhadores rurais fizeram o levantamento de um anteprojeto que visava a aquisição de um trator comunitário.

O anteprojeto foi levado à CPT/Arquidiocesana em maio de 1985 e recebeu todo o apoio de D. Fernando, então Arcebispo de Goiânia. No dia 1º de junho de 1985, falece D. Fernando Gomes, e o processo ficou parado, sendo retomado e enviado à Misereor no dia 15 de outubro de 1985, juntamente com o orçamento do projeto. Castells (1999) ressalta a importância dos financiamentos das ONGs para essas comunidades.

Yúdice, em seu trabalho *A globalização da cultura e a nova sociedade civil* (2002), mostra que, em muitos países latino-americanos, mais do que o Estado são as ONGs que ajudam a sociedade civil.

No dia 30 de outubro de 1985, chegou a resposta da Misereor em que alegavam que, mesmo reconhecendo a necessidade e a organização desses trabalhadores rurais, estava o projeto parecendo-lhes relativamente dispendioso e fizeram uma proposta de, em vez de um trator (de 118 milhões de cruzeiros), preferiam um projeto mais modesto de tração animal. Justificavam a proposta com a afirmação de que todas as suas experiências com tratores mostravam que o fracasso era mais provável que o sucesso e que não era possível financiar a manutenção e a futura substituição do trator. Então, a Misereor solicitou que eles refletissem as seguintes perguntas:

- a) Como é que os trabalhadores rurais organizariam a utilização do trator? (quem, quando, quanto tempo, qual a taxa?)
- b) Quem decidirá e como decidirá sobre as taxas, os preços e a distribuição e aplicação do *superávit*?
- c) Como funcionará concretamente a comercialização? (para avaliar a viabilidade prática e a vantagem econômica exigiriam os cálculos de todos os possíveis gastos e entradas estimativas durante o ano)
- d) Quais serão as implicações jurídicas (por exemplo, referente à organização própria, aos impostos, à previdência social) para o grupo?
- e) Um arado de tração animal não seria mais viável?

No dia 14 de janeiro de 1986, os trabalhadores rurais enviaram a Misereor suas reflexões e afirmaram ser inviável a possibilidade do uso do arado animal, salientando que o trator serviria também como meio de transporte para que as famílias participassem de reuniões, encontros e demais trabalhos das pequenas comunidades e como condução para que o excedente do consumo das famílias fossem vendidos em feiras livres, eliminando o intermediário. Sobre a manutenção do trator, mostraram que seria feita com a produção

obtida com uma roça comunitária. Para decidirem sobre a utilização/organização do trator, formariam um conselho para administrar o uso do trator, com eleição e regulamento devidamente realizados em assembléia. As inscrições para o uso do trator seriam feitas no conselho, por ordem de chegada, e o valor cobrado seria de 50% do valor cobrado pelos fazendeiros, para cobrir as despesas de combustível, desgaste do trator, com tratoristas e mesmo para o pagamento do financiamento. Sobre a forma de pagamento, pediram um ano de carência e cinco anos para concluí-lo. Com relação ao tratorista, escolheriam três trabalhadores rurais da comunidade, cujo pagamento seria o preparo de suas respectivas roças.

Em 28 de fevereiro de 1986, a Misereor responde destacando que os cálculos apresentados lhes pareceram otimistas demais mas, como caso excepcional e experimental, tentariam conseguir a aprovação do projeto, sob a condição de um reembolso reajustado a partir de 1987 até 1991. E, no dia 18 de junho desse ano, a Misereor comunica a aprovação do projeto, exigindo relatórios anuais até 1991, com as seguintes informações: descrição resumida dos resultados (econômicos e sociais) e dificuldades na caminhada dos trabalhadores rurais beneficiados, descrição de como será assegurada a amortização, e a soma e data das parcelas reembolsadas à CPT. Este dinheiro a CPT deveria aplicar em outros grupos de trabalhadores rurais e em projetos semelhantes.

No dia 09 de janeiro de 1987, os trabalhadores rurais de Roselândia receberam, com muita festa e alegria, o trator e seus implementos (a carreta, a debulhadora de milho e outros).

Antes mesmo da chegada do trator, os trabalhadores rurais de Roselândia tiveram a iniciativa de arrendar uma terra (2 alqueires) e começaram a trabalhar com uma lavoura comunitária em forma de mutirão, com o objetivo de unir as famílias e, com o produto da lavoura, manter o trator e garantir o seu pagamento. Participaram desta experiência 75 famílias.

A cada ano, o terreno da roça comunitária era cedido por um dos associados, que recebia em troca uma porcentagem de 30% na produção.

O trabalho na lavoura comunitária era desenvolvido de forma participativa, usando o sistema de mutirão como forma principal para a execução das tarefas. Mensalmente, nas Assembléias, relacionavam os trabalhos a serem realizados e estabeleciam um calendário dos mutirões. Neles, os homens participam na lida com a terra e as mulheres trabalham fazendo a comida, levando água ou a 'merenda' (lanche).

Esses mutirões estimulavam a partilha, a solidariedade e a união, e acabava sendo também um espaço de lazer e gostosa convivência, pois havia períodos de brincadeiras, cantorias e piadas. Constantemente, os mutirões da roça comunitária recebiam visitas de padres, freiras, agentes da Emater, agrônomos, sociólogos e até de estudantes da Alemanha e da Suíça.

Anualmente, na época da colheita do milho da roça comunitária, acontece o mutirão da pamonha ou 'pamonha comunitária'. Este é um tipo de festa da colheita. Os trabalhos são divididos da seguinte forma: os homens colhem o milho na roça e ajudam as mulheres a descascar as espigas e ralar. Às mulheres cabe temperar e enrolar as pamonhas e colocá-las para cozinhar nos grandes tachos. Enquanto as mulheres terminam a última etapa, os homens contam piadas e jogam truco.

O mutirão é uma forma de solidariedade coletiva que os trabalhadores rurais prestam entre si no momento em que alguém deles precisa. É uma “demonstração da capacidade de organização, da solidariedade e do espírito de coletivismo” (DUARTE, 1998, p. 103).

O mutirão acontece para socorrer uma família que necessita de ajuda, quando o trabalhador está doente ou quando a família não dispõe de toda a força de trabalho requerida na colheita. Portanto, com os mutirões fazem colheitas nas roças, limpam os pastos e até os 'regos' de água e também constroem casas. Todos os vizinhos se reúnem para ajudar o companheiro e, no final do dia, aquele que recebeu a ajuda retribui com um baile (forró).

Trata-se de um trabalho essencialmente coletivo e voluntário e, por isso, promove a união e integração dos participantes. O trabalho geralmente é feito de forma descontraída, conversam, contam piadas e anedotas.

Enquanto os homens trabalham, as mulheres preparam a comida. Geralmente, quem oferece a comida, a bebida e a festa é o trabalhador que recebe o mutirão, porém, se ele não tem condições financeiras para isto, os próprios companheiros trazem a comida, que é simples: arroz, feijão, macarrão, mandioca e carne. Enquanto as mulheres casadas cozinham, as crianças brincam e as moças conversam sobre os rapazes. À noite, reúnem-se na casa do mutirão para dançar o animado forró que, às vezes, vai até o amanhecer. É um momento de muita descontração no qual dançam juntos crianças, adultos, jovens e idosos.

No município de Itauçu, em particular nas décadas de 1950, 1960 e 1970, era muito comum as mulheres fazerem o seu mutirão com o fim de descaroçar, cardar e fiar algodão.

Esta prática do mutirão é antiga entre os camponeses goianos. Em Goiás, sempre foi comum um trabalhador rural pedir a ajuda de vizinhos para algum serviço. O trabalho é feito coletivamente e sem remuneração. Geralmente, o mutirão é solicitado pelo beneficiário, mas

há também a “traição”, chamada popularmente de “treição”. Neste tipo de mutirão, não é o dono do serviço que solicita os vizinhos para auxiliá-lo no trabalho, é alguém que organiza a “traição”, sem o conhecimento do trabalhador que está necessitando da ajuda. Então, geralmente na sexta-feira à noite, reúnem-se próximos à casa do amigo e chegam em silêncio e começam a soltar foguetes e a cantar, acordando os donos da casa. Segue-se, então, um animado forró e, às vezes, fazem uma farofa de galinha.

Esta prática do mutirão foi a forma encontrada pelos membros da Associação Sebastião Rosa da Paz para tocarem a roça comunitária.

Duarte (1998) esclarece que as práticas de roças comunitárias são antigas, e que, em Goiás, desde a década de 1950, as comunidades dos córregos formadas em Trombas e Formoso já aderiam à prática de roças comunitárias.

O mutirão, prática arraigada na cultura camponesa, foi de grande utilidade para os membros da Associação Sebastião Rosa da Paz e, certamente, continuará sendo um elemento essencial de solidariedade dos trabalhadores rurais, proporcionando o auxílio mútuo entre eles nos momentos difíceis.

Essas experiências de resistência e de organização comunitária de produção só podem ser entendidas como tentativas de encontrar um caminho que organize a exclusão econômica e política do trabalhador rural. Os trabalhadores vêm buscando um modelo alternativo nas formas tradicionais de organização de solidariedade grupal (MARTINS, 1986, p. 101).

Neste ano de 1987, estes trabalhadores rurais adquiriram um engenho manual para a produção da rapadura. O Sindicato dos Trabalhadores de Rurais de Itauçu, em Assembléia, decidiu transferir para a Delegacia Sindical de Roselândia uma máquina de médio porte para beneficiar arroz e uma trituradora de milho.

Os trabalhadores rurais escolheram o nome Associação Sebastião Rosa da Paz para a sua associação, em homenagem a um dos mártires da reforma agrária em Goiás assassinado em 28 de Agosto de 1984, na cidade de Uruaçu (GO), quando chegava de São Bernardo do Campo (SP), onde participou do I Congresso da CUT. Ele era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uruaçu e animou, com sua sanfona, a primeira Romaria da Terra em Goiás.

Reunidos em Assembléia, organizaram seu Estatuto e Regimento Interno que, resumidamente, dizia: aos sócios caberia o dever de cumprir e observar os Estatutos e Regimentos Internos; não poderiam faltar em duas assembleias consecutivas; tinham o direito de recorrer à assembleia pelas punições impostas pelo Conselho de Ética, desde que

não infringissem o Estatuto e o Regimento Interno; nas votações da assembléia, tinham direito a voto dois membros por família associada.

Era obrigação da assembléia deliberar sobre as obrigações e os direitos dos associados, sobre o patrimônio da comunidade e eleger a Coordenação (diretoria) e os Conselhos da Comunidade.

A Diretoria era composta por Coordenação, secretário e tesoureiro. Os Conselhos são divididos em Conselho de Ética e Conselho Fiscal, cabendo ao Conselho de Ética julgar o procedimento dos sócios e da Diretoria da Associação e ao Conselho Fiscal, dar o parecer nas prestações de contas da Associação, fiscalizar os serviços prestados pelas máquinas, providenciar a leitura do horímetro do trator no final de cada mês e apreciar e aprovar o balancete dos tratoristas.

No regimento interno, constava também o horário dos mutirões e direitos, deveres e punições dos sócios que desrespeitassem o regimento.

A Associação Sebastião Rosa da Paz, ao se constituir pessoa jurídica de direito privado, tem caráter educativo e de promoção social, sem fins lucrativos, destinando-se a representar juridicamente os seus associados em contatos com autoridades civis e religiosas.

Após quitarem o financiamento do trator, os trabalhadores rurais de Roselândia, por meio de sua associação, conseguiram outro financiamento, agora para adquirir um caminhão usado. A Misereor liberou, no dia 16 de julho de 1991, quatorze mil marcos, que resultou, na época, em três milhões e cem mil cruzeiros. Para a compra do caminhão, a Associação acrescentou um milhão de cruzeiros de seu caixa.

Ao enviar a resposta, a Misereor fez referência de elogios à administração do trator, recomendando o mesmo tratamento ao caminhão e ao exercício da criatividade para a sua maior rentabilidade. Recomendaram, também, o envio de relatórios das atividades a Misereor, bem como que se cumprissem as cláusulas do acordo.

A manutenção do caminhão, bem como o seu pagamento, foram possíveis graças à roça comunitária e aos fretes do caminhão, em que cobravam apenas o óleo dos sócios e taxa normal dos não-associados.

Embora a liberação do financiamento do caminhão tenha saído apenas no início da década de 1990, e nossa pesquisa se referir à década de 1980, esta aquisição foi de suma importância para a Associação, uma vez que o caminhão servia de transporte para suas viagens, reuniões pastorais, romarias da terra, lazer (como jogos de futebol) e visitas para trocas de experiência com outros municípios.

A partir dos recursos vindos da Misereor para a organização do Projeto Alternativo¹⁷, de uma certa forma, a Associação ganhou sua autonomia com a compra dos instrumentos de trabalho, que representou uma economia para os seus associados. Eles procuraram gerenciar as economias obtidas com as produções para garantir continuidade de seus trabalhos somente com recursos gerados por eles mesmos.

No que se refere a financiamento para custeio da produção, eles não buscaram recursos na rede oficial, como o FCO e o Pronaf. Esta postura de não utilizar uma linha de crédito da rede oficial e uma tecnologia moderna foi motivo de críticas, até da Agência Rural, que via no fato postura que impede o pleno desenvolvimento. Os trabalhadores rurais rebateram as críticas, afirmando o interesse de manter sua autonomia de produção de alimento com menor quantidade de agrotóxico, usando, além da adubação química, os adubos verdes, que são mais agroecológicos.

3.3 DESDOBRAMENTOS: VITÓRIAS E DERROTAS

Os trabalhadores rurais de Itauçu, por intermédio da Associação Sebastião Rosa da Paz, conseguiram várias conquistas que muito contribuíram para a melhoria de sua qualidade de vida.

A Associação Sebastião Rosa da Paz trouxe grande abertura para a participação das mulheres. Este foi um dos grandes avanços da Associação. Quando ela começou, a voz e o voto eram só para os homens. Às mulheres, restava a preocupação com as questões religiosas e domésticas. Com o passar do tempo, perceberam a dualidade entre um discurso já avançado e a exclusão das mulheres no processo de discussão do projeto. Foi uma tomada de consciência das próprias mulheres e dos homens que, então, questionaram: como construir uma nova sociedade sem a participação das mulheres?

Uma das grandes apreensões dos trabalhadores rurais de Roselândia era a qualidade da educação ministrada para os alunos da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental da Escola Rosa Lino. As professoras eram da cidade de Itauçu e, geralmente, sem qualificação para exercer a profissão. Reunidos, resolveram procurar solucionar o problema, formaram uma

¹⁷ Eles reconheciam este projeto como alternativo, como um 'paliativo', pois tinham consciência de que a causa da expropriação não era apenas o atravessador ou intermediário e, sim, a expansão do capital sobre o campo. Procuravam, então, com a Associação, resistir o mais que pudessem.

comissão e conseguiram que o prefeito contratasse uma professora da região que tinha magistério. “A educação é diferenciada quando os professores é do local, pois os professores da cidade já não possuem o contexto comunitário”, afirma Waldir Coelho Braga (2002)¹⁸, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itauçu e também um dos fundadores da Associação.

Na tentativa de compreensão da organização dos trabalhadores rurais, a questão da dimensão da produção e da transmissão do conhecimento é crucial, uma vez que ela se encontra em todo o cotidiano do camponês, em cada palmo de chão cultivado, na casa, nas roças e no manuseio dos utensílios. Sabemos que, na maioria das vezes, a escola é reprodutora das desigualdades sociais existentes na sociedade, e estes trabalhadores rurais mostraram sua resistência a essa função da escola ao perceberem sua inadequação aos seus projetos comunitários. A escola que eles queriam deveria formar seus filhos na luta por seus direitos.

Pessoa (1999b, p. 260-262) destaca essa diferença entre os anseios dos trabalhadores rurais a respeito da educação de seus filhos e aquilo que o sistema oficial, já pronto, oferece e mostra o antagonismo existente entre o “professor de fora” (vindo da cidade) e o “professor de dentro” (do próprio grupo). Ele sugere como saída a esse impasse a capacitação de uma pessoa “de dentro” do próprio grupo e o seu cadastramento junto à secretaria municipal de educação, então, haveria uma espécie de síntese entre os interesses institucionais e ideológicos. Coincidentemente, essa foi a solução encontrada pelos trabalhadores rurais de Itauçu.

Pessoa (1999b) também se refere a um saber não-escolar, que acontece sem a delimitação espacial das agências de transmissão e dita o trabalho da CPT com os grupos das comunidades de base.

Na comunidade estudada, este trabalho acontecia na capela, na casa de algum trabalhador rural, ou na sede da Associação, em forma de cursos de Bíblia, legislação trabalhista, adubação verde e outros assuntos relacionados com a terra. Este trabalho também era oferecido pela Agência Rural, antiga Emater, ou pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, como demonstra o depoimento de um trabalhador rural:

¹⁸ Waldir Coelho Braga, trabalhador rural, considerado um dos grandes líderes da região, participou das CEB's, sócio-fundador e primeiro presidente do STR de Itauçu, foi várias vezes ameaçado de morte, sendo enquadrado como 'comunista' pela polícia local, em 1980. Membro da CPT, da Comunidade Sebastião Rosa da Paz, articulador da Folia de Reis da região, morreu em abril de 2003 em um acidente de carro, quando se dirigia a uma reunião de sindicalistas.

A gente fazia vários cursos, era curso de Bíblia, de leis trabalhistas, que o Cebi e a CPT oferecia. A Emater também nos ajudô com cursos, como: vaqueiro, curso de fazer queijos, culinárias, conservação da terra e outros (Amilton da Costa Leite, 2003)¹⁹.

Outro problema enfrentado pelos trabalhadores rurais locais era a ausência de uma escola da segunda fase do Ensino Fundamental (5ª a 8ª série). Em virtude disso, muitas famílias tinham que mudar para a cidade, para não se separarem de seus filhos. Então, em reunião, decidiram formar uma comissão e falar com o prefeito de Itauçu solicitando que trouxesse para o local uma extensão de um colégio que já funcionava no patrimônio de Ordália, no mesmo município. Levando consigo um abaixo-assinado, a comissão se reuniu com o prefeito, conseguindo mais esta vitória e, em 1987, foi instalado o colégio na escola que já existia no local.

Outra grande vitória da Associação foi o reforço ao espírito coletivo já existente pela participação nas CEB's. Com a Associação, conseguiram comprar telhas, sementes e, em regime de mutirão, faziam hortas nas casas. O mesmo aconteceu com relação à construção de privadas. Até mesmo conseguiram construir casas para três famílias: do Sr. Antônio Moreira, da D. Donira e do Sr. Ricardo Rosa Lino.

Na comunidade local, foi criada a Casa da Saúde, na qual mulheres e homens da comunidade se empenhavam no trabalho de medicina alternativa natural, desenvolvendo um trabalho preventivo e curativo. Em regime de mutirão, na casa de algum trabalhador rural, confeccionavam os remédios: comprimidos, pomadas, garrafadas e pó de multimistura, todos a base de ervas. A equipe da Pastoral da Saúde visitava as famílias, levando-lhes orientações e remédio. Com esse trabalho, conseguiram, além de diminuir gastos com remédios, diminuir o índice de verminose e anemia na região, melhorando sensivelmente a qualidade de vida.

Embora não vise fins lucrativos, a Associação permitiu a seus membros uma grande vantagem econômica com o trabalho do trator e de seus implementos, permitindo-lhes preparar as lavouras no tempo certo, sem ter que esperar pelos grandes fazendeiros, como acontecia anteriormente; além disso, o preço que pagavam pela aração era a metade daquele pago na época.

A máquina de beneficiar arroz tornou-se outra grande ajuda, pois os associados não precisavam ir até a cidade, onde perdiam um dia de serviço, deixando lá a metade do arroz

¹⁹ Amilton da Costa Leite, trabalhador rural, membro da CEB's, sócio-fundador do STR e da Comunidade Sebastião Rosa da Paz. Hoje, trabalha como gari em Goiânia.

como pagamento do seu beneficiamento. Na máquina da associação, o trabalhador rural recebia todo o seu arroz beneficiado de volta, além da quilera e do farelo, que levava para o trato das galinhas.

Com o uso do triturador de milho e mandioca, eles puderam fabricar farinha de milho, muito utilizada na alimentação local. Os derivados do arroz, milho e mandioca, eles aproveitavam como ração animal e adubo orgânico.

Ganharam também em relação à comercialização de seus produtos, eliminaram o atravessador ou intermediário, vendendo-os diretamente na cidade. A compra de adubos e sementes de forma coletiva também lhes favoreceu bastante.

Apesar de estarem inseridos numa conjuntura adversa à agricultura familiar, os membros da Associação obtiveram grandes avanços econômicos. A organização é uma forma de proteção. É o que revelam as palavras do trabalhador rural João Paulino (2004)²⁰, que afirma: “Se nós não tivesse organizado isso aqui já tinha acabado tudo, não tinha mais ninguém aqui, nós já tinha vendido a terrinha e ido embora pra cidade sofrer”.

Outra grande conquista da Associação foi o incentivo à criação de galinhas caipiras, porcos e abelhas, realizada em pequenos grupos da comunidade. A criação de abelhas chegara a produzir até cem litros de mel por mês em tempo de grande floração.

A consciência política foi outro grande fruto das CEB's e da Associação. A união em torno deste projeto alternativo possibilitou-lhes reconhecerem-se como sujeitos ativos de sua própria história.

Martins (1989, p. 62) relata esta emancipação política nos movimentos sociais do campo, mostrando que, por força da exclusão política de que são vítimas, os trabalhadores rurais têm-se tornado sujeito político pelo atalho não-político da resistência local, mobilizando politicamente as instituições tradicionais de seu pequeno mundo: a família, a vizinhança e a Igreja, no seu confronto com as estruturas econômicas. O autor defende que estamos diante de um “processo de sacralização do espaço político”. Ele refuta a tese de que este espaço foi aberto pela Igreja, afirmando que foi a própria expansão capitalista que o abriu, ou seja, o capital abriu a brecha para a recente onda de lutas sociais que presenciamos no campo. A organização da Associação Sebastião Rosa da Paz, que nasceu das CEB's, corrobora esta hipótese de Martins.

²⁰ João Paulino de Melo, trabalhador rural, membro das CEB's, sócio-fundador do STR e da Comunidade Sebastião Rosa da Paz, recentemente mudou-se para Anápolis.

Apesar dos grandes passos dados pela organização, muitos foram os desafios surgidos no decorrer de sua caminhada, as barreiras superadas e, também, muitas as derrotas.

Um dos primeiros desafios foi a heterogeneidade no interior da própria associação em relação às diferentes categorias, o que trouxe contradições e dificuldades para a administração, uma vez que nela se encontravam pequenos e mini-produtores, meeiros, empreiteiros e assalariados rurais.

Um fator que muito contribuiu para que alguns deixassem a Associação foi a rigidez do estatuto e do regimento interno, que exigia que seus sócios se comprometessem a participar das assembléias ou reuniões e prestassem os serviços decididos nas reuniões. O regimento coloca como obrigações dos sócios:

organizar as atividades religiosas e sociais que promovam a vida do grupo, apoiar tudo aquilo que for organização dos trabalhadores, participar das assembléias regionais e paroquiais, participar dos cursos de formação e ajudar o grupo a crescer.

Uma barreira surgida logo no início foi a pressão dos fazendeiros para que seus agregados deixassem a Associação, sob a ameaça de os expulsar de suas terras. Com medo de perder seu emprego, muitos desistiram.

O prefeito local, Sr. Manoel Sebastião da Anunciação, juntamente com os fazendeiros locais, percebendo que o trator era o principal beneficiador da Associação, enviou para o local um trator da prefeitura que arava as terras quase de graça, pagava-se apenas o óleo. Visavam, assim, desestimular a participação dos trabalhadores na Associação.

Outra barreira encontrada foi a intriga. Os fazendeiros espalhavam boatos de que a direção da Associação estava roubando o dinheiro dos sócios:

No início, o povo de fora ficava fazeno fofoca pros menos esclarecido que a direção tava robano o dineiro da Associação, o que não era verdade pois havia o conselho fiscal e os balancete era mostrado com nota fiscal. Era tudo inveja que eles tinha da nossa organização (Divino Fernandes de Freitas).

A dificuldade das famílias que queriam dar continuidade aos estudos de seus filhos foi uma grande barreira, pois fez com que muitas famílias se mudassem para a cidade. Percebe-se que tal comportamento tem muito a ver com a cultura rural de querer manter a

família unida. Existe entre os trabalhadores rurais um sentimento de proteção muito grande em relação aos filhos, o que os leva preferir mudar para a cidade a ficar longe deles.

Percebemos que, entre as barreiras encontradas pela Associação, muitas são relacionadas ao êxodo rural, problema de ordem estrutural que está além da capacidade de organização do trabalhador rural, pois a capital não age setorizada, ela opera nos conjuntos dos processos econômicos. Os trabalhadores rurais têm consciência disso e vêem a Associação como um ‘paliativo’, um remédio que apenas alivia, ao passo que a cura da doença está na modificação do sistema agrário brasileiro. Não se pode afirmar, com certeza, se foram derrotas ou apenas barreiras, pois hoje, em 2005, a Associação Sebastião Rosa da Paz ainda existe e conta com um número de 12 famílias. É um número reduzido, mas é uma prova de que devemos analisar as muitas e variadas experiências de ações individuais e coletivas no campo em relação à renda da terra como força e não como fraqueza ou apego ao passado.

CAPÍTULO IV

VINTE ANOS SE PASSARAM... O FIM DA UTOPIA OU NOVAS UTOPIAS?

Nos capítulos anteriores, apresentamos as ações coletivas e individuais em relação à renda da terra, ou seja, o modo como os trabalhadores rurais elaboraram suas estratégias de luta em relação à renda da terra. Neste capítulo, procuraremos analisar este processo e, após, mostraremos a realidade do município de Itauçu hoje, procurando entender o que resultou de tudo, o que ficou e o que foi esquecido.

A partir da década de 1950, a ocupação econômica da terra intensificou-se em todo o estado de Goiás, o capital passou a controlar, cada vez mais, o trabalho no campo, visando extrair a renda da terra, expropriando o pequeno proprietário e expulsando os meeiros e arrendatários. Esta forma da apropriação da renda da terra foi marcada por inúmeros conflitos em todo o estado. A história do município de Itauçu ilustra esta situação: aos poucos, as lavouras de café foram sendo substituídas pelas pastagens de gado, pois, visando formar suas pastagens, os fazendeiros arrendavam suas terras a meeiros (arrendo de 50%) e, no prazo máximo de três anos, sem dispêndio de capital, recebiam a renda da terra em produtos e ficavam, ainda, com os pastos formados, expulsando, então, os arrendatários de suas fazendas. Acontece, assim, a expropriação e expulsão do trabalhador do campo. Estes conflitos foram marcados pela tentativa dos partidos políticos, Igreja e Estado de incorporarem as tensões sociais e as reivindicações dos trabalhadores rurais.

A atuação do Partido Comunista neste município, iniciada em 1956, foi muito significativa, sendo o primeiro a traçar ações que minimizassem a expropriação e a expulsão dos trabalhadores rurais por meio de uma luta pela baixa do arrendo e pela melhoria nas condições de vida e trabalho no campo.

Na atuação das Ligas, ações coletivas não foram traçadas pelos trabalhadores rurais, foram impostas pelo Partido de cima para baixo. As falas do líder Sebastião Bailão demonstram essa afirmação, ele sempre se refere às ações dizendo que o Partido “tirava a resolução” e eles cumpriam. Sua fala revela-o como um agente coletivo que fala em nome do Partido, o Partido resolvia e eles cumpriam. Sobre as estratégias de ação em relação à apropriação da renda da terra, podemos destacar: a luta pela baixa do arrendo, o encaminhamento legal dos problemas do campo, a fundação da Associação e, posteriormente, do Sindicato e a organização político-partidária. Nesta luta, os trabalhadores fizeram alianças com a Igreja Pentecostal e com o estado, mediante a Setas e a Supla.

Por se tratar de um trabalho imposto, quando ocorreram as prisões, a sociedade itauçuense atribuiu à pessoa do líder todo o sofrimento causado às famílias, o que justifica o esquecimento dos fatos pela população local.

As ações individuais e coletivas traçadas pelo MEB em Itauçu iniciaram-se em 1962, período marcado pelo desenvolvimentismo, em que os problemas da educação, como o analfabetismo e a ausência de mão-de-obra especializada no campo, eram vistos como entraves ao desenvolvimento do país. Fruto de uma confluência entre a Igreja e o Estado brasileiro, o MEB procurava acabar com o analfabetismo e qualificar a mão-de-obra no campo. Suas estratégias de ação foram as aulas radiofônicas, que alfabetizavam e procuravam conscientizar os trabalhadores rurais pela baixa do arrendo e pela necessidade de sindicalização.

Os sucessos da Comunidade Serrinha na autopromoção consistiram na evolução de uma organização comunitária rudimentar. Estes trabalhadores rurais, pelas ações do MEB, começaram a afastar de si a aceitação fatalista do *status quo* com a vida fluindo para canais menos predeterminados. As várias inovações introduzidas – primeiro pelas escolas radiofônicas, depois pelos encontros comunitários, pela organização de times de futebol, pela construção da nova escola e pela tomada de iniciativa sobre os problemas de saúde – criaram novos tipos de ligação na comunidade, as quais suplementaram mais do que substituíram o vínculo patrão/dependente. O sucesso destas ações ajudou a trazer de volta a importante idéia de que mudanças vieram como resultado de um esforço coletivo e de que a vida poderia ser melhor se todos se unissem e concordassem em cooperar.

Enquanto as iniciativas dos trabalhadores rurais não atingiram repercussão fora da comunidade em si, nenhum problema surgiu. Durante aquele estágio, eles desenvolveram novas formas de organização e cooperação, de fato constituiu-se o desenvolvimento comunitário. Este desenvolvimento fez uma diferença significativa na capacidade da comunidade de formular certas metas coletivas e, depois, de agir com o firme propósito para tentar realizá-las. Os líderes locais da Serrinha ajudaram a transformar desejos individuais vagos em metas objetivas para trazer ações positivas.

Porém, os acontecimentos na Serrinha também demonstraram os limites do desenvolvimento comunitário. A comunidade não descobriu respostas efetivas à saída forçada do líder José Moreira da fazenda do Dr. Robson, para o fechamento da escola radiofônica, para a atitude inflexível dos patrões de recusarem dar permissão para a construção de privadas nas casas dos empregados e, posteriormente, para as expulsões das famílias após as prisões em 1967. De fato, não houve respostas da comunidade como um

todo. Um limite parece ter sido encontrado, no qual a vontade do engajamento em alguns tipos de ações para ajudar a atingir uma meta coletiva pararam de operar.

Os trabalhadores rurais sentiram que tinham mais a ganhar juntando-se aos patrões e muito a perder opondo-se a eles. Quando, no caso da verminose, os patrões tiveram de ser também combatidos, a atuação diminuiu. Não há dúvida de que, em parte, isto está relacionado ao fato de que o patrão tinha à sua disposição um poder superior para reforçar a atuação em seu benefício e com desvantagem para os trabalhadores rurais.

Serrinha demonstrou que o desenvolvimento comunitário pode levar algum tempo para se posicionar contra as desigualdades inerentes em uma estrutura mais ampla. Porém, isto, mais cedo ou mais tarde, estabelece os limites do que pode ser alcançado com esta atuação. Um limite que deixou os aspectos mais importantes e fundamentais da vida dos trabalhadores rurais, aqueles que tinham implicações mais abrangentes essencialmente intactos, como aqueles relacionados às mudanças de suas vidas.

Embora se tenha deparado com todos esses limites, é preciso reconhecer que as ações dos agentes coletivos e individuais do MEB na Comunidade Serrinha produziram um efeito humanizador profundamente significativo na região pela promoção de iniciativas comunitárias e pela mudança de conscientização dos trabalhadores rurais a ponto de advertir sobre os benefícios da cooperação, isso contribuiu, sem dúvida, para a preparação do terreno, visando um eventual papel ativo mais amplo que foi, posteriormente, concretizado nas CEB's nas posteriores décadas de 1980-1990.

O poder público municipal, nesta luta pela renda da terra, sempre se posicionou do lado dos fazendeiros e contra as organizações coletivas e individuais dos trabalhadores rurais, tendo como estratégias de ação negar a troca de professores solicitada pelos trabalhadores rurais, dificultar o processo de construção da escola, decretar o fechamento das escola radiofônica, cassar o mandato de Sebastião Bailão e denunciar aos militares a atuação da AP no município, adulterar o número de trabalhadores rurais do município para impedir a abertura do STR, construir uma cerca no terreno da Igreja em Roselândia separando a escola da comunidade, enviar um trator para arar cobrando apenas o óleo e, assim, impedir a adesão à Comunidade Sebastião Rosa da Paz, não consertaram as estradas de Roselândia, para impedir que os trabalhadores rurais fossem até a cidade reivindicar ou organizar o STR.

Para o poder público, as ações coletivas e individuais dos trabalhadores rurais em prol da renda da terra se apresentavam como um entrave ao desenvolvimento da região, ele

temia que, novamente, acontecesse uma intervenção militar na cidade e acreditava que estes fatos denegriam a imagem do município, que precisava se modernizar.

As CEB's conseguiram inovar com relação à participação ativa dos trabalhadores rurais na solução de seus problemas, sobretudo nos relacionados à renda da terra, ao STR e ao trabalho de associativismo. Os trabalhadores conseguiram: abertura à participação das mulheres na organização dos trabalhadores rurais; melhoria na qualidade da saúde por intermédio da medicina alternativa natural; ganhos econômicos com o uso do trator e de seus implementos, com a criação de pequenos animais e com a compra e comercialização de seus produtos, eliminando o atravessador; conseguiram, enfim, consciência política. Nesta luta contra a expropriação, muitos foram os desafios e as derrotas: a heterogeneidade dos membros do trabalho de associativismo; a rigidez do estatuto e do regimento interno, que exigia que seus sócios participassem das reuniões e assembléias da comunidade; a pressão dos fazendeiros para que não se associassem. A dificuldade de dar continuidade aos estudos dos filhos fez com que famílias se mudassem para a cidade, é a expulsão que acontece de modo suave, disfarçada, ela não é direta, se dá pela não criação de condições para que o filho do agricultor se torne agricultor autônomo. A tendência dele é tornar-se um assalariado na cidade, mesmo que seja um bóia-fria nas plantações de cana da região de Inhumas.

Martins (1986, p. 144-149) leciona que, diante do processo de expropriação e exploração causado pela expansão do capitalismo, os pequenos proprietários têm procurado se organizar em sindicatos e cooperativas, desenvolvendo suas lutas em torno da questão dos preços agrícolas como forma de preservar a propriedade familiar. Já os arrendatários e parceiros lutam, sobretudo, pelo reconhecimento de seus direitos, ajuizando ações na justiça procurando adiar despejos, insistindo no seu direito de permanecer na terra. Basicamente, lutam por sua autonomia, sua liberdade. O autor afirma que esta luta é anticapitalista, pois se trata de uma resistência à expropriação e à expulsão, violenta ou suave, rápida ou lenta; uma luta contra a transformação da terra utilizada para trabalhar e produzir em terra de valor, de expropriação, terra para especular e explorar o trabalho alheio. Para o autor, a tradição de socialização do trabalho no meio rural brasileiro só não produz maiores resultados porque é desestimulada e depreciada por aqueles que têm outros interesses.

Sobre os fundamentos da conduta e da consciência do trabalhador rural, Martins (1982, p. 12-8) ressalva que são completamente diferentes dos fundamentos do operário: o trabalhador rural não tem a mínima condição de pensar e agir como um operário, pois ele é socialmente outra pessoa, pertence a outra classe social, cujas relações sociais são outras; suas condições individual, familiar e de trabalho isoladas produzem uma consciência, uma

visão de mundo que refletem esse isolamento, então, somente uma força de fora de seu mundo, que atinja a todos, é que pode levá-los à união, a se verem como uma classe, uma força social. O capital foi esta força que, ao expropriar o trabalhador rural, ao separá-lo de seus instrumentos de trabalho, da terra, e ao fazê-lo trabalhar para o capital, fez com que eles se unissem. A união e a força não vêm do interior da sua condição social. Somente quando o capital, de fora de sua existência, invade seu mundo e procura arrancá-lo da terra, transformando-o num trabalhador que não seja proprietário de algo, além da força de seus braços, é que, a vítima dessa invasão, dessa expropriação, pode se descobrir como membro de uma classe. Então, essa descoberta se dá pela mediação do capital.

Martins (1986, p. 100-3) mostra que o avanço do capitalismo no campo promove o rompimento de relações de dependência, de lealdade, de submissão, ou seja, um processo de emancipação progressiva dos trabalhadores rurais, mas, ao mesmo tempo, estes trabalhadores buscam nas relações tradicionais como o mutirão uma resposta para a emergência da expulsão e da violência no campo. O autor ressalva que as muitas e variadas formas de resistência e de organização comunitária de produção só podem ser entendidas como tentativas de encontrar um caminho que organize a exclusão econômica e política do trabalhador rural, como força e não como fraqueza, e que a organize em torno do trabalho, aquilo que é o cerne da sua práxis. É a busca de um modelo para construir as relações sociais com as quais os trabalhadores rurais pretendem enfrentar as privações econômica, política e social que sofrem. É significativo que o mutirão seja o modelo escolhido para organizar a forma alternativa de trabalho, pois ele é uma prática a que se recorre em períodos de emergência, de urgência, de calamidade. Isto significa que a situação que impõe a organização coletiva do trabalho na roça comunitária está sendo interpretada como uma situação de emergência. A noção de grupo, de solidariedade, os contornos sociais da organização surgiram, na região, mediados pela situação de emergência causada pela expulsão. Para Martins, essa emergência não significa o provisório, pois não depende do próprio grupo, mas de fatores externos relativos à expansão capitalista e à redefinição da propriedade territorial.

O próprio capital impôs, no Brasil, a luta pela terra como uma luta contra a propriedade capitalista da terra. Martins (1982, p. 62) esclarece que tal situação evidencia que o saber popular tem construído respostas à expansão capitalista da propriedade fundiária, à expropriação, à sujeição da propriedade familiar ao capital e às crescentes contradições produzidas pela expansão do capital. As ações individuais e coletivas dos trabalhadores rurais de Itauçu em prol da renda da terra mostram isso. Porém, o autor

adverte que esta situação nos coloca diante de uma certeza e, também, uma incerteza: a certeza do caráter anticapitalista das lutas pela terra traçada pelos trabalhadores rurais e a incerteza quanto ao alcance da preservação destes regimes e práticas de propriedade e de trabalho para a solução de problemas que vão além da condição do trabalhador rural, pois envolvem toda a sociedade. O trabalho de associativismo da Comunidade Sebastião Rosa da Paz ilustra bem esta situação: foi um paliativo que não conseguiu a cura dos ‘males’ que atingia o grupo, como a expropriação, a exploração e o êxodo rural, embora muito tenha contribuído para aliviar os ‘sintomas’ nas décadas de 1980-1990. Neste ano de 2005, a Comunidade Sebastião Rosa da Paz comemora vinte anos de existência com um grupo de 12 famílias, é um número reduzido para quem começou com 45 famílias e reflete o êxodo rural na região. A morte de um dos líderes, o Sr. Waldir Coelho Braga, em 2004, abalou profundamente a organização da Comunidade e do STR, ele era o maior articulador dos dois movimentos.

Ianni (1988, p.103-12) comprova que os trabalhadores rurais têm sido derrotados em muitas batalhas. Além disto, não dispõem de condições para se tornar uma classe hegemônica e subsistem como uma classe subalterna. Lutam desesperados para defenderem seu modo de vida, um modo de vida diferente, dissonante daquele que se instala e expande com a revolução burguesa, daí as muitas derrotas. O autor ensina que isso não elimina nem reduz o significado revolucionário das muitas lutas que o movimento realiza na afirmação da primazia do valor de uso sobre o valor de troca, a produção de valor, e na resistência à transformação da terra em monopólio do capital.

4.1 O ASSOCIATIVISMO, O STR E A IGREJA POPULAR

A Igreja popular de Itauçu sofreu um processo de regressão, tal como acontecia em todo o estado. Na cidade e nas demais regiões do município, a Igreja, gradativamente, foi se voltando para o tradicional ‘modelo paroquial’ que tinha tentado eliminar. O modelo de CEB’s restou isolado na região de Roselândia, embora mesmo lá ele não tenha as características do que teve o das décadas de 1980 e 1990. Não podemos dizer que houve um abandono, uma desistência, por parte dos grupos do Turvo, Passa Três, Inhumilha e Roselândia. Muitas famílias se mudaram para as cidades em virtude do processo de migração cidade/campo, o que, provavelmente, dificultou o trabalho de organização. Muitos continuam atuando, no PT e no Sindicato. Das famílias que se mudaram para as cidades,

hoje quase todos não participam ativamente da Igreja, alguns estão no PT; muitos estão estudando, trabalhando; outros tantos se entregaram ao alcoolismo nas cidades; alguns morreram por causa do vício; porém, todos os que permaneceram no campo ou que se mudaram reconhecem que foram profundamente marcados por essa experiência de fervor religioso e político e que esse período foi fundamental para a consciência que têm hoje.

A Comunidade Sebastião Rosa da Paz retrata a fragilidade destas organizações na atualidade. Hoje, ela demonstra ter perdido muito da sua influência na região. Um episódio recente ilustra esse comentário: no início de 2005, o prefeito local, que foi apoiado pela comunidade nas eleições, fechou a escola rural, local que funcionavam da Educação Infantil até a 8ª Série do Ensino Fundamental, alegando que o número, de alunos era restrito e que era economicamente inviável deslocar professores da cidade até lá, preferindo buscar os alunos para estudarem na cidade. O número de alunos estava reduzido porque várias famílias da região procuraram os prefeitos das cidades vizinhas Inhumas e Santa Rosa pedindo que eles buscassem diariamente seus filhos para estudarem nestas cidades. Alguns membros da comunidade tentaram individualmente convencer as famílias a deixarem seus filhos estudando na escola local, alertando para as más conseqüências deste deslocamento diário, mas a tentativa foi em vão. A agravante no caso é que fecharam a escola justamente no ano que a Comunidade pretendia colocar em prática seu antigo projeto de transformá-la em uma Escola Família Agrícola (EFA), que forneceria um ensino de qualidade voltado para a realidade rural, atendendo também as regiões vizinhas, preparando os jovens para ajudarem seus pais a conseguir uma maior renda da terra. A Comunidade não se mobilizou no momento, mesmo discordando da ação do prefeito, e acatou, resignada, à ordem.

A revista *Se Liga no Futuro*, lançada pelo governo estadual, em matéria sobre a cidade de Itauçu, no final de 2004, destaca o potencial agrícola da região. Mostra que este é um município que apresenta muitas oportunidades ligadas à nascente do Rio Meia Ponte, um local excelente para o desenvolvimento de ecoturismo. A revista apresenta como problema o fato de que a educação local atua visando apenas a disputa de vagas nos vestibulares, mostrando que isto é pouco para uma cidade que tem um grande potencial de desenvolvimento sustentável, e defende a necessidade de uma formação voltada para o potencial agrícola e de ecoturismo da região. Este era um dos objetivos da EFA que seria formada. Esta foi apenas mais uma das batalhas em que os trabalhadores rurais foram derrotados.

Quanto ao STR, a morte de seu presidente, o Sr Waldir Coelho Braga, causada por um acidente no momento em que se dirigia a Inhumas para fiscalizar o pagamento dos

canavieiros, causou um grande abalo entre os trabalhadores rurais. A presidência foi assumida pelo vice, Eleandro Borges, um jovem trabalhador rural. Eleandro não mudou a linha de trabalho do STR, exceto na relação com o pessoal do INSS, em que o presidente anterior batia de frente e Eleandro procura negociar, o que tem demonstrado obter maiores resultados.

A idade do presidente, no início, tornou-se um obstáculo no relacionamento com as autoridades locais, inclusive com a Agência Rural, que não acreditava no seu trabalho. Porém, aos poucos, ele vem conseguindo superar estes preconceitos. Os STR's do estado de Goiás foram organizados em micro-regiões denominadas "pólos sindicais" e, hoje, Eleandro é o presidente do Pólo Centro, a micro-região sindical que abrange as cidades de Itaberaí, Taquaral, Itauçu, Inhumas, Anápolis entre outras.

Atualmente, os encaminhamentos do STR se referem mais a assuntos como INSS, os trabalhadores rurais assalariados e pequenos produtores. Com relação ao INSS, busca-se organizar a aposentadoria de trabalhadores e trabalhadoras rurais. A linha que tem exigido mais serviços é a dos assalariados rurais que trabalham na indústria canavieira de Inhumas. Nela, o STR tem que exercer, entre outros, o trabalho de fiscalização tanto na segurança do transporte quanto na segurança do trabalho, sobretudo no pagamento de salários. O salário dos canavieiros é baseado no metro de cana-de-açúcar cortado, cujo preço varia por peso da cana. É neste peso que procuram explorar o trabalhador, colocando o peso sempre inferior ao número real. Este processo de proletarização do trabalhador rural pela indústria canavieira iniciou-se na década de 1980.

Quanto aos pequenos proprietários, o STR transcende o aspecto regional e acaba se inserindo no movimento geral dos STRs com novas questões que se colocam, como a busca por linhas de crédito mais justas e melhores condições de comercialização de produtos, visando a permanência do homem no campo. O STR está desenvolvendo um projeto de organização de produção que visa melhorar o que o micro e o pequeno proprietário rural têm, sem precisar de grandes investimentos, cortando a sazonalidade de produção, com isto, eles não perdem o mercado por inconstância de produção. O Sindicato pretende criar uma forma de trabalhar a produção o ano todo, conforme as exigências do mercado, pretende ensinar ao trabalhador rural a trabalhar com o mercado.

Percebemos que a saída para estes micros e pequenos produtores rurais manterem suas terras hoje está na diversidade de produção: criar galinhas, porcos, abelhas, rãs, vacas produtoras de leite, ou seja, diversificar sua produção para conseguir obter uma renda mensal da terra, mesmo que mínima.

Já é consenso entre a população local a necessidade de um curso técnico agrícola na região que possibilite aos jovens o conhecimento de técnicas que lhes propiciem permanecer no campo ou mesmo na cidade essencialmente agrícola, com o melhoramento da produção. Outros também reivindicam a implantação de cursos na área agrária nas unidades da Universidade Estadual de Goiás (UEG) de Inhumas, Itaberaí e Goiás.

Durante nossa pesquisa, percebemos, como mencionado, um ‘esquecimento’ destas histórias de organização dos trabalhadores rurais, em especial das anteriores ao golpe militar (Ligas, MEB, AP). Os itauçuenses mais jovens, em geral, desconhecem estes fatos; os idosos negam-se a falar por medo, muitos dizem não ter tido contato com “estes comunistas”; os que fugiram em 1964 para não serem presos nunca mais tinham voltado àquela cidade; os fazendeiros referem-se a esses fatos como um mal que foi arrancado de seu meio, uma vergonha que denegria o nome do município e, por isso, deveriam ser esquecidos. A revista *Se Liga em Itauçu* contou a história do município sem mencionar essas organizações. Porém, em 2004, um fato promoveu a reconciliação dos itauçuenses com sua história de organizações no campo: o Seminário Internacional Cidades no Brasil: nascimentos e renascimentos (séculos XIII-XX), promovido pela Universidade Federal de Goiás e Université de La Rochelle, apresentou na Câmara de Vereadores de Itauçu uma palestra sobre a história do município, destacando a questão agrária. O evento, que teve a participação da comitiva do Seminário, contou também com a presença de autoridades civis e religiosas da região e com trabalhadores e trabalhadoras rurais que haviam participado das Ligas, do MEB, da AP e das CEB’s. Percebemos que, neste dia, a cidade se reconciliou com eles. De ‘esquecidos’, passaram a ser protagonistas da identidade do município. Foram recebidos e reconhecidos como protagonistas da história de Itauçu pelos fazendeiros, pela Igreja e pela população em geral. O município, agora, identifica-se com sua história de lutas, que não é mais a luta deles, mas é a identidade de uma cidade. A cidade, hoje, incorpora estes movimentos como parte de sua história. Na atualidade, novos protagonistas colocam novas indagações.

A produção social da identidade é analisada por Silva (2000, p. 96-7), que a apresenta como uma construção, um efeito, um processo de produção, instável e ligada a sistemas de representação. Para Silva (2000), a identidade tem estritas conexões com relações de poder.

Durante muitos anos, a economia do município de Itauçu manteve-se dinâmica e forte. Itauçu sediava uma das maiores indústrias de cerâmica do estado, a Cerâmica Tapuia, e contava, ainda, com grandes cerealistas e atacadistas que capitaneavam o desenvolvimento

da região. Porém, a partir das décadas de 1970 e 1980, a estagnação econômica levou estes dois últimos setores da economia a deixarem a cidade, diminuindo, drasticamente, o número de empregos e forçando muitas famílias a deixarem a região. Nos últimos anos, a cidade vem experimentando uma modesta fase de revitalização, com a implantação de novos empreendimentos. Atualmente, a cidade possui cerca de 17 indústrias, evidenciando-se as de cerâmica, confecções, laticínios, frigoríficos e outras unidades de transformação. Possui 69 estabelecimentos comerciais, com destaque para supermercados, armazéns, mercearias, lojas de roupas e calçados, restaurantes, lanchonetes e bares. O município possui hoje uma boa rede de produção agroindustrial familiar: são 46 produtores de polvilho, farinha de mandioca, queijos, requeijões, geléias, doces, rapaduras, frangos caipiras, mel e artefatos de couro, produtos que são destinados ao mercado local e às vizinhas cidades de Inhumas, Itaberaí, Taquaral, Cidade de Goiás, Anápolis, Brasília, Goianira, Goiânia e até São Paulo, especificamente no caso do polvilho.

O município de Itauçu tem uma área de 383,6km², dos quais quase 8,75% (33.774) são ocupados por pastagens, o que demonstra que a pecuária é a maior atividade rural da região. O gado de corte predomina entre os 359 produtores rurais itauçuenses, a maioria micro e pequenos proprietários. Itauçu produz entre cinco e seis milhões de litros de leite por ano, sendo parte desta produção utilizada na fabricação de queijos pelos próprios pecuaristas e outra parte, pelos Laticínios Santos e Cruzeiro do Sul. Segundo dados do IBGE do ano de 2000, a produção agropecuária da região alcançou R\$7,4 milhões, o que representou 35% do Produto Interno Bruto (PIB) do município, de um total de R\$ 21,1 milhões. A indústria participou com 12,6%, gerando R\$ 2,6 milhões, e o setor de serviços (composto por 13 segmentos, inclusive a administração pública) contribuiu com 52,14%, ou seja, R\$11 milhões. Atualmente, a agricultura ocupa apenas 2.892ha, sendo o milho, o arroz, o feijão, a mandioca, o tomate e a banana, conforme a Tabela 1, os principais produtos cultivados.

Tabela 1: Principais Produtos Agrícolas Cultivados na Região de Itauçu (2000)

PRODUTOS	ÁREA(HA)	PROD.(T)
Arroz sequeiro	200	500
Cana-de-açúcar	87	5.600
Feijão	600	290
Mandioca	15	270
Milho	1.300	4.800
Laranja	40	4.000
Banana	22	25

Fonte: IBGE -2000

Segundo o censo do IBGE, a população de Itauçu alcançou, no ano de 2000, o total de 8.277 habitantes, sendo 4.143 homens e 4.134 mulheres. A população urbana representou, naquele censo, 74% da população, com 6.157 moradores urbanos. Tal dado ilustra bem o êxodo rural na região.

Acreditamos que a história do município de Itauçu traduz os diversos momentos da luta pela renda da terra em Goiás: primeiro, as utopias socialistas nas Ligas Camponesas, MEB e AP; depois, a utopia da construção de uma nova sociedade nas CEB's; e, finalmente, a luta por um desenvolvimento sustentável e uma economia solidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tinha como perspectiva analisar a questão agrária apresentando como processo os atores sociais que viveram suas lutas. Acreditamos que, ao longo dos capítulos, tais questões foram equacionadas.

Ao tecermos algumas considerações finais sobre a pesquisa, mister se faz dizermos que a proposta de analisar as formas como os trabalhadores rurais, agentes coletivos e individuais, elaboraram suas estratégias de ação quanto à questão da apropriação da renda da terra foi nosso objetivo primordial, procurando ver esses trabalhadores como homens e mulheres que, perante a expropriação e exploração do capital, agem e se organizam, com ou sem a ajuda de mediadores.

Revedo as problematizações iniciais e o texto como um todo, acreditamos que, nesta luta pela apropriação da renda da terra, os trabalhadores rurais portaram-se como sujeitos ativos de sua história, organizando-se para enfrentar seus problemas.

Martins (1975, 1982, 1986, 1989, 1995, 2000) apresenta o problema camponês como temática principal, mostrando-nos que, valendo-se dele, pode-se explicar a questão agrária na sociedade brasileira. Para o autor, o camponês é recriado por mediações próprias da sociedade capitalista, e o avanço do capitalismo no campo não pode se caracterizar exclusivamente pela compra e venda da força de trabalho, pois este sistema constitui-se no campo quando surge a propriedade capitalista da terra. O problema camponês é resultado das particularidades históricas do processo social, isto é, do desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Os resultados encontrados nessa pesquisa levam-nos a confirmar algumas das teses de Duarte de que, em Goiás, as lutas camponesas passaram por algumas transformações. Antes, nas décadas de 1950-1960, em Itauçu, os trabalhadores rurais traçaram suas estratégias de ação em relação à questão da apropriação da renda da terra orientados por ideologias que lhes eram estranhas. Na Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Itauçu, no MEB e na Ação Popular, eram o Partido e a Igreja que procuravam cooptar o trabalhador rural, dirigir e controlar suas manifestações. Nas manifestações recentes, a partir da década de 1970, esses trabalhadores procuraram se organizar baseando-se em seus próprios valores culturais, reelaborados por meio do enfrentamento da dominação capitalista. A Comunidade Sebastião Rosa da Paz constituiu, portanto, uma manifestação concreta da consciência política do trabalhador rural, cuja direção partiu dos

próprios trabalhadores rurais, que contaram com o apoio de entidades mediadoras, como a CPT.

Percebemos que a organização destes trabalhadores foi importante para eles enfrentarem o processo de expropriação e expulsão ocorrido nas décadas de 1980-1990, porém, eles não conseguiram solucionar todos os seus problemas, apenas aliviaram os seus sintomas. Portanto, não podemos dizer que estes trabalhadores formaram uma identidade de resistência, eles apenas conseguiram colocar em prática as ações possíveis naquele contexto histórico. Suas ações trouxeram mudanças políticas, sociais e econômicas para o grupo e para a região, porém as evidências mostram que não resistirão por muito tempo.

Ianni (1988, p. 107) já advertia que o capitalismo conseguiu revolucionar de modo amplo o mundo agrário, destruindo muitas das bases de condições de vida e trabalho do trabalhador rural e que o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo destruiu a comunidade rural. O autor afirma que o trabalhador rural que subsiste, ou se recria, já não será o mesmo, não será um fermento social de grande envergadura, pois suas reivindicações e lutas tendem a adquirir outros sentidos, geralmente, eles têm-se ingressado no mercado, na produção de mercadorias, subordinando-se à grande empresa na produção de algum gênero alimentício ou matéria-prima ou, então, vendido suas pequenas propriedades, mudando-se para as cidades e engrossando as filas de desempregados.

Os trabalhadores rurais de Itauçu não conseguiram construir a ‘nova sociedade’ com que tanto sonharam, não conseguiram conter o êxodo rural, e seu maior lamento é o destino das famílias que mudaram para as cidades e estão, hoje, destruídas pelas drogas e pela prostituição. Porém, o futuro não poderá negar que, no intransigente modo como se fizeram sujeitos sociais mediante a luta pela apropriação da renda da terra, eles afetaram significativamente a cultura religiosa, social e política da região.

A história da cidade de Itauçu evidencia hoje o fim de ‘velhas utopias’, tais como o socialismo e a construção de uma nova sociedade, porém, novos sonhos se apresentam, como tais o desenvolvimento sustentável e a economia solidária. A globalização impõe novos sonhos, não mais a revolução, mas a busca de uma melhor qualidade de vida e a preocupação com as questões ecológicas.

Acreditamos, ainda, que um dos objetivos da nossa pesquisa foi o de contribuir com a história agrária no sentido de mostrar mais uma ação significativa dos trabalhadores rurais agindo e constituindo-se sujeitos do processo quando se sentiram expropriados e explorados pelo capital que avançava pelo campo. Por isso, a história dos trabalhadores rurais de Itauçu deve ser vista como um passo a mais na reconstituição da história do Brasil, com enfoques

regionais e locais, mostrando que o estudo da diversidade constituir-se-á no caminho a ser trilhado para a História do Brasil.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Janaina. *Eu quero ser uma pessoa: revolta camponesa e política no Brasil*. Goiânia, 1996. Mimeografado.
- AMADO, Wolmir Therezio. *A Igreja Católica e a questão agrária no Centro-Oeste do Brasil: 1950-1968*. Goiânia: Ed. da UCG, 1996.
- AINSA, Fernando. La utopia empirica del cristianismo social (1513-1577). In: PIZARRO, Ana. *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1993.
- ANSART, Pierre. *História e memória dos ressentimentos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.
- ARANTES, Aldo; LIMA, Aroldo. *História da Ação Popular da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- AUED, Bernadete W. *A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro – PCB – e Ligas Camponesas – 1955-64*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1986.
- BALDISSERA, Adelina. *CEB's: poder, nova sociedade*. São Paulo: Paulinas, 1987.
- BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BEOZZO, José Oscar. A Igreja e a revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: BORIS, Fausto. *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1986. Tomo III.
- BEOZZO, José Oscar. CEB's e massa. In: IX ENCONTRO INTERECLESIAL CEB'S: VIDA E ESPERANÇA NAS MASSAS. *Texto Base...* São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1996.
- BERNARDES, Carmo. *Santa Rita*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.
- BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base?* São Paulo: A. Cultural, Brasiliense, 1985.
- _____. *Socialismo e cristianismo*. 2. ed. São Paulo: Cepis, 1989.
- BOFF, Leonardo. Qual é a contribuição dos militantes cristãos na política partidária? *Revista Fé e Política*, n. 2, p. 5-20, 1986.
- BOFF, Clodovis. Repensando a questão da articulação dos militantes cristãos. *Revista Fé e Política*, n. 2, 1986.
- BORGES, Barsanulfo Gomides. A expansão da fronteira agrícola em Goiás. *História Revista*, Goiânia, v. 1, 1996.

BORGES, Barsanulfo Gomides. *Goiás nos quadros da economia nacional*. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.

BRANDAO, Carlos Rodrigues. *Lutar com a palavra*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. *Campesinato goiano*. Goiânia: Ed. da UFG, 1986.

_____. *A educação como cultura*. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

_____. *De tão longe venho vindo: símbolos, gestos e rituais no catolicismo popular em Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 2004.

CALDARTE, Roseli. *Sem-terra com poesia*. Petrópolis: vozes, 1987.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAUCU (GO). Projeto de Resolução da Cassação do Mandato do Vereador Sebastião Gabriel Bailão. Nº 3/1964, de 04 de abril de 1964.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

CARNEIRO, Maria Esperança. *Revolta camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia: Ed. da UFG, 1981.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução: Klauss B. Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999. V. II.

CASTRO, Derval de. *Annaes da comarca do Rio das Pedras: história e chorographia*. São Paulo: Duprat, 1933.

CASTRO, Ruth Cavalcante. *MEB: uma estratégia de comunicação com o homem do campo*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1992.

COELHO, José Braga. *De Catingueiro Grande a Itauçu: a formação de um espaço urbano*. Monografia (TCCG) – Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2000.

DAMASCENO, Maria Nobre. A construção do saber social pelo camponês na sua prática produtiva e política. In: THERRIEN, J.; DAMASCENO, Maria N. (Coords.). *Educação e escola no campo*. Campinas: Papyrus, 1993.

DEVÉS, Valdés. El concepto de identidad em lãs ciências humanas y em la política. *Textos de História*, Brasília, v. 4, n. 1, p. 181-190, 1996.

DUARTE, Élio Garcia. *Do mutirão à ocupação de terras: manifestações camponesas contemporâneas em Goiás*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

FENELON, Déa. O historiador e a cultura popular: historia de classe ou história do povo? *Revista do Curso de História da UFU*, n. 6, jan./jun. 1992.

FERREIRA, Ignez Costa B. Ceres e Rio Verde: dois momentos no processo de expansão da

fronteira agrícola. In: AUBERTIN, Catherine (Org.). *Fronteiras*. Brasília: Ed. da UnB, Orstom, 1988.

GALJART, Benno. Class and 'following' in rural Brazil. *América Latina*, v. 7, n. 3, 1964.

GANDARA, Gersianir Silvéria. *Uruaçu... um cadinho do Brasil: uma cidade-beira... uma cidade-fronteira... nos caminhos dos sertões de Goiás*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GONDAR, Jô. Lembrar e esquecer: desejos da memória. In: COSTA, Icléia T. M.; GONDAR, Jô (Org.). *Memória e espaço*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 1998.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2003.

GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin. *Formas de organização camponesa em Goiás: 1954/64*. Goiânia: Cegraf, 1988.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A, 1997.

IANNI, Octávio. *Dialética e capitalismo*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

JORNAL 4º PODER. Goiânia, n. 46, p. 6, 4 ago. 1963a.

_____. Ano I, n. 40, p. 4, dom., 23 jun. 1963b.

_____. Ano I, n. 29, p. 1, dom./seg., 10, 11 mar. 1963c.

_____. Ano I, Goiânia, n. 40, p. 1, dom., 23 jun. 1963d.

KADT, Emanuel de. *Católicos radicais no Brasil*. Tradução Maria V. Resende. João Pessoa: Ed. Universitária, 2003.

KYMLICKA, Will. *Ciudadania Multicultural*. Madri: [s. n.], 1996.

LARRAIN IBANES, J. *Modernidad, razón e identidad em América Latina*. Santiago: Editorial Andrés Bello, 1996.

LEEDS, Anthony. *Brasilian careers and social structure: an evolutionare model and case histore*. Amer: Antropol, 1964.

LENÁ, Philip. Diversidade da fronteira agrícola no Amazonas. In: AUBERTIN, Catherine. (Org.). *Fronteiras*. Brasília: Ed. da UnB, 1988.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1986.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1986.

LESBAUPIN, Ivo. Classes populares, movimentos populares e construção da História. *Revista Fé e Política*, n. 2.

LINHARES, Maria Yedda e Teixeira. *Terra prometida*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LOUREIRO, Walderês Nunes. *O aspecto educativo da prática política*. Goiânia: Cegraf, 1988.

MAINWARING, Scott. *Igreja popular e política no Brasil (1916-1985)*. Tradução: Heloisa B. de O. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARCON, Telmo. *Memória, história e cultura*. Chapecó: Argos, 2003.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. *Não há terra para plantar neste verão: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Reforma agrária: um impossível diálogo*. São Paulo: Ed. da USP, 2000.

MEB/GO: Movimento de Educação de Base em Goiás. Uma experiência de educação de base. Goiânia, 1967.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 4. ed. São Paulo: [s.n.], 2002.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. A História, cativa da memória? *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 34, 1992.

OLIVEIRA, Elda Rizzo de. *O que é benzeção*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, Rosangela Alves. *A feira agroecológica de Várzea Paraibana: práticas educativas para uma economia popular solidária*. João Pessoa: UFPB, 2004.

ORTENCIO, Bariani. *Sertão sem fim*. 2. ed. Goiânia: Ed. da UFG, 2000.

PALACÍN, Luis; MORAES, Maria Augusta de Sant'ana. *História de Goiás: 1722-1972*. 5. ed. Goiânia: Ed. da UCG, 1989.

PEIXOTO FILHO, José Pereira. *A travessia do popular na contradança da educação*.

Goiânia: Ed. da UCG, 2003.

PESSOA, Jadir de Moraes. *A Igreja da denúncia e o silêncio do fiel*. Campinas: Alínea, 1999a.

PESSOA, Jadir de Moraes. *A revanche camponesa*. Goiânia: Ed. da UFG, 1999b.

PESSOA, Jadir de Moraes (Org.). *Saberes do nós: ensaio de educação e movimentos sociais*. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

QUEIROZ, Maria Isaura de. Do rural e urbano no Brasil. In: QUEDA, Oriovaldo; SZMRECSANYI, Tamás. *Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1976.

RODRIGUES, Otávia Fernandes de Souza. *A relação entre trabalho e conhecimento camponês...* Campinas: Papyrus, 1991. (Caderno Cedes).

SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1980.

SILVA, Graziano da. *Tecnologia e agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

SILVA, Luiz Duarte da. *Relações cidade-campo: fronteiras*. Goiânia: Ed. da UFG, 2000.

SILVA, Tadeu Tomás da.(Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos naturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, Valtuir Moreira da. *Trabalhadores rurais de Itapuranga: experiências de resistência e ocupação – 1970-1980*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1980.

SOTO, William Hector G. *A produção do conhecimento sobre o “mundo rural” no Brasil: as contribuições de José de Sousa Martins e José Graziano da Silva*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 3. ed. Tradução de Lolio L. Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

UBIETA GOMEZ, E. (Org.). *Identidad cultural latinoamericana: enfoques filosóficos literarios*. La Habana: Editorial Academia, 1994.

YUDICE, George. A globalização da cultura e a nova sociedade civil. In: MARTINS, Estevão C. de Rezende. (Org.). *Relações internacionais: cultura e poder*. Brasília: Ibri, 2002.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. *Educar para transformar: educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base*. Petrópolis: Vozes, 1984.

WHITAKER, Dulce C. A. *Sociologia rural: questões metodológicas emergentes*. São Paulo: Letras à Margem, 2002.

ZEA, L. *Descubrimiento e identidad latinoamericana*. México: Unam, CC y Del, 1990.

FONTES ORAIS

Amilton da Costa Leite. Entrevista concedida dia 15.05.2003.

Divino Fernandes de Freitas. entrevista concedida dia 10.05.2002.

Francisca Maria Pinheiro. Entrevista concedida dia 04.04.2004.

João Paulino de Melo. Entrevista concedida dia 08.02.2004.

Maria Moreira Carvalhaes. Entrevista concedida no dia 04.04.2004.

Maria Moreira de Jesus. Entrevista concedida dia 04.04.2004.

Maria Silva. Entrevista concedida no dia 31.03.2004.

Nilma Izabel Lobo Favoretto. Entrevista concedida dia 13.03.2004.

Oscavú José Coelho. Entrevista concedida dia 09.10.2002.

Parcival Moreira Coelho. Entrevista realizada no dia 25.12.2004.

Sebastião Gabriel Bailão. Entrevista concedida no dia 06.03.2004.

Tereza Bento da Silva. Entrevista concedida dia 29.06.2003.

Valfredo Nascimento. Entrevista concedida no dia 31.03.2004.

Waldir Coelho Braga. Entrevista concedida dia 10.05.2002.